



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÓRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorario:
Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva
Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Vice-Presidente:
Prof. Othelo Rosa.
Secretário Perpetuo:
Dr. Eduardo Duarte.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Dr. Leonardo Macedonia.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Dr. Alfredo Clemente Pinto.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Prof. Jorge Bahlis.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



II TRIMESTRE

ANO XVI

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1936

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. → PÔRTO ALEGRE

→ FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS ←

PÔRTO ALEGRE
= 1936 =

De Sertão a Estado

General João Borges Fortes.

A primeira demonstração de interesse pela terra rio-grandense, por parte do govêrno português se traduz na Provisão em que D. João V manda, a 10 de abril de 1717, que o Governador do Rio-de-Janeiro, Antônio de Brito de Menezes, examinasse detalhadamente tudo o que concernia ao pôrto da Ilha de Santa-Catarina e suas adjacências. ⁽¹⁾

Sôbre o território do Rio-Grande assim se exprime: “informando-vos também da Baía que fica defronte da Ilha da Galê, enseada das Garoupas e do rio Tramandê se há gentio no dito sítio apontando do rio Mandoví até o rio Tramandê, e se ficam os campos pertos, e se neles há gado, ou o gentio faz algum resgate; se há notícia que os castelhanos venham àquele sertão ⁽²⁾ buscar a erva congonha porque os moradores do distrito de São-Paulo já os encontraram...”

Prosseguindo recomenda a provisão real: “Procurando todas estas notícias do dito pôrto e distrito, tirando as de homens sertanejos e práticos da navegação por têrmo judicial feito por escrivão e nas perguntas se saberá se fez esta deligência conforme vos mando: e declarareis também se o povoar-se o dito distrito poderá servir para o aumento

⁽¹⁾ Pg. 29 do Vol. X das Publ. do Arq. Nacional.

⁽²⁾ Os grifos são nossos para acentuar as denominações dadas aos territórios.

da Nova Colônia, pela prontidão dos socorros e navegação dos castelhanos para Buenos-Aires, esperando de vosso zêlo, ponhais neste particular a averiguação qual pede a qualidade desta matéria”.

Longamente respondeu Antônio de Brito de Menezes em 6 de março de 1718 à Real Pessoa de Sua Majestade.

Sua informação consta de vinte itens dos quais se reportam ao Rio-Grande os de números 15, 16 e 20.

No item 15 ⁽³⁾ diz o Governador do Rio-de-Janeiro:

“E toda esta costa não há rio a que chamem Tramandê, nem Mandoví que tenha gado, ou gentio que faça resgate: só trinta léguas ao sul, há um a que chamam Tarumanbí que se possa equivocar com o nome, e quasi tanta distância mais para o sul, outro com as riquezas (a que os Mapas trazem com o nome de Rio-Grande-de-São-Pedro) porque toda esta distância, e a da entrada dêste rio, até a Colônia do Sacramento, é cheia de muitos gados, e muitos haveres; e tem gentio que fará todo resgate, e sitio com todas as comodidades desejáveis para se fazer nele uma grande povoação, enchendo as circunstâncias mais necessárias para o aumento da Nova Colônia e para se fazer uma e muitas cidades, como aquí me informaram, e abaixo refiro a V. Mjde.”

Êste item retifica informações geográficas colhidas pelo Conselho Ultramarino, dando-as exatas, sôbre o Tarumanbí (hoje Tramandaí) e sôbre o Rio-Grande-de-São-Pedro, adiantando que há sítio com todas as comodidades para se fazer uma e muitas cidades, podendo o Conselho formar idéia da excelência e amplitude do território e da possibilidade que se oferecia para apoiar a Colônia do Sacramento.

O item 16 noticia que:

“Os castelhanos se comunicam de Buenos-Aires a Montevideu com êste sertão; e no ano de 1716 se proveram da erva congonha da cidade do Paraguai que fica nele, e de dez ou quinze aldeias que os PP. Castelhanos da Companhia

⁽³⁾ Pgs. 30 e 31 do Vol. citado.

de Jesús tem naquele **distrito** e seguindo a mais antiga e rigorosa divisão dêste País, que aos depois reclamou o Senhor Rei D. João V de gloriosa memória, e fez o Papa Alexandre VI, entendo que estão dentro do Domínio de V. Mjde. e que povoar-se êste país será em grande utilidade desta Monarquia, para o que V. Mjde. mandará dar a providência que fôr servido”.

Estas informações esclarecem que o território rio-grandense é considerado apenas como **sertão** e que há dez ou quinze **aldeias** jesuíticas dentro dêle com invasão dos direitos soberanos de Portugal.

As informações sôbre a região rio-grandense e que formam o texto do item 20 merecem integral transcrição.

“E últimamente declaro a V. Mjde, que o distrito que se há de povoar, servindo para aumento da Colônia e prontidão dos socorros, assim por terra como por mar, há de ser na margem austral do Rio-Grande-de-São-Pedro, segundo as notícias que tenho por várias pessoas e pelo Governador das Minas D. Pedro de Almeida, a quem recomendei esta diligencia, passando por Santos, como se vê do capítulo adjunto da carta que me escreveu; e ainda espero ter mais porque determino (sem ser a custa da fazenda real) mandar fazer por uma sumaca esta descoberta: e agora só ponho na superior notícia de V. Mjde, as que tenho, enquanto me não chegam com mais individuação as que mando fazer.

“Rio-Grande-de-São-Pedro fica em 32 graus ao Sul da Equinocial: desagua em uma légua de bôca, onde a costa corre Nordeste sudoeste, terá de comprido 50 léguas pouco mais ou menos, e de largo dez ou doze tomando a forma de uma alagoa em que desaguam seis rios caudalosos, exceto alguns riachos pequenos: a barra não está bem conhecida, mas dizem que é de pouco fundo, contudo me asseguram que haverá oito anos entrou nela uma fragata inglesa corrida do tempo e saíra com bom sucesso: esta barra experimenta a mesma violência do vento sul que a do Rio-da-Prata, porque ventando rijo, entra pela sua bôca

com tal fôrça que faz altear as águas dez ou doze palmos e nestas conjunções como na Colônia pode entrar o maior navio: é mui cheio de pescado, de sorte que em pouco tempo podem carregar muitas embarcações; e o peixe é tão bruto que chegando-se a elas em cardumes o matam às facadas: também me dizem que em algumas ostras se encontram pérolas e nos rios algum ouro.

“A terra é campina toda, assim da parte do Norte como do Sul, até a Colônia e Montevidéu; tem tanta abundância de gado vacum, cavalos e veados que subindo por um dos rios acima, a que se chama Cabapoama, da mesma embarcação se mata muita caça; e em tempo de sêcas desce muita quantidade de gados à beira dos rios, que, em poucos dias se podem fazer milhares de couros e no mais do tempo, oferece a planície dos campos toda a facilidade para fazer courama e para criar milhares de gado manso: na vizinhança dêstes rios se acham matos com todas as madeiras e na cabeceira dêles, principalmente no que chamam Tiquarí bastante ouro e se o buscarem em outras partes, segundo as disposições da terra se achará em grande abundância: também dizem que em uma das serras distante dêste rio, a que chamam Botucaraíba, haverão minas de prata e se tinham achado pedras preciosas por notícia que deu um índio à um capitão-mor da Laguna, o qual foi com uma esquadra de gente a fazer esta descoberta e subindo a serra, junto ao morro em que se achava a prata, ouviu uns tiros de espingarda e mandando explorar o que seria achou estarem situados na mesma serra os PP. da Companhia, com caminhos feitos de carros e cavalgaduras para levarem a prata para as suas Aldeias (que são as de que faço menção acima) e por recear o seu poder se retirou a toda pressa, fazendo êste caminho em quinze dias e a retirada em seis: a terra pela sua fertilidade e a altura do polo dá todos os frutos do Brasil e pode produzir os de Portugal, como se experimenta na Nova Colônia: a largueza e abundância dos campos facilita de toda a sorte os socorros desta praça e a sua planície a prontidão e comodidade de os conduzir em cavalos ou carretas: por mar ficam dalí muito breves que

do Rio-de-Janeiro e os dois mapas que remeto da Ilha de Santa-Catarina e do Rio-Grande-de-São-Pedro mostram mais clara esta notícia, com a sua presença e a vontade que tenho de a dar com a recomendação que V. Mjde. me manda”.

Sertão porque virgem da civilização, distrito sob o aspecto administrativo, país pela extensão territorial, o Rio-Grande é um problema desde aí pôsto em equação para ser analisado no Conselho Ultramarino.

Não há problema a uma só incógnita. A soberania dominical, o processo de povoamento, as fontes onde ir buscar a gente para isso, o regime administrativo, os resultados práticos da exploração da terra eram tantas outras incógnitas a buscar.

Mais de um século se escoaria até que o Rio-Grande determinasse, em sua evolução, todos os elementos do problema e o desse por decisivamente resolvido.

*
* * *

A autoridade administrativa mais próxima do Rio-Grande era o Capitão-Mor da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, que excursionara para o Sul até o rio da Prata. Em informação prestada pela Câmara dessa Vila, a 6 de janeiro de 1715, encontram-se as seguintes expressões:

“no tocante o Rio-Grande consta por vários moradores desta povoação como pelo povoador dela, o Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto, que cursaram toda essa *campanha* do Rio-Grande em tempo e que iam conquistar o gentio bárbaro ser o dito Rio-Grande a melhor terra de toda América do Brasil para se povoar &”. (4)

Era a Laguna subordinada ao Governador da Capitania de São-Paulo, e em carta enviada a Rodrigo Cesar de Menezes, a 17 de agosto de 1722, o Capitão-Mor da Vila diz:

“Exmo. Sr. Recolhendo-se a minha gente do Rio-Gran-

(4) Pg. 408 do Vol. 39 dos Anais da Bibl. Nac.

de trouxeram sete castelhanos e estes ditos vieram da terra nova: (5), e como me parecesse acerto remeto a V. Ex^a. um dêles por nome Roque Zoria para informar a V. Exa. do que se passa pelas **campanhas** e da terra nova, &". (6)

O aspeto físico da região impressionara os exploradores partidos da Laguna e para mencioná-la usam a expressão — **campanhas do Rio-Grande** — não empregando na linguagem oficial a palavra **sertão** que o Conselho Ultramarino usara quando de seu primeiro pedido de informações.

*
* * *

Está guardado no Arquivo Público de São-Paulo o requerimento apresentado ao Capitão-Mor da Laguna encaminhando o pedido da primeira sesmaria de campos do Rio-Grande. E' datado de 31 de agôsto de 1732 e subscrevem-no Monuel Gonçalves Ribeiro e João Rodrigues. (7)

Na carta de sesmaria é sòmente mencionada a situação das terras, — nos campos de Termandí, — na paragem chamada das Conchas. O processo passou das mãos do Capitão-Mor para o Juiz e mais oficiais da Câmara da Vila e para o Governador Antônio Luiz de Távora, Conde de Serzedas, que deferiu o pedido de Manuel Gonçalves Ribeiro, morador nas **estâncias do Rio-Grande-de-São-Pedro**, **distrito da Vila da Laguna**.

Administrativamente é pois nesse tempo o Rio-Grande apenas um distrito da Laguna. A jurisdição de S.-Paulo é assás extensa, abrangendo também Goiaz, Mato Grosso, Paraná, Santa-Catarina e Rio-Grande, até a Colônia do Sacramento.

Nesse caráter de distrito da Laguna, a autoridade do Capitão-Mor Brito Peixoto vai sendo exercida pacificamen-

(5) Terra nova era a Colônia do Sacramento.

(6) Pg. 275 do Vol. 32 dos Doc. Int. de S. Paulo.

(7) Deve ser João Rodrigues Prates, cunhado de Gonçalves Ribeiro.

te e para os campos de Viamão e Itapuã se transportam os primeiros lagunistas que dariam vida e incremento à conquista definitiva do extremo meridional do Brasil.



O cerco da Colônia do Sacramento em 1735 despertou novamente a atenção do Conselho Ultramarino que, em parecer de 28 de janeiro de 1736 sôbre o projetado estabelecimento de uma povoação no **Rio-de-São-Pedro**, assim se manifesta:

“Ao Conselho parece que o Governador e Capitão General Gomes Freire de Andrada obrou bem em fazer suspender o estabelecimento que algumas pessoas pretendiam fazer no Rio-de-São-Pedro, pois entrando, como entra, na dúvida de se achar êste sítio no território que os Castelhanos nos contestam, não devia consentir neste estabelecimento, sem ordem de V. Mjde. nem o Brigadeiro José da Silva Pais que governa o Rio-de-Janeiro devia dar-lhe calor, porque além da razão referida, havia também a de ter êle dado conta desta matéria e devia esperar pela resposta.

“Como porém, êste sítio não está compreendido no território que os Castelhanos nos contestam, pois no parecer que os seus cosmógrafos deram, em virtude do tratado provisional de 7 de maio de 1681, não estendiam a sua pretensão mais que até a distância de 38 léguas ao norte do cabo de Santa-Maria e o Rio-de-São-Pedro fica em distância de 60 léguas do mesmo cabo, para a nossa parte não pode esta consideração embaraçar o estabelecimento desta **colônia**; o qual será muito útil, como o Conselho mais vezes tem representado a V. Mjde. pedindo-lhe queira ser servido ordenar se ponha em execução o que agora parece faz quasi necessário, por terem já passado aquele sítio alguns Portugueses, o que pode despertar a cobiça dos castelhanos para virem desalojá-los e preocupar aquele fértil terreno que convida a muitos Portugueses irem estabelecer-se nele, conforme o que acusa o Brigadeiro José da Silva e assim tam-

bém se faz conveniente não deixar esfriar o desejo com que estes Portugueses se acham.

“Mas como não basta a notória justiça que nos assiste para termos por certo que os Castelhanos deixem de pretender embaraçar o estabelecimento desta **Colônia**, vendo que com ela havemos de desfrutar aquela **Pampana** e pôdem tomar algum soffístico pretêsto para dessalojar dela os Portugueses, &”. (8)

O pensamento claro do Conselho é a formação de um estabelecimento militar destinado a reforçar a posição da Colônia do Sacramento. As atribuições da autoridade militar reservadas à repartição das terras contíguas ao pôsto fortificado, dando-as em sesmarias nunca maiores de uma légua em quadro reservando-se para logradouro público as necessárias, às fortificações e pastagem dos gados e cavalhadas dos moradores.

O projetado estabelecimento é designado no parecer do Conselho como **Colônia do Rio-de-São-Pedro**.

Para ela José da Silva Pais nomeou em junho, 1736, Antônio Noronha Câmara Comissário da Fazenda Real e Pedro Jaques da Silva para seu Tesoureiro. (9)

Esta nova Colônia era consequente à Ordem real contida na carta de 24 de março de 1736 com as formais instruções do monarca para Gomes Freire sôbre o modo por que devia agir para salvar a Colônia do Sacramento e os direitos de Portugal na embocadura do Prata.

“Da mesma forma nomeareis outro official para ficar por **Governador** no Rio-Grande-de-São-Pedro no caso que se execute o projeto desta **nova Colônia e da Fortaleza**, a qual mandareis levantar da parte do Sul no sítio que se julgar mais vantajoso”.

Além dessa carta, em uma outra de 17 de abril do mesmo ano D. João prescreve a Gomes Freire pôr em execução o projeto da povoação do Rio-Grande. (10)

(8) Pg. 233 do Vol. XLVI dos Anais da Bibl. Nac.

(9) Pg. 265, do Vol. dos Anais da Bibl. Nac.

(10) Pg. 20 de O Brig. José da Silva Pais e a fundação do Rio Grande pelo Gal. Borges Fortes.

O Brigadeiro Silva Pais realizou essa parte das reais ordens e em 19 de fevereiro de 1737 lançou os fundamentos da povoação e da Fortaleza de Jesús, Maria, José.

No exercício do comando de todas as tropas do Rio-Grande, Silva Pais aplica-se com o maior devotamento na tarefa de consolidar o estabelecimento em embrião e alargar o território conquistado para a bandeira lusitana.

A nomeação que êle efetiva, de Sebastião Francisco Chaves, "morador nos campos de dentro do Viamão" para tenente de ordenanças provoca uma declaração de Gomes Freire restringindo a jurisdição do comandante militar.

"As terras situadas da parte do Norte não temos poder d'El-Rei para as repartir pois são até agora pertencentes ao governo de S.-Paulo, que pôsto para esta parte estivesse ainda incerto, sem dúvida pertence àquele governo até o Rio menos a nova fortaleza que como fica sendo parte da fortificação que S. Mjde, põe debaixo da ordem de êste governo se há de conservar por êle até real resolução a qual nos determinará também a decisão de êsse território.

"As patentes dos postos que V. S. nomeou sendo em terras da parte do Norte, fora da fortaleza, deverão correr ao Snr. Conde de Sarzedas e sendo da parte do Sul ou para a fortaleza hão de pedir as patentes em a Secretaria deste Governo". (11)

Fica o Rio-Grande-de-São-Pedro sujeito a dois governos — o do Capitão General de São-Paulo e o do Comandante militar da Nova Colônia daquele nome, sendo o desaguadouro da Lagoa dos Patos no Atlântico, o Rio-de-São-Pedro, a linha divisória das duas autoridades.

*
* * *

Ao mesmo tempo em que se preparava Silva Pais para fazer a implantação da fortaleza na margem austral da foz do Rio-Grande, aportavam à Ilha de Santa-Catarina

(11) Pg. 82 de O Brig. Silva Pais e a fundação do Rio-Grande, cit.

duas naus de guerra espanholas desembarcando duzentos homens de sua tripulação revoltada.

Esse fato, aparentemente uma ocupação da ilha pelo inimigo, produziu funda impressão no governo colonial e no de Lisboa e provocou medidas no sentido de guarnecer militarmente a ilha para garantir a sua posse e prevenir qualquer investida de futuro.

Gomes Freire determina porisso a José da Silva Pais, em carta de 27 de agosto de 1737, que deixasse o comando do Rio-Grande e partisse para Santa-Catarina afim de estudar os projetos de fortificação que se faziam necessários, recolhendo-se em seguida ao Rio-de-Janeiro.

Foi André Ribeiro Coutinho empossado do Govêrno Militar do Rio-Grande-de-São-Pedro a 16 de dezembro de 1737. No cabeçalho de seus atos oficiais lê-se: André Ribeiro Coutinho, Mestre de Campo de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade, e Comandante desta Povoação do Rio-Grande-de-São-Pedro e suas fortificações, &.

Os acontecimentos que vimos de citar, a fundação do presídio do Rio-Grande, o projeto de fortificações na ilha de Santa Catarina, davam a estas duas posições militares o maior relêvo e importância, em vista da sua proximidade das terras castelhanas e das previsíveis operações da política colonial americana.

Entendeu porisso o govêrno de Lisboa, de acôrdo com as instigações do eminente Gomes Freire, que não poderiam mais depender elas da capitania de São-Paulo e, em Provisão Real de 11 de agosto de 1738, constituiu um novo govêrno para os territórios de Santa-Catarina e Rio-Grande, subordinando-o diretamente ao do Rio-de-Janeiro que assim melhor poderia atender às conveniências militares e administrativas do novo pôsto colonial.

Foi nomeado para primeiro governador o Brigadeiro Silva Pais que só veio a assumir o exercício a 19 de março de 1739, ficando a Ilha como sede do govêrno.

O Rio-Grande continuou a ser sômente o **presídio**, deno-

minação que naquele tempo tinha a significação que hoje damos à expressão guarnição militar.

Os documentos oficiais não empregam sequer a expressão **Nova Colônia** que Antônio Noronha lançara nalguns termos do Livro de Expedição e sòmente são usadas as palavras **Estabelecimento do Rio-Grande-de-São-Pedro** nas datas de atos do Coronel Diogo Osório Cardoso, Comandante do Regimento de Dragões e a mais elevada autoridade local após o afastamento de André Ribeiro Coutinho.

Esta situação mantém-se inalterada até 1748, quando, como já dissemos, o govêrno do Sul brasileiro se unifica nas mãos do Governador e Capitão General do Rio-de-Janeiro, pela supressão da Capitania de S.- Paulo.

*
* * *

Na correspondência entre Gomes Freire e Diogo Osório Cardoso, organizando os preparativos para a viagem do illustre Capitão General é conservado para o Côronel de Dragões o título de Governador do Rio-Grande-de-São-Pedro.

Neste caráter Diogo Osório interferira em assuntos dependentes do govêrno de S.-Paulo como por exemplo na ocupação de campos acima da serra, no distrito de Viamão, embora todas as sesmarias dessa zona fôsem distribuídas pelo govêrno da Capitania. Assim, entre outras, são assinadas em Vila Boa de Goiaz, em 1740, as sesmarias de Francisco Ferreira de Carvalho, Francisco Ribeiro Gomes, Torquato Teixeira e seus sócios, Jerônimo Dorneles e João da Costa Quintão.

A chegada dos Casais açorianos que Feliciano Velho Oldenberg transportara para Santa-Catarina em virtude de contrato lavrado em 1747 e que se destinavam “às partes do Brasil que fôsse preciso e conveniente povoarem-se logo” suscitou divergencias entre o governador da Ilha e o do Rio-Grande. Este não cumpria as determinações superiores de “prestar todo o socorro e ajuda que lhe pedir o Governador da dita Ilha” para o bem estar e adaptação dos colonizadores.

Conseqüentemente o Conselho Ultramarino em 26 de outubro de 1750 cogitava de separar os dois governos do Sul e nesse sentido pediu o parecer do governador do Rio-de-Janeiro sôbre a conveniência de os separar e quais os limites a estabelecer entre Santa-Catarina e Rio-Grande.

* * *

O Tratado de 16 de janeiro de 1750 entre Portugal e Espanha, pelo qual se fixava uma linha de limites para as respectivas soberanias na América Meridional, com a troca da Colônia do Sacramento pelo território das Reduções Jesuíticas ao oriente do Uruguai, levou para o Rio-Grande o eminente Capitão General Gomes Freire de Andrada, investido das funções de Primeiro Comissário da Demarcação.

Com a sua presença eclipsavam-se as autoridades locais. Em viagem, a 17 de março de 1752, na passagem do Tramandaí, rumo ao Sul, assina Gomes Freire a patente do Capitão Pedro da Silva Chaves para comandar uma companhia de Ordenanças em **Cima da Serra do Viamão, distrito do Rio-Grande-de-São-Pedro.**

Durante sua permanência na vila do Rio-Grande, ⁽¹²⁾ ao lançar sua assinatura nos atos de govêrno continua êle a referir o **Estabelecimento do Rio-Grande-de-São-Pedro** e nas datas emprega ora vila do Rio-de-São-Pedro, ora vila de São-Pedro, ora Rio-Grande, ainda vila de São-Pedro-do-Rio-Grande e finalmente vila do Rio-Grande-de-São-Pedro, que é o mais freqüente. (Vol. XXIV da Rev. do Arq. Pub. Mineiro).

Ao partir para Castilhos, a encontrar-se com o Marquês de Val de Lyrios, Primeiro Comissário de Espanha, deixa encarregado do govêrno do **Estabelecimento do Rio-**

(12) A povoação do Rio-Grande fôra elevada a Vila pela Carta Régia de 17 de junho de 1747.

Grande-de-São-Pedro o Tenente-Coronel Pascoal de Azevedo. (13)

* * *

Não encontramos nestas colunas até agora a palavra **Continente** aplicada peculiarmente aos pagos rio-grandenses, como depois veio a acontecer e se perpetuar na história.

E' fato que José da Silva Pais a empregou na sua correspondência com Gomes Freire, em 1737: empregou-a, porém, no seu sentido clássico — terra contínua, unida em um só todo.

Na patente de Henrique César Berenguer, passada por Gomes Freire, a 6 de Março de 1752, na Ilha de Santa-Catarina, se lê: "Faço saber aos que esta minha carta patente virem que atendendo o ser preciso criar algumas companhias de Ordenança na **Vila de São-José-do-Continente** desta Ilha de Santa-Catarina & hei por bem prover ao dito Henrique César Berenguer no pôsto de Capitão da Ordenança da Vila de São-José-do-Continente desta Ilha de Santa-Catarina, &". (14)

Esta designação de Continente é aplicada para distinguir a terra firme da ilha e se conserva até hoje em tal acepção no Estado catarinense.

A introdução dos Ilhéus do Arquipélago Açoriano no Rio-Grande-do-Sul, fato iniciado em 1752, desembarcados previamente na Ilha de Santa-Catarina, favorece a convicção de que provenha dos Casais a denominação de **Continente** com que se veio a distinguir depois de certo tempo o Rio-Grande.

Romaguera Correia em seu Vocabulário aventa essa hipótese, aceita por Bernardino de Souza em sua magistral **Onomástica Geral** e que Roque Calage e Luiz Carlos de Moraes transformam em uma afirmativa, pelo contraste en-

(13) Comunicação ao Provedor Barbarica em 28-6-1752. Pg. 223 do Vol. 40 da Rev. Ins. Hist. Rio-de-Jan.

(14) Pg. 436 da Rev. do Arq. Pub. Mineiro de 1929.

tre os novos povoadores, procedentes das ilhas e a terra que os recebia, o continente americano.

Era, porém, de uso corrente o termo **Continente** para designar uma extensão geográfica como se deprende do exame da correspondência oficial.

A consulta do Conselho Ultramarino de 29 de março de 1746 ⁽¹⁵⁾ refere-se à conduta de Diogo Osório Cardoso impedindo no **Continente** sob sua autoridade a intervenção das justiças da Vila da Laguna.

No ato de nomeação de Manuel Rodrigues Bastarra para uma função no Rio-Grande, Gomes Freire a justifica dizendo: “e porque tinha notícia que S. Mjde. mandava povoar com casais aquele Continente &” ⁽¹⁶⁾

Essa nomeação é de 2 de fevereiro de 1748, anterior ao advento dos Casais do contrato de Oldenberg.

Tratando de uma bandeira que atravessou o sertão do Tibagi diz o Governador de São-Paulo, no ano de 1770:

“Também notei a grande derrota que fizeram desde o Pôrto de São-Bento no rio Tibagi, atravessando as Serras daquele **Continente** descendo o rio de D. Luiz emthé o Paraná, e subindo até essa praça dos prazeres do Guatemí, de onde voltando vieram pelo Tiété a esta cidade”. &. ⁽¹⁷⁾

Nas instruções ministradas a Antônio Lopes de Azevedo para a Expedição do Ivaí recomendara o mesmo governador que na povoação de Guatemí houvesse um Livro para se fazer o registo de “todos os Povoadores que entram naquele Continente”. ⁽¹⁸⁾

Continente é pois uma designação geográfica corrente antes do advento dos açorianos e depois de sua radicação nas terras brasileiras.

*
* * *

⁽¹⁵⁾ Consultas do Conselho Ultr. Bibl. Nac.

⁽¹⁶⁾ Pg. 126 do Vol. 32, Col. 60 do Arq. Nac.

⁽¹⁷⁾ Pg. 79 do Vol. 9, dos Doc. Int. de S.-Paulo.

⁽¹⁸⁾ Pg. 124, de Vol. 5, dos Doc. Int. de S.-Paulo.

O Capitão-General Gomes Freire de Andrada esteve no Rio-Grande-do-Sul desde 1752 até 1759, quando retirou-se para o Rio-de-Janeiro, suspensos os trabalhos de divisão da América pela complexidade da política peninsular.

A inexecução do Tratado de 1750 criou uma situação de hostilidade latente entre as dois países ibéricos e cuidados especiais se impunham para o extremo do Brasil, ameaçada a Colônia do Sacramento de nova investida do secular adversário, o qual a levaria até o Rio-Grande.

Esse perigo determinou a conveniência de criar um governo independente para este território, deligando-o do de Santa-Catarina e tornando-o só dependente do Rio-de-Janeiro, o que foi objeto da Carta Régia de 9 de setembro de 1760.

A nomeação do primeiro Governador da Capitania do Rio-Grande foi para o Coronel Inácio Elói de Madureira que prestou juramento no Rio-de-Janeiro a 8 de dezembro do referido ano.

Essa decisão da Côrte foi comunicada pelo Conde de Oeiras a Gomes Freire, Conde de Bobadela, em 13 de agosto de 1760 como se vê da carta abaixo:

“Ilmo. Exmo. Sr. Sua Magestade, atendendo à representação conteúda na carta de V. Ex. de 5 de dezembro do ano passado sobre a necessidade que havia de um official hábil para governar o Rio-Grande, e igualmente a informação que V. Ex. deu do préstimo e capacidade do Coronel Inácio Elói de Madureira, foi servido criar de novo o governo da referida capitania, e nomear ao sobredito Coronel para o exercer por tempo de três anos, mandando-lhe passar patente e os mais despachos necessários pelo conselho ultramarino, os quais se lhe remetem na presente frota. Deus Guarde a V. Ex. Nossa Senhora da Ajuda, a 13 de agosto de 1760. Conde de Oeiras. — Sr. Conde de Bobadela”. (19).

E' interessante a expressão — criar de novo. Parece-nos que devemos tomá-la na acepção que o texto da carta

(19) Pg. 227 do Vol. XL da Rev. Ins. Hist. Rio-de-Janeiro.

explica: reformava-se o regime existente em que a administração da capitania abrangia os dois territórios, de Santa-Catarina e Rio-Grande, para torná-los independentes um de outro, desde que não existia ato algum anterior criando um governo particular para o Rio-Grande.

Subia assim êsse território mais um degrau na hierarquia da administração colonial portuguesa no Brasil. Desligava-se da autoridade do governador catarinense, êle mesmo apenas gerindo uma capitania subalterna, para receber ordens diretamente do Capitão-General do Rio-de-Janeiro. ⁽²⁰⁾

O termo de homenagem prestado por Madureira não fala em **Capitania do Rio-Grande** e sim em **Govêrno da Vila do Rio-Grande**.

Na vigência dêsse govêrno ocorreram o desastre da **derrota de 1763**, a queda da Colônia do Sacramento e a morte do insigne Gomes Freire.

A Junta Governativa que no Rio-de-Janeiro substituiu o grande Capitão-General enviou em 8 de junho de 1763 as seguintes cartas referentes ao Rio-Grande:

Para o Tenente-Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto: "Como V. M. sabe o desarranjo em que o governador Elói de Madureira deixou êsse **estabelecimento**, se faz preciso recomendar a V. M. que se empregue a rebater os inimigos por essa parte para conservarmos o Norte e assim o esperamos das precauções que V. M. tem tomado.

"Passa debaixo das ordens de V. M. a governar a Guarda do Norte o Tenente-Coronel Luiz Manuel da Silva Pais com instruções e gente que o Governador de Santa-Catarina puder dar para sustentar aquele pôsto até a última gota de sangue. V. M. terá o cuidado de o avisar de tudo.

"Como Inácio Elói de Madureira está em estado tão deplorável que nem para si, nem para o Real serviço pode ser útil o mandamos recolher a Santa-Catarina para se curar e a

⁽²⁰⁾ Sôbre o regime das capitanias pode ser consultado o Livro segundo da História da Fundação do Império, de Pereira da Silva.

V. M. ordenamos tome conta do **Govêrno dêsse Continente** enquanto se lhe não dá outra providência etc.” (21).

Para o Tenente-Coronel Luiz Manuel da Silva Pais: “Como se vai ajuntando a nossa Tropa para a Guarda do Norte a rebater o orgulho Castelhana consideramos sem cabeça que o anime e governe ordenamos a V. S. que logo passe àquela parte a governá-la reunindo-se com o Tenente-Coronel Francisco Barreto a quem encarregamos o governo de todo o **Continente** por mandarmos Inácio Elói recolher-se a Santa-Catarina para se curar das moléstias de que padece.” (22)

Em ambas as cartas aparece a expressão **Continente** para designar a região sobre que se estenderia a autoridade militar improvisada para governar, arranjar o **Estabelecimento**, reagir contra o inimigo e sustentar até o último sangue o território ficado em nossas mãos.

A essas cartas da Junta Governativa se deve reunir a que em 10 de junho foi expedida ao Coronel Elói de Madureira mandando-o passar a Santa-Catarina “a tratar de recuperar a saúde perdida, pois como temos certeza por carta do Exmo. Sr. Conde de Oeiras de estarem já assinados os tratados de paz, que todas as horas os esperamos, ficarão cessando as hostilidades **nesse país**, o que dá lugar à sua retirada para o efeito acima, sendo como é tão precisa: ficando no entanto **governando êsse mesmo país** o Tenente-Coronel Luiz Manuel da Silva Pais, o que assim lhe ordenamos.” (23)

Deixando de parte a contradição da investidura de Francisco Barreto Pereira Pinto para **govêrno de todo o Continente** tendo como subordinado Luiz Manuel da Silva Pais, no comando da **Guarda do Norte**, registaremos apenas a designação de **país** com que se distinguia o território meridional.

E, logo no ano seguinte, a 24 de fevereiro de 1764, o Vice-Rei Conde da Cunha, mandava que o Coronel José Custódio de Sá e Faria passasse ao Rio-Grande-de-São-Pedro para “regger e regular aqueles districtos” tomando entrega do govêrno e o exercitando enquanto S. Mjde. não mandar o contrário.

(21) e (22) Pgs. 390 e 291 do Livro XI da Col. 84 do Arq. Nac.

(23) Pg. 230 do Vol. 40 da Rev. do I. H. Rio-de-Janeiro.

Enquanto o ofício de nomeação fala em distritos do Rio-Grande-de-São-Pedro o auto de posse, lavrado a 16 de junho do citado ano refere: ⁽²⁴⁾

“Ano do nascimento de N. S. Jesús Cristo de 1764 anos, aos 16 do mês de junho do dito ano, neste arraial de Vião, distrito da Vila e praça do Rio-Grande-de-São-Pedro, na casa que serve de câmara, aonde se achava o Sr. Coronel José Custódio de Sá e Faria, juiz e mais oficiais da câmara ao diante assinados; e sendo alí, pelo dito Sr. Coronel foi entregue uma carta do Ilmo. e Exmo. Sr. Conde Vice-Rei do Estado para o mesmo senado; e sendo aberta, se viu haver o mesmo senhor provido ao dito Sr. Coronel no pôsto de **governador dêstes continentes do Rio-Grande-de-São-Pedro** e que por tal o ficassem reconhecendo: pelo que os ditos oficiais da câmara o houveram por empossado do dito govêrno; e por si e em nome dêstes povos o ficam reconhecendo por seu governador, e de todos estes distritos, em que para constar assinou o dito Sr. governador e mais oficiais da câmara”.

Este auto de posse consagra oficialmente a expressão de Continentes do Rio-Grande para os distritos que formavam o território que José Custódio ia governar.

Como temos assinalado não se conseguira fixar um termo que enfeixasse a superfície do Rio-Grande e sua administração. A inicial divisão desta pelo govêrno de São-Paulo e pelo comando militar, eclipse da autoridade local pela presença durante oito anos do Capitão General do Rio-de-Janeiro e de todo o Sul, a inépcia do primeiro governador autônomo, haviam originado essa multiplicidade de termos: colônia estabelecimento, presídio, continente e até país...

Inspirando-se provávelmente nos documentos da Junta Provisória José Custódio passou a chamar daí por diante de Continente do Rio-Grande o território de sua jurisdição.

Continente era, segundo a expressão do tempo, na forma inteligentemente exposta por Aurélio Pôrto nas suas anotações do Vol. XXIX, das Publ. do Arq. Nac. a terra contínua, em uma só peça, sem quebrada.

(24) Pg. 232, do Vol. 40 acima cit.

Podemos comparar a sua aplicação naquele tempo, a que tem hoje as nossas **Regiões Militares**. Estas cobrem a extensão superficial de um único Estado ou a de vários dêles. Enquanto a administração política é exclusiva do Estado a jurisdição militar faz tábua rasa das fronteiras do mesmo, pois que os limites de sua autoridade alcançam maior amplitude.

Continente ficou sendo o Rio-Grande e bem lhe convinha essa denominação porque nem mesmo lhe impedia de aumentá-lo à proporção que fôsse ganhando novas terras conquistadas ao seu tradicional adversário.

E, quando em 1766 Antônio Corrêa Pinto chega aos campos da margem do rio das Canoas, com a fundação da vila de Lajes, por ordem do Governador de São-Paulo, a Câmara de Viamão, protesta com energia declarando que aquele distrito é parte integrante do **Continente dêste Governo**.

Esse protesto era repercussão do que fora logo levantado pelo Capitão Pedro da Silva Chaves, a quem já fizemos referência nestas páginas. Escrevendo ao Governador do Rio-Grande para comunicar-lhe a invasão da fronteira pelos povoadores de Lajes diz êle:

“Sempre conheci chegar o **distrito desta província** (Rio-Grande) até o rio chamado das Caveiras, por até alí ter moradores, que antes disso sempre ouvi dizer chegava até o rio das Canoas e como V. S. tem disso melhor conhecimento obrará o que lhe parecer”. (25).

A essa comunicação respondeu o Governador José Custódio:

“E averiguando eu da Câmara da Vila do Rio-Grande até onde se dilatava o **distrito dêste govêrno**, para ver se a dita fundação se compreendia nêle, achei que sempre o govêrno e justiça dêste **continente** se compreendeu até o Rio das Canoas, e que até êste se cobram os dízimos por

(25) Exposição Protásio, pg. 53 do núm. 2, da Rev. do Arq. Púb. R. G. Sul.

esta Provedoria, o que atestam as pessoas mais antigas e práticas desta **Província**" ⁽²⁶⁾.

A mesma palavra **província** usa José Custódio ao dirigir-se a D. Luiz Antônio de Souza, confirmando o protesto de seus governados contra a usurpação de Antônio Corrêa Pinto.

* * *

Ao apresentar o plano estratégico que justifica a criação da fortaleza de Iguatemi, na fronteira do Paraguai, D. Luiz Antônio de Souza, governador de São-Paulo, faz referência ao Rio-Grande nos seguintes termos:

"Se a guerra não continua, tendo visto a referida experiência, vão as ditas tropas até cima da serra de Viamão e ainda que são cento e cinquenta léguas de distância é estrada conhecida para elles, e hão de encontrar aviso do Coronel José Custódio **Governador da Província de Viamão** que lhes determine se hão de continuar a sua marcha, ou recolherem-se" ⁽²⁷⁾.

A expetativa de guerra prendia-se ao fato de haver o Governador José Custódio ordenado a José Marcelino de Figueiredo, comandante do Regimento de Dragões do Rio-Grande, um ataque de surpresa às posições castelhanas das margens do desaguadouro desse rio. Em 31 de maio de 1767 frustrou-se o ataque da margem sul, porém, pôde José Marcelino guardar para as armas portuguesas toda a margem norte, dela expulsando os espanhóis.

Resultou desse acontecimento que o governo português retirasse José Custódio do cargo de governador do Rio-Grande e dêle investisse o Coronel José Marcelino de Figueiredo, que sòmente quasi dois anos mais tarde veio a exercê-lo.

O térmo de homenagem prestado no Rio-de-Janeiro a 16 de março de 1769 perante o Conde de Azambuja declara:

(26) Exposição Protásio, pag. 56, Rev. cit.

(27) Pg. 4. do Vol. IX, dos Doc. Int. de São-Paulo.

“Eu José Marcelino de Figueiredo faço preito e homenagem a S. Mjde. e a V. Exa. em seu nome como seu Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra dêste Estado pelo **Continente do Rio-Grande-de-São-Pedro** para que o tenha, guarde e governe, ao dito Senhor recolherei no dito Continente no alto, e no baixo dêle de dia, ou de noite, a pé ou a cavalo a quaisquer horas ou tempo que seja, irado ou pagado com poucos ou muitos, vindo em seu livre poder, e dêle farei guerra, mantereí tréguas, e paz, segundo por S. Mjde. ou V. Exa. me for mandado, e o dito Continente não entregarei a pessoa alguma & ⁽²⁸⁾

Chegou também a vez de ser retirado José Marcelino como se ve da carta que lhe mandou o Marquês de Lavradio novo Vice-Rei em substituição do Conde da Cunha, determinando que logo que chegasse ao Rio-Grande o Tenente Coronel Antônio da Veiga de Andrade lhe fôsse entregue o governo do **Continente**. A posse do novo governador realizou-se a 28 de outubro de 1771, e durou o seu governo até abril de 1773 quando foi reempossado o Coronel José Marcelino.

* * *

O brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara foi o sucessor de Marcelino e prestou preito e homenagem perante o Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza, nos mesmos termos em que o fizera o seu antecessor, isto é, pelo governo do Continente do Rio-Grande-de-São Pedro. ⁽²⁹⁾.

E a 1 de junho de 1780 escrevia êle ao Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza: “Acabando de tomar posse do governo dêste Continente, acho indispensável fazer ao meu antecessor o Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo a justiça que merece, &”.

Muito interessantes são as cartas trocadas entre essas duas altas autoridades a respeito da conservação da capital

(28) Pg. 94, do Vol. VII, das Pub. do Arq. Nac.

(29) Pg. 105, id. id.

rio-grandense em Pôrto-Alegre. Nessa correspondência o Brigadeiro Cabral menciona sempre o Comandante do Rio-Grande e diz que “Pôrto-Alegre está situada no centro do continente sôbre terreno sólido, &”. Responde-lhe o Vice-Rei concordando com o desejo do governador “bastando, diz êle, para a minha consideração o de se achar Pôrto-Alegre **no centro dêsse distrito**, donde devem dimanar todas as providências, que seriam muito mais tardias dadas de uma a outra extremidade em **tão vasto continente**”.

* * *

Consagrada definitivamente a expressão de Continente para o território do Rio-Grande-do-Sul, em 1780 traçava o engenheiro auxiliar da Comissão de Demarcação dos Limites decorrente do Tratado de Santo-Ildefonso, Alferes Antônio Ignácio Rodrigues de Córdova uma carta geográfica em que as terras do Rio-Grande se repartem por **quatro províncias**, denominação arbitrária dada às circunscrições principais de Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria, correspondendo à região de Cima da Serra, Rio-Pardo, a fronteira ocidental, Viamão, núcleo central e Capital do govêrno e Rio-Grande, fronteira do extremo meridional. ⁽³⁰⁾

Não é esta a primeira vez que se nos depara a palavra província neste estudo. Era ela que designava a divisão administrativa do território português etraz as suas origens do antigo regime romano, do tempo da conquista, quando as terras subjugadas fora da Itália recebiam êsse nome.

Províncias eram os departamentos em que se dividia o Vice-reinado espanhol do Perú e contíguas ao Rio-Grande estavam as províncias castelhanas do Rio-da-Prata e do Paraguai.

* * *

(30) Original no Estado-Maior do Exército.

Paulo José da Silva Gama, Chefe de Esquadra, foi o último governador da capitania subalterna do Rio-Grande.

O ato de sua nomeação data de 24 de julho de 1802.

Em 28 do mesmo mês D. Rodrigo de Souza Coutinho dirige ao Vice-Rei D. Fernando José de Portugal uma Provisão em que lhe diz: “Havendo S. A. Real encarregado a Paulo José da Silva Gama, governador do Rio-Grande, de informar sobre o estabelecimento, taxaço e variaço com que deverá ser formada a Pauta da nova Alfândega daquela Capitania é o mesmo Senhor servido ordenar que para que o referido Governador possa melhor informar sobre esta matéria V. Exa. lhe mande dar a Pauta da Alfândega desta Cidade”.

Ressurge nos papéis oficiais a palavra Capitania aplicada ao Rio-Grande, em substituição à de Continente que era a mais freqüentemente empregada na correspondência do govêrno local e na dos vice-reis, conforme a documentação dos arquivos.

E' empregada a expressão Capitania na patente do sargento-mor Francisco das Chagas Santos, na nomeação de Manoel Lopes de Carvalho para tenente do Regimento de Dragões da Capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro e na concessão de um ano de licença ao Alferes Sebastião Barbosa de Menezes, da guarnição da Capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul.

* * *

A elevação do Rio-Grande à categoria de Capitania Geral fôra objeto de consideração em Lisboa. E' o que se depreende da informação prestada pelo Conde de Rezende a D. Rodrigo de Souza Coutinho a 23 de janeiro de 1798 e está publicada no Vol. da Revista do Instituto Histórico do Rio-Grande, correspondente ao ano de 1929. O parecer do Conde assim começa:

“Ilmo. Exmo. Sr. Recebí o Offício de V. Exa. expedido na data de 9 de dezembro de 1796, ficando na intelligência

e obrigação de informar sobre os meios que são necessários empregar, para estabelecer uma Capitania do Rio-Grande-de-São-Pedro e Santa-Catrina, que seja separada desta e sobre o sistema que se poderia seguir para segurar daquele lado com Povoações os nossos limites da parte dos espanhóis.

E' tão acertado o pensamento desta separação, que me parece de suma importância aplicar todos os meios para que ela se verifique pelas vantagens que se prometem, suposta a independência em que ficará aquela futura Capitania para as suas prontas resoluções, que em muitos casos se deixariam de tomar, esperando-se as decisões desta Capital, donde pela distância e falta de individuais notícias não se poderiam comunicar em tempo de produzirem o seu desejado fim, especialmente em uma fronteira sujeita a infinitas ocorrências”.

As contendias nas fronteiras extremas do sul brasileiro davam importância sempre crescente ao Rio-Grande e a seu governo. Estavam invariavelmente em choque, nas campanhas meridionais a soberania portuguesa, a glória de suas armas, o brio da nacionalidade.

A bravura dos rio-grandenses polarizaria no Continente todas as preocupações da política lusitana na América.

Isso decorre no ano 1801. Apoderando-se da região das Missões, antes ocupada pelos Jesuítas e seus índios, e do território chamado de Entrerios, as raías da capitania foram bater nas margens do Uruguai, do Quaraí e do Jaguarão.

As quatro **províncias** do mapa do Alferes Rodrigues de Córdova eram apenas a metade do Rio-Grande-de-São-Pedro, a outra era a conquista arrojada das partidas de Borges do Canto e Pedroso e do exército de Marques de Souza.

Não dependia mais do arbítrio e da vontade da metrópole portuguesa a importância hierárquica da capitania rio-grandense; ela se impunha, exigindo uma autoridade ampla, autônoma, pronta para afrontar as conseqüências que os golpes, de heroísmo da nossa gente acarretariam, guardando e defendendo a todo transe a integridade de nossas conquistas.

Impunha-se assim a elevação do Rio-Grande a Capitania Geral. Foi efetivada essa medida aos 25 de fevereiro de 1807, e nomeado D. Diogo de Souza para a honrosa investidura.

* * *

Modificado o regime do Brasil pela vinda da família real para o Rio-de-Janeiro, criado o reino unido a Portugal e Algarves, nenhuma alteração sofreu a estrutura administrativa do Rio-Grande no tocante a sua suprema autoridade.

Estava no desempenho das funções de Capitão-General o Governador João Carlos Saldanha de Oliveira Daum, nomeado por Carta Régia 26 de março de 1821, quando repercutiu no Rio-Grande a Revolução constitucionalista do Porto, de 24 de agosto de 1820.

Conformando-se D. João VI com a vitória dos revolucionários e repudiando o regime absolutista, aboliu êle antes de partir para a Europa, de regresso à sua côrte de Lisboa, os governos das capitanias que passaram todas a ser províncias, administradas por juntas governativas eleitas pelo povo, por processo indireto, "entre os cidadãos mais conspícuos por seus conhecimentos, probidade e aderência ao sistema constitucional".

Passou o Rio-Grande a ser a **Província do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul**, como consta do Auto de posse inserto à pág. 31 do número 7 da Rev. do Arquivo Público do Rio-Grande.

Proclamada a Independência do Brasil foi apresentado à nossa primeira Assembléa Constituinte um projeto de Constituição para o Império, organizado por uma comissão de deputados, a 30 de agosto de 1823.

Dos dois artigos iniciais desse projeto constava que o território do Império compreendia as Províncias do Pará, Rio-Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio-Grande-do-Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe-d'El-Rei, Baía, Espírito-Santo, Rio-de-Janeiro, São-Paulo, Santa-Catarina, Rio-Grande--

do-Sul, Minas-Gerais, Mato-Grosso, as ilhas de Fernando-Noronha e Trindade e outras adjacentes, e por federação o Estado Cisplatino.

Em outro artigo essa denominação de província desapareceria, pois era proposta uma nova divisão territorial do Império em **Comarcas**, estas em **Distritos** e estes em **Termos**, levando-se em conta, quanto possível, os limites, naturais e igualdade de população.

As comarcas teriam um Presidente de livre escolha do Imperador.

Esse projeto de Constituição não chegou a termo. A Assembléa Constituinte foi dissolvida por ato imperial de 12 de novembro de 1823 e a 25 de março do ano seguinte D. Pedro I jurava uma Constituição Política que fizera organizar pelo Conselho de Estado e que foi aceita por toda a Nação Brasileira.

Relativamente ao assunto destas linhas a Constituição imperial impunha em seu artigo segundo que o território do Brasil ficaria dividido em **províncias**, na forma em que então se achava, as quais poderiam ser subdivididas “como pedir o bem do Estado”. O artigo setenta e três tratando dos Conselhos Gerais das Províncias estabelecia que nas mais populosas como Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Baía, Minas-Gerais, São-Paulo e Rio-Grande-do-Sul o número de membros dos Conselhos Gerais seria de vinte e um.

O primeiro Presidente da Província constitucionalmente nomeado pelo Imperador foi o Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de São-Leopoldo, que tomou posse de tais funções a 8 de março de 1824.

Não se apagara entretanto, a lembrança dos **continentinos**.

Ao levantar-se a Câmara da Vila da Cachoeira, na Baía, contra o General Madeira, que representava o colonialismo português, dirigiu ela um manifesto ao Príncipe D. Pedro relatando-lhe a primenra vitória alcançada pelos baianos contra os seus opressores, a 28 de junho de 1823. Em um de seus eloqüentes períodos se lê: “Altamente penetrado da mais viva gratidão para com Vossa Alteza Real, este povo brioso alme-

jará por repetir o grito regenerador dos mais felizes Fluminenses, Paulistas, Mineiros, Continentistas e Pernambucanos. Almejava por apagar a feia nódoa do cisma, que a seu bel prazer sete homens levantaram entre esta e as mais províncias brasilienses”.

Com a Revolução de 1835 o Continente do Rio-Grande volta a aureolar de glória a quasi deslemburada expressão.

Dois governos se mantiveram alí durante o período da guerra dos Farrapos: o monárquico, com seu presidente de província e o republicano, proclamado a 11 de setembro de 1836, após o combate do Seival.

Declarando-se independente do Império, o Rio-Grande transformava-se em Estado livre e adotava para título o de República Rio-Grandense, sob a forma federativa, à qual poderiam unir-se as demais províncias do Império que aceitassem esse sistema.

Na primeira proclamação de José Gomes de Vasconcelos Jardim, o vice-presidente que exercia o governo da novel república pelo aprisionamento de Bento Gonçalves, o presidente eleito, ressurgia a evocação do tradicional Continente.

“Ah! dia de prazer para os verdadeiros amigos da Liberdade; dia de glória para os Rio-grandenses que amam sinceramente a sua Pátria. Uma nova época começa a renascer que gravada com letras de oiro nas páginas da história formará a grandeza dêste vasto Continente. Sim, a Nação Rio-Grandense é desde hoje imediatamente um Estado livre”.

Proclamação de 6 de novembro de 1836, publicada na “Gazeta Mercantil”, de 17 de dezembro. ⁽³¹⁾.

Como um símbolo de honra para os republicanos se espalha pela legenda e pela história a quadrinha:

Nos ângulos do Continente
O pavilhão tricolor
Se divisa sustentado
Por liberdade e valor.

(31) Vol. XXXI, das Pub. do Arq. Nac. pág. 12.

com que os heróicos farroupilhas saüdavam a terra, a bandeira e as virtudes da gente do Rio-Grande, a quadrinha que ecoa ainda hoje com entusiasmo no coração daquele povo.

Realizada a paz de 1845 desaparece a República Rio-Grandense e volta a integrar-se o Brasil com todos os filhos da província, restituídos honrosamente ao regime do Império.

Com a proclamação da República dos Estados-Unidos-do-Brasil, passou o Rio-Grande a esta categoria, que a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 consagrou em seu artigo primeiro: A Nação Brasileira adota como forma de governo sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitue-se por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias em Estados-Unidos-do-Brasil.

Organisando a sua constituição própria, decorrente do regime federativo, em 14 de julho de 1892 o Rio-Grande consignava em seu primeiro artigo:

“O Estado do Rio-Grande-do-Sul, como um dos membros componentes da União Federal Brasileira, constitue-se sob o regime republicano, no livre exercício de sua autonomia, sem outras restrições além das que estão expressamente estatuídas na Constituição da República dos Estados-Unidos-do-Brasil”.

* * *

O sertão de que falava D. João V, em 1717 era em 1892 uma das mais formosas estrêlas da constelação republicana do Brasil. Vai prosseguindo na sua órbita crescente dentro dos destinos da pátria gloriosa: é hoje o Rio-Grande-do-Sul, o torrão querido que os seus filhos embora longe de suas plagas, têm sempre dentro do coração.

Rio, março de 1936.

Os africanismos no dialeto gaúcho

— por —

DANTE DE LAYTANO

Quando, nos fins do século passado, procurava-se apreciar a influência do elemento negro no português falado no Brasil, João Ribeiro dizia: “essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma” (1).

Esboçavam-se os primeiros esforços que mais tarde seriam levados adiante por Nelson de Sena, embora limitasse, êsse filólogo, seus trabalhos, tratando dos africanismos usados em Minas-Gerais. (2).

Finalmente, em nossos dias, a momentosa questão encontrou o seu analista em Renato de Mendonça, que escreveu, sobre o vasto assunto, uma obra interessante e forte (3).

Após os pacientes estudos dos nossos modernos filólogos, entre os quais devemos fazer referências especiais a Amadeu Amaral (4), a Mário Marroquim (5), a Xavier Mar-

1) “Dicionário Gramatical”.

2) “Africanismos no Brasil”.

3) “Influência africana no português do Brasil”.

4) “Dialeto Caipira”.

5) “Língua do Nordeste”.

ques⁽⁶⁾, a R. Garcia⁽⁷⁾, a Teschauer⁽⁸⁾, a Beaurepaire-Rohan⁽⁹⁾ e a Macedo Soares⁽¹⁰⁾ consolidou-se, por assim dizer, graças a Renato de Mendonça êsse capítulo, tão inexplicavelmente adiado, da língua portuguesa falada no Brasil.

O mesmo fenômeno observado com relação aos ensaios lingüísticos dos africanismos brasileiro, se reproduziu com os africanismos no dialeto gaúcho.

Não incluindo Apolinário Pôrto Alegre, que deve ser considerado um nome à parte, Romanguera Corrêa foi, quem abriu caminho, dando-nos um esplêndido vocabulário onde constam alguns africanismos⁽¹¹⁾ embora Pereira Coruja houvesse, pouco antes, publicado um pequeno "Vocabulário Rio-Grandense".

Roque Calage⁽¹²⁾ apresentou, muito mais tarde, um alentado vocabulário já registando mais do que duas mil palavras entre as quais estão perdidos os nossos regionalismos africanos. Acrecente-se os ensaios de filologia rio-grandense de Augusto Daisson, reunidos num livro: "À margem de alguns brasileirismos".

Mas, em 1935, apareceu um trabalho, que não há exagero em considerar como notável, feito por Luiz Carlos de Moraes⁽¹³⁾, onde os africanismos gaúchos estão, pela primeira vez, cientificamente colecionados.

Apolinário Pôrto Alegre deve ser considerado um nome à parte e tanto é verdade, que somos obrigados, pelo dever, a abrir um parênteses para fazermos ligeiros comentários sôbre a pessoa e a obra dêsse brilhante intelectual sul-rio-grandense.

Apolinário morreu nos princípios do nosso século e deixou uma obra composta de perto de trinta volumes, entre romances, livros de contos e poesias, estudos de história,

6) "Cultura da Língua Nacional".

7) "Dicionário de Brasileirismos".

8) "Novo Vocabulário Nacional".

9) "Dic. de Voc. Brasileiros".

10) "Dic. Brasileiro da Ling. Portuguesa" (e⁽²¹⁾).

11) "Voc. Sul-Riograndense".

12) "Voc. gaúcho".

13) "Voc. Sul-Riograndense".

filosofia, língua, política e ciência, peças de teatro, além de enorme produção esparsa pela imprensa do país.

Um dos maiores filólogos de seu tempo, estudou as palavras de origem africana, usadas pelos gaúchos, mas seu trabalho ainda permanece inédito, como quasi toda a obra mestra de Apolinário.

Apenas se conheciam alguns fragmentos do "Popularium Sul-Riograndense"; contudo nos foram fornecidas cópias desse manuscrito. Devemos à gentileza do sr. Álvaro Pôto Alegre, distinto filho do sábio rio-grandense, tão preciosos subsídios.

As pesquisas de Apolinário abrem novos rumos, consubstanciam hipóteses, imprimem outros sentidos, não só na dialetologia do Rio-Grande, como também na própria língua portuguesa falada no Brasil.

Apreciando, em síntese, os elementos que formaram o dialeto gaúcho, além do português arcaizado ou dialetal, encontramos diante do castelhano, língua espanhola da América, e do guaraní, linguagem dos nossos habitantes precolombianos.

"Do africanismo, temos poucas recordações em nosso repertório lingüístico", diz Luiz Carlos de Moraes, no seu vocabulário. Contudo, não é possível concordar com a tese desse interessante autor.

Os dicionaristas do dialeto gaúcho recolheram perto de cinquenta africanismos, cuja procedência é reconhecida pelos mais eminentes filólogos; temos a acrescentar outros tantos elementos afros usados no nosso linguajar. Então registamos uma porcentagem de cinco por cento sobre o total do vocabulário gaúcho. Porcentagem muito insignificante e facilmente aumentável, se tivermos em conta os africanismos que nos vieram do Rio-da-Prata.

Anote-se que os alemães vivem entre nós, há mais de cem anos, e não concorreram com meia dúzia de palavras no regionalismo. Por que a influência do meio atenua a psicologia do imigrante. Para vencer na conquista econômica entregou-se, êle, com entusiasmo, no contacto com as massas nacionais. O alemão e o italiano eram agentes ati-

vos, mas o negro não era mais do que um agente passivo. A penetração moral e humana do africano no sentimento do branco originava-se de imensas fontes subterrâneas.

O europeu se exprimia através duma civilização de latitudes mais ou menos iguais — portugueses, hespanhóis, alemães, italianos e entre êles reinava, embora vagamente, uma certa harmonia interior. O negro estava noutro clima. A luxúria portuguesa reduziu ao mínimo o pudor das escravas; os senhores e os feitores continuavam, com brilhantismo, as tradições medievais de castigos, e a falta de conforto material completava o ciclo de miséria do negro. Os brancos se reuniam para aproveitar os negros. Os agrupamentos foram se repudiando. Uns formavam a sociedade e outros formavam os párias. Mas, enquanto os brancos confundiam suas alegrias e seus pezares, traduzindo uma emoção que os séculos já conheciam, o negro geraria, no mundo americano, uma dôr mais atroz que haveria de imprimir qualquer coisa de estranho e original em todos os setores da nossa vida e da nossa alma.

Também ressalve-se que o povoamento português do Rio-Grande iniciou-se, lentamente, em 1700, formando mesmo seus primeiros aglomerados humanos sòmente nos princípios do século XIX.

O nosso território era parcamente trilhado por castelhanos e habitado por indígenas quando o Brasil tinha atingido há quasi três séculos de civilização.

Consideremos, é verdade, que os elementos naturais tinham se modificado no próprio Brasil ou mantinham-se retardados, como os açorianos, quando entraram no Rio-Grande.

Processou-se uma sub-caldeação dos elementos povoadores já caldeados. Ninguém poderá estabelecer certas fronteiras intelectuais, mas, quando o Brasil era um caos de povos que se diferenciavam, o próprio Rio-Grande se iniciava como um caos.

O elemento negro jogado, pelo europeu-americano, logo, nas estâncias, nas charqueadas, nos misteres agrícolas e nas armas, cabendo-lhe uma vida solitária sem contacto com

os brancos, cultivou sua língua e sua tradição. O perigo que resulta do isolamento das clans é que essas mesmas clans, embora consideradas inferiores, contagiavam violentamente o maior âmbito possível do "habitat" geral. Entregue aos negros os grandes trabalhos da vida pastoril, eles passaram a exprimir-se como lhes aprouve e quando os senhores, os brancos, precisavam ir diretamente a determinados assuntos, como a defesa da estância, combate ao roubo e à prática do contrabando de gado, não tinham outros recursos senão exprimir-se na mesma linguagem de patuá dos negros.

A pecuária, absorvendo a vida sul-riograndense, forma conseqüentemente, a mais típica das línguas gaúchescas.

Os africanismos se refletiram em todos os prismas: geografia, fauna, flora, religião, etc.

O poder irradiador do trabalho, onde o negro misturava a tristeza e a saudade, projetou-se implacável sôbre os usos e costumes e, mais ainda, sôbre o orgulho dos filhos da terra...

Os africanismos no dialeto gaúcho devem ser vistos através de uma interpretação mais desenvolvida.

As condições sociais dos escravos negros nos revelam essas forças que vivamente se impuseram no panorama sul-riograndense.

Coligindo os africanismos do vocabulário gaúcho dividí-mo-los, para melhor apreciar, em vários grupos.

I — Incluímos num grupo os africanismos registados pelos vocabularistas sul-riograndenses, embora, quasi sempre, não tenham êsses mesmos vocabularistas dado as respectivas etimologias:

Aricungo, angola, angico, angú.

Banzo, bocó, bombear, banguê, bambá, bambaquerê, bundum, bobó, bambú (bambuzal), banzear, bambear, boquinha, burundangas, balaio,

Cafife, cafua, cabungo, calombo, capenga, capanga, cangica, caximbo, candonga, candomblé, cambaio, cambada, cambota, camondongo, caxereguengue, chingar, chimbé, chicana,

Empacaceiro, encabular, enquizilar (engambelar),
Fuá, fuchicar, fandango, fufia,
Gambá, granja, guaimbé,
Macota, mogango, mulambo, muxiba, malungo, mandraco, mandinga, maromba, marimbáo, moleque, matungo, massapé, muafos,
Pinguela, pito, papagaio,
Quibebe, quimbombo,
Samburá, senzala,
Tarimba, tangolomano, tambo, tunda (tuzina),
Zambo.

II — Palavras de origem afro usadas no nosso linguajar doméstico ou geográfico e que, entretanto, não foram incluídas nos dicionários sul-riograndenses até agora aparecidos:

Banana, bugiganga, carúrú, carumbé, congo, cacimba, caxambú, cafundó, catimbáo, cafuso, caconda, fulo, gama, inhame, macuco, mulata, monjolo, mocotó, marimondo, macaco e xafariz.

III — Um grupo constará de palavras gaúchas que possuem a prosódia semelhante a alguns africanismos da língua brasileira.

Estão neste caso as palavras gaúchas cachaço, cangerana, capetage, chambão e respectivamente os africanismos cachaça, cangeré, capeta e camba.

IV — Palavras gaúchas que parecem de procedência africana podem ser agrupadas numa categoria à parte, tais como fufia e outras.

A influência africana no vocabulário gaúcho está assim absolutamente definida.

Um dos nossos mais interessantes filólogos, falando das palavras africanas no dialeto caipira, afirma que “a colaboração do negro por mais estranho que o pareça, limitou-se à fonética: o que dêle nos resta no vocabulário rústico são termos correntes no país inteiro e até em Portugal” e concluindo: “há um certo número de provincia-

nismos brasileiros de origem africana, que recebidos pela maior parte do Norte, aqui se introduziram no falar das cidades e na linguagem literária, mas não penetraram no dialeto”.

Contudo, Nelson de Sena adianta-se, admitindo que êsses termos caipiras, em número razoável, “não passam de revivescência do viciado falar africano transmitido aos mestiços do caboclo, do negro e do branco, não só no vizinho Estado (S. Paulo) como noutras partes do Brasil”. Mais tarde o próprio filólogo Nelson de Sena, num número de 1934 da “Revista de Filologia e História” em interessante ensaio, afirma duma maneira categórica, a opulência africana na nossa língua.

Entre a opulência africanista e a colaboração negra limitada à fonética existe alguma diferença...

Coube, de fato, aos africanismos, um papel mais geral de influência na linguagem do Brasil.

Os negros se esparramaram no mapa do país e, em diversos lugares, tiveram afazeres diversos.

Assim os pretos ficaram, ao norte, nos trabalhos de algodão, das palmeiras, das castanhas, etc.; ao nordeste, nos engenhos de açúcar, e, na Baía, nas plantações de fumo; em Minas e Estados centrais, no ouro e pedras preciosas; ao sul, nos cafesaís; e no Rio-Grande, nas charqueadas.

Esta enorme população negra se exprimia, em todo o território, com certa unidade de linguagem, embora os diferentes idiomas africanos; mas também era natural que essa linguagem, se adaptasse convenientemente à fisionomia do ambiente. Dessa presumível unidade, teríamos os chamados provincianismos usados de norte a sul do país e dessa adaptação aos lugares de trabalho escravo, temos os regionalismos, empregos típicos da linguagem de determinada região.

O negro influíu poderosamente nos modismos e termos do Brasil e de uma maneira tão ilimitada foi essa influência que ela se subdividiu várias vezes para satisfazer as exigências das paisagens locais.

O reflexo do espírito afro não se limitou, na nossa lín-

gua, ao vocabulário; mas, pelo contrário, estendeu-se por toda a gramática.

Impossível seria reduzir a expansão negróide para enquadrá-la, ridiculamente, em meia dúzia de palavras.

O dialeto gaúcho recebeu a contribuição não só luso-africana ou afro-brasileira como também hispano-africana ou afro-rio-platense.

Os negros importados pelos espanhóis e desembarcados no Rio-da-Prata facilmente atingiram, por inúmeras vezes, às nossas regiões.

O fenômeno negro desdobra-se no Rio-Grande-do-Sul. Os africanismos nos vieram de duas maneiras.

Roque Calage anota o seguinte: "Tão grande foi essa acentuada influência que 60 % dos vocábulos rio-grandenses são de origem hispano-platina ou puramente platinos".

Assim, através dos castelhanos ou dos portugueses, chegaram-nos os africanismos do dialeto sul-riograndense.

Não há propriamente necessidade absoluta de insistir-se na influência rio-platense no Rio-Grande-do-Sul.

Sociólogos e historiadores, como Félix Contreiras Rodrigues e Otelo Rosa, entretanto tem combatido essa chamada influência platina no desenvolvimento do Rio-Grande. Alfredo Varela, e outros, falam com entusiasmo do "castelhanismo" no gaúcho sul-riograndense.

Contudo, os argentinos e os uruguaios também argumentam sobre essas duas teses, vistas em funções de seus interesses sociais.

Não teria havido apenas um fenômeno de simbiose comum das regiões fronteiras?

Mas sempre se fez um silêncio absoluto ao falar-se do negro que veio, até nós, pelos castelhanos.

Coube a Vicente Rossi, investigador de qualidades, romper o silêncio de tantos anos, escrevendo um livro⁽¹⁴⁾ que é uma verdadeira reivindicação do papel do preto na civilização platina.

14) "Cosas de Negros" (Imprenta Argentina — Cordoba) — Río de La Plata — 1926.

Aliás, os argentinos reiniciaram os estudos da questão negra uns dez anos antes do que nós.

Rossi, analisando o intercambio afro-brasileiro-platino, diz que “os baianos foram, sempre, os nossos hóspedes habituais, pois constituíam a grande maioria da tripulação da marinha mercante brasileira assim como os rio-grandenses foram os nossos hóspedes obrigatórios, por via terrestre”. E ainda argumenta: “Ocidentais, orientais e brasileiros, por muitas décadas, acenderam seus “fogões” em solo charua e transformaram êsses fogões numas intensas academias de tradições e modalidades, transmitindo-se músicas, cantos, costumes, objetos e vozes, vozes sobretudo. Por camaradagem ou por hábito, o vocabulário brasileiro, corrente e gracioso, deleitava os lábios negros e os nossos alegres “criôlos” se empenhavam em adotá-lo e rapidamente corria pelo Prata, incorporando-se à linguagem popular.

O contínuo uso deu carta de cidadania a muitos e a renovação das gerações fez esquecer sua procedência.

E’ inevitável a recíproca: inúmeras vozes rio-platenses foram levadas ao Brasil e ainda subsistem no Rio-Grande-do-Sul”.

Rossi abre um novo rumo para as nossas interpretações lingüísticas, quando fala dos afro-brasileirismos que se incorporaram no dialeto rio-platinense, mas que a “renovação das gerações fez esquecer sua procedência...”

Restava promover-se uma pesquisa etimológica das mais sérias. Nós mesmos levamos as nossas vozes para o Prata e, depois, outra vez as recebemos mais ou menos modificadas.

O negro desempenha, então, um papel mais importante.

Torna-se um veículo do desenvolvimento lingüístico. Fornece elementos para o português e para o brasileiro, para o espanhol e para o rio-platense, formando os linguajares afro-luso-brasileiro e afro-hispano-rio-platense.

A significação da influência platina no dialeto sul-rio-grandense é muito mais ampla do que se tem observado até agora.

O elemento negro, o “criôlo” do Prata ou o próprio negro brasileiro, quando na Argentina e no Uruguai, penetrou na língua espanhola falada nessas regiões, o castelhano, e chegou até nós, incorporando-se no dialeto gaúcho do Brasil. Recebemos as vozes platinas como modismos hispano-americanos quando essas mesmas vozes não eram apenas hispano-platinas, mas também africanas.

Assim para estudarmos a etimologia do vocabulário do pampa rio-grandense, embora se fale de castelhanismo, temos que recorrer aos dicionários africanos.

E’ quasi uma revelação mostrar que os chamados castelhanismos (60 %) do nosso vocabulário tenham, em parte, origem negróide. Somando os africanismos luso-brasileiros e os africanismos rio-platenses, que passaram para o nosso dialeto com o nome de castelhanismos, podemos afirmar que a porcentagem negra no nosso vocabulário não é apenas de 5 %, mas duns 20 % ou pouco mais.

Ficando o restante para o guaraní, que também foi muitíssimo usado nessas partes do sul da América, o português insular (açoriano), o português em si e em diversas variantes que começaram a manifestar-se no Brasil, etc.

Era claro que milhares de criaturas postas em contacto com pátrias novas haveriam de amalgamar-se num todo que definiria o que os sociólogos iriam chamar o “sentido americano”.

A influência negra não pairou num carácter geral e brasileiro, mas atingiu, também, uma significação particular e regional.

Se alguns africanismos do dialeto gaúcho são comuns aos dialetos de outras regiões como, aliás, é natural às palavras que dimanam de raízes mais ou menos comuns, outrossim se encontram alguns termos negros postos de acôrdo com o cenário da pampa.

O vocabulário afro-gaúcho não se restringe às significações campeiras e pastorís ou aos diversos usos, costumes, dansas, jogos, etc.; mas, num fundo maior, alcança algumas dezenas das próprias designações geográficas do Rio-Grande-do-Sul.

Está faltando apenas o filólogo que se resolva a esclarecer a tese do africanismo na formação dialetal da pampa brasileira.

Para concluirmos o presente estudinho, precisamos tratar, ainda, das línguas negras faladas no Rio-Grande-do-Sul, reportando-nos a um pequeno esquema de história lingüística do continente africano.

Desde os irmãos Schlegel que começou, por assim dizer, a ser estudado; depois Lepsius, Fred. Miller, que, em 1867, publicou um compêndio sobre as línguas africanas e Hovelacque⁽¹⁵⁾ coligiu elementos para as primeiras classificações, até chegarmos aos ensaios modernos de Delafosse⁽¹⁶⁾ e Homburger⁽¹⁷⁾ mas somente em Drexel, Albert Drexel, a filologia negra encontraria uma nova orientação científica mais precisa.

Drexel classifica as línguas negras assim:

I — Sudanesas.

II — Bantús.

III — Bantuídeas (transição entre o bantú e o sudanês).

1 — As línguas sudanesas, subdividem-se:

- a) línguas “wule” (grupos oriental, ocidental, central, “fang” e “yaund”).
- b) línguas “ngo” e “nke” (grupos “Bambarra”, “soninke” e “songaia”, etc.).
- c) línguas “manfú” (grupos “kru”, “adamaye” e “egba” com o “achanti”, “ioruba” e “lebú”).
- d) línguas “kanuri” (grupos “kanuri”, “maba”, etc.).
- e) línguas “nilóticas”, (grupo “nuba”, etc.).

2) As línguas bantús compreendem:

- a) línguas “teke” (grupos “duala”, “kuba”, “lolo” e “bongo”).

15) “La Linguistique”.

16) “Les langues du monde”.

17) “Les langues du monde”.

- b) línguas “songo”.
- c) línguas “ndongá” (grupos “herero”. “nyam-wezi”, etc.).
- d) língua “suaheli” (grupo “nika”).
- e) línguas “konde” (grupos “sena nyandja”, “yao-bemba”, “pokoro-kinga”).
- f) línguas “makua” (grupo “tugula”, etc.).
- g) línguas “sotho” (grupos “xosa”, “zulú”, “peli”, “tchuana”).

3) As línguas bantuídeas se compõem:

- a) grupo norte (norte-oriental e norte-ocidental).
- b) grupo meridional (“togo”, línguas do norte, sul e isoladas).
- c) grupo norte-central (“góla” e línguas “zur-ma”).
- d) grupo central-meridional (“mossi” e “grussi”).
- e) grupo oriental (“tagoy” e “kanderma”).

Considerando duma maneira geral que as grandes levas de nossos escravos negros vieram da África ocidental, meridional e parte da equatorial, temos que os contingentes humanos trouxeram as línguas dessas regiões para o Brasil.

O “quimbundo” e o “nagô” foram as línguas negras mais faladas no nosso país. Outras línguas negras de diversos grupos e sub-grupos tiveram curso, entre nós, tais como o “kanuri”, “haussá”, “nupé”, “iebú”, “nubuli”, “mahi”, “mina”, “ewe”, “fanti”, “achanti”, “mali”, “sus-su”, “fula”, “wolof”, “pepel”, “cafre”, etc.

Apreciando, ainda no continente africano, as línguas que depois foram faladas no Brasil, podemos fazer o resumo seguinte:

Línguas do Sudão (e da Guiné):

“Haussá” — empregada por 4.000.000 de pretos nas províncias de Katsena, Talma, Gober e Sokoto.

“Kanuri” — Língua usada pelos Bornus, que habitam as margens do lago Tsad.

“Nupé” — (também chamada “nife” ou “tapa”), “Iebu”

(também chamada “idjebú” e “Nagô” (também chamada “joruba” ou “egba”) são línguas faladas pelos povoadores do vale do baixo Niger, antes dêsse rio atingir seu delta.

“Mahi”, falada ao norte de Abomei, “Mina” (também chamada “Gê”, “Gegbe” e “Popo”). “Fanti” (também chamada “Tchi”) é a língua dos Fantees.

“Achanti” (também chamada “Assanti”) é a língua dos Achanti. Todas essas últimas cinco línguas estão localizadas em regiões que, mais ou menos, seguem os contornos do golfo de Guiné.

“Mali” (também chamada “Mandê” ou “mandinga”) é a língua mais importante da África Ocidental, sendo falada por 4.500.000 pessoas.

“Sussu” (também chamada “soso”) é falada na região nigera-senegalesa.

“Fula” é a língua dos fulas, “Wolofo” é a língua dos jalopos e “Pepel” é a língua falada pelos pepéis e essas três línguas são usadas nas regiões guineo-senegalesas.

Língua bantuídea: “Nabuli” (também chamada “Nuruma”, “Guresi”, “Grussi”, “Gurunssi” ou “Grunsi”) é usada na bacia superior do rio Volta.

Línguas Bantús:

“Quimbundo” — pertence ao grupo ocidental do sul da África onde também estão incluídas as línguas “mbunda”, “umbundo”, “lunda” e “ndonga”.

“Cafre”, que é falada na costa africana sul, banhada pelo oceano Índico.

A geografia lingüística dos falares negros do Brasil vista pelas suas origens no continente africano, serve para informar da procedência dos nossos povos pretos.

Os sudaneses são as populações mais importantes da África.

Agora quanto às populações negras do Brasil: “prevaleram os Nagôs na Baía, talvez os Congos em Pernambuco e os Angola no Sul, no Rio e em S. Paulo”, (R. Mendonça).

Um as línguas negras tiveram mais uso do que outras no nosso país, aliás fenómeno comum; mas de algumas

línguas se têm provas robustas de seu emprêgo diante do recolhimento de vocábulos feitos, em grande parte, por Nina Rodrigues ⁽¹⁸⁾, mestre de assuntos africanos, a quem se deve o início dêsses debates.

Contudo, diante da importação de escravos negros, devemos estender o emprêgo dos linguajares africanos no Brasil a todos os grupos, que foram trazidos até nós, mesmo à revelia das respectivas pesquisas filológicas ainda não procedidas...

O retardamento dos estudos lingüísticos, porque apenas agora estão surgindo novos pesquisadores, nos fez perder as melhores contribuições.

Muitas tribus, entre nós, extinguíram-se logo, outras mesclaram-se e o movimento de massas humanas, em mais de três séculos, fatalmente transformaria os sistemas de falar e até os próprios costumes de povos, raças...

Entretanto, das línguas negras faladas no Brasil, duas tiveram o caráter de língua geral dos africanos: o nagô ou ioruba, língua sudanesa, empregada na Baía, e o quimbundo, língua bantú, usada no sul e no norte.

A complexidade do problema da filologia negra exige, para uma interpretação mais racional, que se admitam muitos outros fatores.

As línguas negras importadas do Sudão, costa ocidental norte atlântica, Guiné ou da região Bantú, no tronco sul do continente africano, sofreram as maiores transformações logo que entraram em contacto com as populações brasileiras.

Assim foram as línguas negras perdendo a sua pureza de origem para formarem os dialetos negro-americanos.

Mas outros índices dignos, para o estudo da língua negra e suas modificações, estão nos dialetos crioulos afro-portugueses das ilhas de São-Tomé, Príncipe, Ano-Bom, Cabo-Verde e a Costa d'África além do guinéense.

"Estes dialetos negro-portugueses constituem um ele-

18) "Africanos no Brasil".

mento de comparação indispensável para discriminarmos o papel do negro na fonética brasileira” (Mendonça).

As modificações das línguas negras se processaram mesmo de alguma maneira na África, quando da aproximação dos imigrantes, comerciantes e navegadores portugueses.

Vieram, assim, os linguajares negros sofrendo diversas modificações; mas os dialetos que surgiram no Brasil também tomaram significação especial.

Há necessidade absoluta, pois, de atender-se ao fato de relativo distanciamento em que se colocaram das línguas matrizes os dialetos negro-americanos e negro-portugueses.

Sòmente tendo em conta tão múltiplos elementos, é que se pode chegar a uma compreensão do estado das línguas negras no Brasil. A verdade, entretanto, é justamente que, em pouco tempo, na América Portuguesa, os escravos negros não falaram as línguas sudanesas, bantús ou bantúideas com muita pureza...

A contribuição africana no vocabulário gaúcho se reduz, mais ou menos, a palavras de origem bantú, uma vez que foram insignificantes as entradas de escravos negros no Rio-Grande.

Não obstante, usaram-se entre nós termos de outros grupos lingüísticos africanos, mesmo por que o emprêgo de vocábulos negros, a influência afra no nosso linguajar, etc., estão sujeitos às leis mais estranhas e complexas...

Catalogando os termos afro-gaúchos ou afro-brasileiros, reportando-nos aos falares africanos, vamos adotar, pela sua amplitude de detalhes, a classificação ou o mapa lingüístico africano de Homburger.

As línguas bantús, para Homburger, estão divididas em onze grandes grupos que se subdividem em muitíssimos pequenos grupos.

O que nos interessa é o grupo ocidental, onde estão incluídos os linguajares quimbundo, ambundo, etc.

Foi da África Ocidental que nos veio uma boa parte da importação negra e os africanismos gaúchos são termos provenientes desse grupo ocidental:

Bambaquerê, bamba, banguê, banza, banzo, banzé, ban-

zear, bambê, bombear, carimbo, catita, cafife, cafua, cabungo, calombo, candonga, camondongo, cacimba, cafunê, caximbo, caçula, curiar, coxilar, dengüê, encabular, engambelar, fubá, gimbo, libambo, moxinga, mocambo, macota, macuto, minhoca, murundum, mulambo, marimbondo, marimbáo, mexiba, quibebe, quilombo, senzala, tunda, tanga, tico e uricungo.

Ainda são termos bantús:

Bimba, batuque, boquinha, burundangas, bumba, cambuta, camafange, cuimba, fuchicar, gingar, gogá, gangana, guando, jagunço, japona, libata, lundú, lenga-lenga, mataco, macumba, matambi, mazombo, mogango, moringue, moxôxô, missanga, nêê, quenga, quigila, quitanda, salalo e tamina.

São termos de origem africana (uso indistinto?):

Angú, candomblé, congo, inhame, matungo e mandinga.

Assim temos um esquema das palavras de influência africana usadas na linguagem dos rio-grandenses.

Depois, num pequeno vocabulário, estudaremos, com maiores detalhes, a etimologia dessas palavras.

A dialetologia gaúcha precisa abandonar a preocupação do vocabulário porque, revelada a obra de Apolinário, mesmo depois do trabalho de Luiz Carlos de Moraes, quasi nada mais há o que acrescentar.

E' verdade que nem sempre se tem estudado a etimologia dos nossos vocábulos...

Nós, também, ⁽¹⁹⁾ recolhendo uns cem termos da linguagem dos praieiros do nordeste do Rio-Grande, termos cujo uso foi devidamente identificado, apenas lhe demos a significação e seguindo o caminho de Roque Calage não entramos em maiores detalhes. Interessante que a maioria de tais palavras (umas cem) do nordeste ainda não apareceram nos nossos vocabulários...

Devemos passar aos novos campos das pesquisas filológicas.

Afim de estarmos ao par duma investigação definitiva.

19) "Voc. do Nordeste — Linguajens dos praieiros".

sôbre os africanismos em uso geral, no Rio-Grande-do-Sul, precisamos autenticá-los, segundo os depoimentos dos nossos filólogos.

Tratamos, então, dos vocábulos de origem africana e alguns de seus classificadores:

Angú, aricungo, bamba, bambaquerê, bambê, bóbó, banza, banzé, batuque, bongar, carurú, congo, cacimba, cafuné, caçula, caloji, carimbo, cochilo, curiar, camafonge, dengüê, enxacôcô, fubá, gambá, lundú quibebe, quimbombo, malungo, murundum, mandinga, muxôxô, marimbáo, matungo, moleque, maromba, mocambo, mocotó, senzala, fulo, inhame, marimbondo, minhoca, macamba, macota, missanga, mataco, macuto, tamina, tutu, zungú, libamba, tunda, zambo, tanga, zambi, papagaio, macaco, cafe, cafuá, cabungo, calombo, chingar, cangica, candonga, candomblê, cambada, camondongo, gimbe, guzo, gongá, são termos que, com essa etimologia africana, constam do vocabulário de Renato de Mendonça.

Bundum, caconda, cacunda, cambaio, cambota, chicana, tambo, combuta, gama, são termos que Nelson de Sena recolheu como africanismo da nossa língua mas ainda o mesmo filólogo, Nelson de Sena, dá-nos muitas outras palavras cuja procedência considera duvidosa.

Embora faça a necessária ressalva, admite êsse estudioso que as palavras abaixo possam ter etimologias africanas:

Angico, anta, banana, bambú, mulata que de acôrdo com Nelson de Sena, "são duvidosas, quanto à origem, contestada por muitos indianólogos e vernaculistas".

Mas, em estudo mais recente, o mesmo sr. N. de Sena amplia e modifica alguns conceitos de filologia africana-portuguesa.

Angola, bocó, bugiganga, capenga, caxerenguengue, mulambo, pito "são termos comuns no nordeste, recebidos dos negros", como diz Mário Marroquim.

Bombear, capanga, ganja, manguá, e samburá são palavras de procedência africana, segundo Jaques Raimundo no seu "Elemento Afro-Negro na Língua Portuguesa".

Muitos dêsses africanismos, está claro, são simultaneamente estudados por diversos filólogos, mas dando a cada um deles, africanismos, um de seus intérpretes na nossa língua parece ser o suficiente para que se lhe autentique o uso intelectual e popular.

Apreciamos os africanismos no vocabulário gaúcho, os mesmos africanismos nas autênticas dos nossos modernos filólogos e agora vamos citar os recolhedores dos africanismos sul-riograndenses.

Luiz Carlos de Moraes, que nos deu a melhor coletânea no gênero, além de ser um dicionarista novo, no seu "Vocabulário Sul-Riograndense" incluiu os seguintes africanismos:

bamba, bambaquerê, boquinha, banguê, banzo, burundangas, banzear, cafife, cafua, cabungo, calombo, candonga, cacunda, camondongo, caximbo, capenga, capanga, cangica, candomblê, cambota, caxerenguengue, catinga, chimbé, chingar, aricungo, angico, anta, angú, angola, bocó, bundum, bambuzal, balaio, bombear, fandango, fuá, fufia, gambá, ganja, guaimbé, mandraco, malungo, manguá, mandinga, maromba, marimbáo, empacaceiro, enquizilar, (engambelar), fuchicar, macota, mogango, mulambo, e muxila.

Roque Calage, um dos nossos mais interessantes regionalistas, deu-nos também um belo vocabulário gaúcho, mas escrito há uns dez anos passados; portanto, ainda não estava dentro do atual rumo africanista dos nossos estudos.

Daí o preferirmos Moraes; Calage, porém, recolheu, entre seus 2.000 vocábulos, diversos africanismos, embora não lhes citasse as origens, e aí figura "cambada" além de diversos outros.

Agora, desde os africanólogos brasileiros antigos ou modernos e os seus dicionaristas do Rio-Grande, está Apolinário Pôrto Alegre com o seu inédito "Popularium Sul-Riograndense".

Apolinário estudou quasi todos os vocábulos de origem africana da nossa língua.

Dando ao seu trabalho o título de sul-riograndense ad-

mite, assim, o uso consagrado de tais palavras negróides entre os gaúchos.

Partindo dêsse critério incluímos os africanismos do “Popularium” como termos regionais do Rio-Grande.

Respeitamos em tudo as pesquisas do cientista e em nada lhe alteramos o sentido, o conceito, as afirmações, embora, às vezes, pareçam essas afirmações filológicas um tanto chocantes diante das novas descobertas lingüísticas.

E’ como observa Nina Rodrigues: “Com esta idéia preconcebida de que fôsem bantús todos os negros brasileiros, concorre para o exclusivismo apontado a circunstância de que os estudos dos portugueses sôbre as línguas africanas e as modificações por elas produzidas na sua e nossa língua vernácula, tem versado todos sôbre línguas bantús, desde a “Arte da língua d’Angola” em 1697 do jezuita Pedro Dias até às obras recentes do sr. major Dias de Carvalho sôbre a língua do Lunda (1890)”.

O trabalho de Apolinário está nessa temperatura, pois o sub-título do “Popularium” quando trata dos africanismos é com a designação de “elementos bantús”...

Isso que poderá parecer defeito, se avaliarmos os esforços de Apolinário através duma visão estreita e vulgar, em nada diminue a obra esplêndida do nosso grande pesquisador.

Ainda hoje, evoluídos os estudos de língua, o “Popularium” é um monumento de cultura.

Apolinário fundamentou suas investigações nos melhores autores. Interessante seria promover um ligeiro retrospecto, como de fato vamos tentar, sôbre as consultas filológicas a que Apolinário recorreu para seus estudos, consultas, muitas vezes, aceitas apenas para serem refutadas, em seguida.

Mas o filólogo rio-grandense citou nos seus trabalhos:

Os dicionaristas da língua portuguesa, tais como, Bluteau, Vieira, Morais e Aulete.

Os recolhedores especializados nos termos brasileiros.

Beaurepaire Roham ⁽²⁰⁾, Macedo Soares ⁽²¹⁾, Braz Rubim ⁽²²⁾, Almeida Pinto ⁽²³⁾;

Os vocabularistas que organizaram dicionários particulares das palavras oriundas do africano (do asiático e do americano): Fr. B. M. de Canneccatim ⁽²⁴⁾, Serpa Pinto ⁽²⁵⁾, além de Dohnés ⁽²⁶⁾;

O historiadores do continente negro: Carvalho de Menezes ⁽²⁷⁾, e P. Manso ⁽²⁸⁾;

Os grandes trabalhos de Litré, Dominguez, Aires de Casal, João de Barros, D. Diogo de Menezes, Martins, Sílvio Romero, Fr. Evaristo de Leoni, Fr. João de Souza e outros, além de W. H. I. Bleck com sua famosa gramática do Congo ⁽²⁹⁾.

As citações de Apolinário e os modernos filólogos brasileiros quasi que completam, por assim dizer, a nossa bibliografia.

Torna-se necessário apreciar, ou melhor, referir-nos aos ensaios de Souza e Oliveira e Castro Francina ⁽³⁰⁾, Pereira Nascimento ⁽³¹⁾, Gonçalves Viana ⁽³²⁾, Rodolfo Delgado ⁽³³⁾, Cordeiro da Mata ⁽³⁴⁾, Courtois ⁽³⁵⁾, Carvalho ⁽³⁶⁾,

(20) Gb. cit

(21) "Sobre as palavras africanas introduzidas no português do Brasil".

(22) "Vocabulário Brasileiro".

(23) "Dicionário Botânico Brasileiro".

(24) "Coleção de observações gramaticais sobre a língua bunda ou angolense e dicionário abreviado da língua conguesa".

(25) "Brave vocabulário in Através da África".

(26) "A zulu — kafir dictionary".

(27) "História do Congo".

(28) "Demonstração geográfica e política do território português na Guiné Inferior".

(29) "Comp. Grammar Kongo, etc."

(30) "Elementos gramaticais da língua nbundu".

(31) "Dicionário Português — Kimbundo".

(32) "Palestras filológicas" e "Ortografia Nacional".

(33) "Gonçalves Viana e a lexicologia portuguesa de origem asiática-africana".

(34) "Ensaio de dicionário kimbundo-português".

(35) "Elementos de gramática tetense".

(36) "Língua de hunda".

Negreiros ⁽³⁷⁾, Leite de Vasconcelos ⁽³⁸⁾ e Rob. Neod Cust ⁽³⁹⁾ que são obras indispensáveis para os estudiosos da língua portuguesa e suas modificações.

Fazendo, ainda, algumas considerações sobre os africanismos do vocabulário gaúcho, temos que considerar, num grupo à parte, as palavras recolhidas por Apolinário. Ou melhor: os africanismos sul-riograndenses que, com êsse sentido regional, somente aparecem em Apolinário, tais como:

Arimo, banza, banzé, bambe, bimba, bumba, batuque, caçula, cambuta, cajoli, carimbo, coxilo, cuimba, catita, chila, curiar, camafonge, dengue, enxacôco, fubá, gingar, gimbo, gangana, gundo, guzo, gongá, jagunço, japona, lenga-lenga, langue, libambo, libata, lundú, macamba, mutambi, macuto, mataco, moringue, moquiço, muxôxo, murundum, minhoca, missanga, moxinga, mocambo, nêê, quenga, quigela, quitanda, salalo, senga, senzala, papagaio, samba, tico, tutú, tamina, tunda, tanga, xafariz, zumbí e zungú.

O depoimento filológico de Apolinário é precioso e seu abundante material bem caberia numa pequena distribuição, por exemplo, assim:

a) Os vocábulos empregados no dialeto gaúcho e que não aparecem nos dicionários sul-riograndenses até hoje publicados.

b) Os vocábulos recolhidos pelos dicionaristas do Rio-Grande, mas que acidentalmente e assim mesmo somente alguns, foram apreciados como africanismos.

c) Os vocábulos do dialeto brasileiro, com emprego no Rio-Grande, cujas etimologias se podem considerar consolidadas.

Foi atendendo à expressão científica das notas do filólogo rio-grandense que, sempre, procuramos transcrevê-las, ao invés de interpretá-las resumindo; mas se o nosso tra-

(37) "O dialeto de São-Tomé".

(38) "Esquisse d'une dialecte logie portugaise".

(39) "A sketch of the modern language of Africa".

balho de nada vier a valer, fica-nos a satisfação de divulgadores das pesquisas inéditas do mestre.

“Popularium Sul-Riograndense” — Elementos Bantus — de Apolinário Pôrto Alegre, além de seu extraordinário mérito intelectual, incorpora, de uma vez para sempre, no nosso dialeto, um número considerável de termos de origem africana (158 termos).

Bastaria a designação de rio-grandense, para aceitarmos o uso literário ou popular, dêsses termos no Rio-Grande, embora êles pertençam, está claro, também, às vezes, ao vocabulário brasileiro e, até, com mais propriedade...

Mas Apolinário nos impõe o uso, agaucha um bom grupo de palavras afro-brasileiras, enriquecendo o nosso dialeto, o dialeto sul-riograndense.

Resta-nos um comentário sôbre as palavras de línguas africanas nas designações da corografia do Rio-Grande-do-Sul.

A influência africana nos nomes geográficos, não pode ser considerada num sentido pròpriamente social. Aliás, também, no norte, onde os índices afros são importantíssimos não se admite essa origem sociológica nas denominações da geografia local. Atribuem-se, antes a circunstâncias casuais como decidindo no batismo de tais nomes (Mário Marroquim). Sòmente na região que se localiza o maior aglomerado negro do Brasil, em Palmares, notam-se os traços históricos dos nomes africanos na geografia. As outras regiões, embora povoadas pelos negros, ficaram impermeáveis à sua influência direta. Mas os nomes de fonte africana, seja de que maneira fôr, sobreexistem em todo o país e, no Rio-Grande-do-Sul, êles estão representados, embora de maneira pálida, como acontece com tudo que se refere ao elemento afro entre nós. Procurando realizar uma investigação sôbre nomes negros na geografia sul-riograndense, achamos as seguintes designações: Angola, Angú, Anta, Banana, Bugiganga, Carurú, Carumbé, Cacimbinha, Cafundó, Catimbáo, Caxambú, Caximbo, Caconde, Congo, Gama, Inhame, Lomba, Macuco, Monjolo, Mulata, Moleque, Marim-

bondo, Macaco, Papagaio, Pito, Pinguela, Quibebé, Quilombo, Xafariz.

Recapitulando os nomes geográficos desta resenha, encontramos-nos, às vezes, diante de determinadas regiões onde o elemento negro esteve muito bem representado, como em Rio-Pardo; mas, noutros instantes, surgem designações em lugares que foram insignificantemente povoados de africanos, como Lajeado, Caí, etc., zonas de colonização alemã.

Observe-se o que acontece com os vocábulos índios, segundo comenta Teodoro Sampaio, no "O Tupí na Geografia Nacional": "As bandeiras quasi que só falavam o tupí. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual só mais tarde se introduzia com progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos. Recebiam, então, um nome tupí as regiões que se iam descobrindo, e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nelas jamais tivessem habitado uma tribo de raça tupí. E assim é que no Planalto Central, onde dominam povos de outras raças, as denominações dos vales, rios, montanhas e até das povoações são pela maior parte da língua geral."

Aquí informamos que todas as referências de corografia foram tiradas do esplêndido "Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio-Grande-do-Sul" de Otávio de Faria.

Os nomes afros da corografia nacional ou das províncias foram transplantados anônimamente por massas também anônimas que os impuseram como costumes e assim ficaram consagradas essas denominações africanas. As forças anônimas, quasi sempre com mais expressão, influem na consolidação dos hábitos. O negro é o melhor representante dessas forças anônimas e, se elles não foram os autores dos nomes afros da nossa corografia, contudo, fizeram mais ainda, pois contagiaram o branco com o seu vocabulário e frases, obrigando-os a um certo uso.

Os brancos, conciente ou inconcientemente, assimilaram as palavras africanas embora as deturpassem. Às vezes os próprios pretos as deturpavam... Se os negros não

puderam entrar no contingente das influências nas designações geográficas, os brancos, sem o saber, levaram para todos os recantos os termos negróides. Um fenômeno interessante registou-se: os senhores de negros batizaram com nomes africanos os seus próprios habitats brancos. Oriundos de negros, ou melhor, de negros através de brancos, a verdade é que são palpitantes algumas designações africanas na nossa corografia.

Passamos, agora, ao vocabulário afro-gaúcho cujos termos são etimologica e lèxicamente apreciados; mas para dizermos de que consta êsse vocabulário de palavras africanas, vamos fazer a seguinte chave:

I) Os termos do vocabulário gaúcho recolhidos e publicados nos dicionários regionalistas;

II) Os termos do vocabulário gaúcho apenas recolhidos por Apolinário Pôto Alegre, no seu "Popularium";

III) Os termos da corografia sul-riograndense.

Transportando-nos ao estudo das palavras afro-negras usadas no Rio-Grande-do-Sul, devemos ressaltar que não pretendemos fazer um trabalho definitivo; isto não estaria nas nossas forças, mas esboçamos um pequeno ensaio filológico que, talvez, seja digno de merecer a atenção dos intelectuais brasileiros.

VOCABULÁRIO AFRO-SUL-RIO-GRANDENSE

ANGICO — Árvore donde se extrai uma das melhores qualidades de madeira. — Termo da geografia do Rio-Grande-do-Sul. Arroio tributário do rio Ijuí, banhando o município de São-Luiz-Gonzaga; ilha no rio Jacuí, pertencente ao município de Triunfo; arroio afluente do rio Colorado, banhando o município de Passo-Fundo; sanga tributária do São-Sepé e capão em Alegrete. **Etim.** — Luiz Carlos de Moraes, no seu "Vocabulário Sul-Rio-grandense" diz: "Não será palavra de origem africana, provinda da tribo do mesmo nome daquele continente?" Nelson de Sena o registra como termo de "evidente procedência africana".

ANGOLA — Natural de Angola. Angolista. — Termo

da geografia do Rio-Grande. Banhado no município de Rio-Pardo. **Etim.** — Mário Marroquim a recolhe como palavra africana.

ANGÚ — Pirão de farinha de milho ou mandioca. — Sentido figurado: briga, intriga. — Termo da geografia gaúcha. Capão do município de Rio-Pardo. **Etim.** — Palavra africana de uso geral no Brasil.

ANTA — Animal. — Pessoa astuciosa, segundo a gíria. — Termo de geografia do Rio-Grande. Rio importantíssimo que banha a atual zona de colonização italiana; ilha no rio Uruguai, em São-Borja; arroios em Santo-Ângelo, São-Feliciano e São-Lourenço; serras em Vacaria, Lagoa-Vermeilha e São-Feliciano; picadas em São-Lourenço e São-Feliciano. E muitas outras designações acrescidas de mais um nome como Anta-Gorda, Anta-Brava, etc. **Etim.** — Nelson de Sena o considera um africanismo.

ARICUNGO — Instrumento musical dos negros. — Cavalito ruim. — Sentido figurado: pessoa muito feia. Variante — uricungo. (L. C. Morais no "Voc. Sul-Riog."). **Etim.** — O termo é quimbundo. Aricungo ou uricungo. Deriva de **ricundo**, círculo, em quimbundo. (Macedo Soares).

ARIMO — Lavoura, granja, plantação. **Etim.** — Bantú. Termo exclusivo da África Portuguesa, segundo Apolinário Pôrto-Alegre. Muito pouco usado entre nós.

BALAIO — Cêsto — Dança antiga no Rio-Grande. **Etim.** — Nelson de Sena o considera africano.

BAMBÁ — Dança de negros. — Jôgo. Jôgo entre campeiros, por meio de quatro metades de caroço de pêssego, segundo R. Corrêa. Morais diz desconhecer o termo aplicado na acepção de jôgo. Entretanto Apolinário registra: "jôgo de duas rodela de laranja, em que ganha o que seguidamente, depois de sacudí-las na mão, consegue lançá-las em duas vezes, com a face interna, a parte branca ou vice-versa". — Por extensão, talvez, na habilidade desse jôgo ou dessa dança, originou-se o conceito de inteligência, agilidade. **Etim.** — Quimbundo **mbamba**, jôgo.

BAMBAQUERÊ — Mendonça dá o Rio-Grande-do-Sul como única área geográfica na qual é empregada essa pala-

vra. Têrmo legitimamente afro-gaúcho. Bnto Gonçalves era chamado, pelos revolucionários de 1835, “Bambaquerê”. **Etim.** — Radical quimbundo **mbanba** mais querê “alteração talvez de querer”.

BAMBÊ — Limite, marco, divisa. No Rio-de-Janeiro se emprega para designar uma espécie de cêrca que serve de limite entre uma roça e outra (Roham). **Etim.** — Têrmo quimbundo **mbambé**, limite.

BAMBÚ — Taquara. Forma-se bambuzal, (L. C. Morais no “Voc. Sul-Riog.”) taquaral. **Etim.** — O têrmo é tido por orientalismo (N. de Sena), mas bambulá, embora com outro significado, pois designa uma espécie de guitarra, é quimbundo, segundo R. de Mendonça. Parecem das mesmas raízes?...

BANANA — Fruta. — Molenga, na gíria. — Têrmo da geografia do Rio-Grande. Arroio tributário da lagoa Mirim, no município de Santa-Vitória. **Etim.** — Mário Marroquim, além de outros filólogos, como N. de Sena, o considera africanismo.

BANGUÊ — Morais o recolhe no seu vocabulário sul-rio-grandense. Cadeira de tração animal ou mesmo levada em varais por escravos. — Padiola para conduzir cadáveres de indigentes e negros cativos. — Engenho de açúcar do tempo colonial. — Ladrilho de taxas nos engenhos. — Trançado de cipós para carregar bagaço. — A fornalha de objetos de cozimento de caldo. (Mendonça). **Etim.** — Quimbundo “mbanguê” (M. Soares).

BANZA — Viola de negros. Apolinário informa “Que os fadistas em Portugal, tocadores de viola e repentistas, denominaram depois aos seus instrumentos banza. **Etim.** — Têrmo abundo, segundo Saraiva. Quimbundo (banjo) “mbanza”, segundo Chatelain, citado por Mendonça.

BANZEAR — Balancear. **Etim.** — Morais recolhe no vocabulário sul-rio-grandense a palavra bambear com a mesma significação de banzear. Apolinário diz que “o largo desenvolvimento do têrmo banzear é de elaboração portuguesa sôbre o tema africano banza”. **Variante** — banzar (C. de Figueiredo).

BANZÉ — Barulho. Desordem. **Etim.** — Macedo Soares diz vir do quimbundo **mazué**. Mendonça, baseado em Gonçalves Viana, prefere o japonês **banzai** (viva!). E repete a pergunta de Dalgado: “quem o teria transmitido à gíria portuguesa e porque motivo?” G. Viana não afirma positivamente, diz, apenas: “Banzé”, se na realidade representa o japonês **banzai**!, viva! (“Palestras” pg. 193). Apolinário Pôto-Alegre comentando a palavra **banza** diz que os fadistas denominaram seus violões de **banzas** e “as suas festas, bailes, foram chamados daí **banzés**. Mas o **banzé** acabava sempre em desordem, donde a acepção vulgar da palavra”. Preferimos esta explicação.

BANZO — Tristonho, pensativo. Usado no nordeste do Rio-Grande, segundo Moraes, que o recolhe no seu vocabulário. **Etim.** — Mendonça, “diante do silêncio dos autores”, propõe a seguinte origem: “em quimbundo **mbanza** é aldeia e daí pensamos ter vindo “**banzo**”, saudade da aldeia e, por extensão, da terra natal”. João Ribeiro na sua História do Brasil se refere a essa palavra africana. Contudo Apolinário falando em “**cubança**” diz: “**Cubança**, cuidar. A sílaba **cu** prefixa é a modal infinitiva. O verbo é verdadeiramente **bansa** que, por exemplo, se conjuga no presente indicativo: **Nga-bansa, qu-bansa, u-bansa, tu-bansa, nu-bansa, a-bansa**, conservando a forma primordial invariável. **Bansa** ainda tem as seguintes significações em abundo: enleiar-se, imaginar, lembrar, meditar, pensar.

BATUQUE — Dança de sapateados e palmas. **Etim.** — Cannecatim a recolhe no seu dicionário da língua Conguesa. Apolinário põe em dúvida sua origem africana e diz que “é guaraní, supomos. O verbo **apatucá** ou **patucá**, bater amiudadamente, dá, quanto à forma e quanto ao sentido, cabal explicação. Se se encontra na África é nas possessões portuguesas e transmitidas do Brasil, do mesmo modo do que mandioca, mandubim, etc. Está na mesma condição de quitute, que fazem africano quando é guaraní”. Mendonça, citando Delgado, diz ser batuque termo africano do **landim** “**batchuque**”, tambor, baile.

BIMBA — Barriga. — Dar de bimba: como quem diz, virar ao avêso, na gíria. **Etim.** — bantú *mimba* (Apolinário).

BÓBÓ — Sopa de inhame. — Pessoa sem energia, atrasada, conforme a gíria. — Cavalo recém domado. **Etim.** — Termo fulbe bovô com a assimilação do v em b.

BOCÓ — Bolsa de couro para uso dos viajantes, caçadores. Sentido figurado: pessoa tola. — Termo da geografia do Rio-Grande. Arroio afluente do rio dos Sinos, município de Santo-Antônio. **Etim.** — Mário Marroquim diz que bocó é africanismo.

BOMBEAR — Espreitar, olhar-se a si próprio. **Etim.** — Morais comentando o termo, segundo Jaques Raimundo: bombear vem da língua bunda, de *pumbelu*, donde se tirou o tema *bombe* a que se apôs o sufixo *ear*, voltando-se ao tema bundo *pombe*, que quer dizer mensageiro. Apolinário referindo-se ao termo *pombe*: *pombeiro*. “Em Angola os portugueses chamam *pombeiro* aos seus escravos crioulos a quem ensinaram a ler, escrever e contar, os quais vão tratar com negros e comprá-los. *Pombeiro*, alguns derivam essa palavra de *Pombe*, província da África, da qual (segundo a opinião de alguns) os negros da Cafraria tomaram as leis e costumes com que se governam. Na descrição que faz da África, pg. 359, escreve Dapper que estes *Pombeiros* estão às vezes anos inteiros fora de casa de seus senhores, ocupados em comprar escravos, marfim, cobre e outras mercâncias, cujo porte não lhes custa nada, porque com elas carregam as costas dos novos negros que trazem para casa”. São definições dadas por Bluteau. *Pombeiro*, o escravo que vai pelo sertão do Brasil fazer comércio por autoridade e em proveito do senhor, e talvez ainda comprar outros escravos. *Pombeiro*, o que vende peixe nas ribeiras e parte os lucros com o senhor. (“Arte de Furtar”). Definições encontradas no dicionário de Morais: o língua ia comprar e resgatar índios para escravos no Maranhão (Vieira). “Miguel, o caçador de elefantes, o *pombeiro* chaquicongo e dois carregadores catibas e um carregador e o Dr.

Chacaiombe, vieram protestar-me a sua amizade e declarar-me que ficavam comigo” (Serpa Pinto, “Através da África”).

BOQUINHA — Beijo. — Boquinha da noite, crepúsculo. **Etim.** — **Muquina**, beijar. Dic. da Língua Conguesa de Canecaticim. Morais recolhe em seu Vocabulário Rio-grandense. Apolinário comenta: “Boquinha, beijo dado em crianças e é a acepção primitiva. Morais diz que é têrmo do Brasil. Por influência da palavra bôca que exerceu enérgica ação sobre o têrmo bantú, tranformou-se em boquinha. O recente dicionário de Aulete nem traz com o sentido de beijo, o que demonstra o seu desuso em Portugal. Cremos que como o *osculum* latino poderia provir da forma diminutiva de bôca, mas seria necessário que não coincidisse com o vocabulo africano do gropo que mais atuou no desenvolvimento da linguagem popular brasileira. Se fôsse diminutvo de bôca, porque não recebeu a designação que hoje tem em Portugal?”.

BUGIGANGA — Miúdezas, coisas pequenas, insignificantes. — Têrmo da geografia rio-grandense. Arroio tributário do Ijuí, no município do mesmo nome. **Etim.** — Mário Marroquim o considera de origem africana.

BUMBA — Bater. Empregada como interjeição. **Etim.** — Canecaticim a recolheu no seu Dicionário da Língua Conguesa e Dicionário da Língua Bunda. Apolinário também a estuda como africanismo. “Pancada, tunda (Domingos Vieira). Interjeição que indica o estrondo de pancada ou queda. Também se emprega para indicar a precipitação ou movimento forte e instantâneo com que se faz qualquer coisa. E’ voz onomatopaica. (Aulete). Seria intuitiva a onomatopéia, se não fôra a seguinte passagem de Bluteau em 1727: Bumba — Têrmo do vulgo, quando se dá com força em alguma cousa. E’ vocábulo de Angola, mas usado dos portugueses por chança. Dar muita bumba se diz de quem deu uma sova de pau ou uma boa coça de pancadas”.

BUNDUM — Mau cheiro. **Etim.** — L. C. de Morais, no seu Vocabulário Sul-Rio-grandense, diz parecer de origem africana e Nelson de Sena afirma ser africanismo. Variante: Budum.

BURUNDANGAS — Bagatelas, bugigangas. Aparece no Vocabulário Sul-Rio-grandense de Morais. **Etim.** — Apolinário a recolhe entre as palavras de procedência bantú. Parece concordar com essa origem, pois nada encontramos em seus manuscritos senão essa generalização de termos bantús do “Popularium Sul-Rio-grandense”, onde está incluída a palavra burundangas.

CABUNGO — Recipiente para recolher matérias fecais. Urinol. Bispote. (L. C. Morais no “Voc. Sul-Riog.”). **Etim.** — Quimbundo “kibungu”, sentina (Pereira do Nascimento, cit. por Mendonça) com substituição do prefixo “ki” por outro diminutivo “ka”.

CACIMBA — Poço artificial. Cacimbinha. Termo da geografia do Rio-Grande. Ex-município do Rio-Grande (hoje Pinheiro-Machado) e cêrro no município de Taquara. **Etim.** — Quimbundo, segundo Mendonça, “kixima”, poço, com substituição do prfeixo **ki** por **ka** e evolução do **xi** para **ci**.

CAÇULA — Filho mais moço. — Ato de sacar milho. **Etim.** — 1.º quimbundo **kazuli**. Forma no singular, segundo Apolinário, que se referindo ao emprêgo do termo no Rio-Grande ainda diz: “chama também terço que significava o último leitão nascido ou o último animal duma ninhada. Corresponde ao torzuelo dos espanhóis, relativamente a aves. 2.º R. Mendonça diz provir de quimbundo **kuçula**, socar.

CACONDE — Lugar na Benguela, África. Termo da geografia do Rio-Grande. Lugar em Conceição-do-Arroio. **Etim.** — Nelson de Sena o recolhe como termo de origem africana.

CACUNDA — Pessoa ou animal que tem a espinha dorsal defeituosa. Morais a recolhe no Voc. Sul-Rio-grandense. **Etim.** — N. de Sena dá como palavra de origem africana. Apolinário diz o seguinte: “A palavra **carcunda** qu trazem os léxicos portugueses é um produto da palavra ambuda (cacunda). Bluteau a recolhe como termo chulo. Domingos Vieira dá como incerta a sua origem. E’ que o vocábulo corcova como sentido idêntico, em frente do termo africano, se assosiou com êle e daí produziu a forma **car-**

cunda que posteriormente mais se aproximou da primitiva, conservando apenas o **r**. No Brasil é vulgaríssimo o termo africano em toda a sua magnitude. — Quem mente fica **ca-cunda**. Este provérbio no entretanto, parece-me ter significação diferente porque intriga, traição é em **bunda** **qui-cunda**, significará, pois quem mente faz **traição**".

CACHAÇO — Cangote. **Etim.** — Será **cachaço** também africanismo? (N. Sena e outros recolhem **cachaça** como africanismo).

CAFIFE — Dar o **cafe**, ficar aborrecido. A palavra **cafe** também significa moléstia que, como toda a moléstia, traz contrariedades. Daí, por extensão, **cafe** ter o sentido de contrariedade, denomina-se **cafe** certas caixas pequenas, que servem para recolher o "barato" do jogo. **Morais** a recolhe no seu **Voc. Sul-Rio-grandense**. Como contrariedade é também usada em **Pernambuco**. **Etim.** — **Quimbundo**, "cafe", **sarampo**.

CAFUA — Prisão de colegiais equivalente a "quarto escuro". **Morais** a regista no **Rio-Grande**. **Etim.** — **Quimbundo**. Origina-se de **kufundu**.

CAFUNDÓ — Distância. Longínquo. Penetração. Termo da geografia do **Rio-Grande**. Arroios e linhas coloniais em **Bento-Gonçalves**, **Taquarí** e **Montenegro**. **Etim.** — **Quimbundo**. Deriva-se de **kufundu**, segundo **Mendonça**, cravar, com a substituição do prefixo **ku** por **ka** e dissimilação do **u** final em **o**.

CAFUSO — Mestiço de índio e negro. **Etim.** — **Nelson** de **Sena** põe suas dúvidas quanto a procedência africana de **cafuso**.

CALOMBO — Diz **Morais**: "Descendência degenerada do gado zebú. O boi **calombo**, abundou outrora no **Rio-Grande** mas atualmente desapareceu. Era um produto da mestiçagem praticada à revelia dos preceitos zootécnicos. A mestiçagem deve aqui ser tomada no sentido científico, e não de cruzamento. — **Inchação**, formando **saliência**". **Etim.** — **Quimbundo**, seg. **M. Soares**, de **kalumba**.

CALOJI — Briga de negros. Sinon. de **zungú**. **Etim.** — Segundo **Apolinário** "é realmente africana pela radical

que se depara na família bantú”. Diz Mendonça: do quimbundo **nzangú**, rixa.

CAMAFONGE — Sinon. de **cafunge**, moleque travêso. **Etim.** — “Não as encontrei ainda nas línguas bantús, donde devem proceder pela sua formação característica. Supõe a forma **quima** mais **funge**. Quima é substantivo com acepção de coisa; funge é adjetivo”. (Apolinário).

CAMBADA — Calage a regista no Rio-Grande. Quer dizer corja. Cambada de desordeiros. **Etim.** — Quimbundo **kamba**, parceiro mais o sufixo português **ada** (Mendonça).

CAMBAIO — Pessoa de pés tortos. Sapato acalcanhado. (Morais no “Voc. Sul-Riog.”). **Etim.** — Nelson de Sena dá como certa a origem africana desse vocábulo.

CAMBUTA — Homem de pouca altura, baixo. **Etim.** — Bantú, **quiabutu**, anão. Apolinário diz, depois de considerá-lo africanismo, que poderíamos, também, admiti-lo “como de origem guaraní onde há **karambuí** para designar a pequena altura do homem. Mas o completo da forma bantú e o resultado da observação que nos mostram a circulação da palavra no populacho em que predomina o elemento afro, afasta-nos completamente de semelhante atribuição. N. de Sena a recolhe como africanismo.

CAMBOTA — Pernas tortas. — Arco de rodas de carro. (L. C. Moraes no “Voc. Sul-Riog.”). **Etim.** — N. de Sena recolhe êsse termo como sendo africanismo. “Expressando pouco mais ou menos — vivo, inquieto, experto. Comparai mexer — **cafunge**. Coisa mexida — **quima** — **quiaffunghe**. Mesedura — **acuffunge**”, diz Apolinário.

CAMONDONGO — Rato de pequeno tamanho (L. C. Moraes no Voc. Sul-Riog.”). — Segundo Macedo Soares: quimbundo. **Ka**, prefixo diminutivo e **mundongo**, rato.

CANDONGA — Benzinho — Barulho. O verbo **candonguear** aplica-se ao caso do cavalo quando não se deixa pôr o freio. Ainda significa impaciente, inquieto, mesquinho. Implicante. Falar esbravejando. (Morais. Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Quimbundo **ka**, prefixo diminutivo **ndenge**, pequeno.

CANDOMBLÊ — Baile negro e depois prática religiosa. Dansa de maneios lascivos. **Etim.** — L. C. Moraes dá can-

dombê com sinônimo de candomblê. São termos africanos. Tem origens onomatopaicas: **Quiandumbine'i** (carnal, lascivo), **Undbine'i** (luxúria), **Ocuandumbu** (mancebia), seg. Apolinário.

CANGICA — Comida onde entra milho. — Estar com as cangicas de fora: estar rindo, no sentido figurado. (L. C. Morais no "Voc. Sul-Riog."). **Etim.** — Embora Mendonça a inclua no vocabulário afro-brasileiro, acha que cangica não é palavra africana mas sim anglo-indiana. N. de Sena também põe suas dúvidas quanto a procedência africana da palavra cangica.

CANGERANA — Árvore de estatura elevada. (Morais "Voc. Sul-Riog."). **Etim.** — Teria alguma semelhança de origem com o termo africano cangerê? Embora cangerê signifique dansa de cerimônias negras?

CAPANGA — Guarda costa. Evolução de pagem. (L. C. Morais no "Vocabulário Sul-Rio-grandense"). **Etim.** — Jaques Raimundo diz vir o termo de **kapanga**, da língua bunda, onde significa bolsa trazida a tiracolo pelo caçador, por analogia com a arma que o pagem traz também desse modo".

CAPENGA — O que claudica. (Morais, no "Voc. Sul-Riog."). **Etim.** — Mário Marroquim dá como termo recebido dos negros. Apolinário: "**Quiapenga**, coisa torta, arco, curva nas línguas bantús. (Seg. Serpa Pinto)".

CAPETAGE — Requebros, momice. (Morais no "Voc. Sul-Riog."). **Etim.** — Mário Marroquim dá a palavra africana capêta. Teria a mesma procedência?

CARIMBO — Marca. **Etim.** — **qurimba**, marca, do dialeto bantú falado em Angola, ambundo. (Dom. Vieira), diz Apolinário, acrescentando: "A palavra passou para o português com a significação supra por intermédio dum costume angolense. Quando um chefe prestava vassalagem na África ao governo português, era assinalado com um ferro em brasa, como entre nós se faz com o gado"... Vassalagem que fôra selada com uma marca do paciente que se presta à convencionada obediência à coroa portuguesa, so-

frendo por padrão êste ferrete de ignomínia proibido pelas leis da monarquia em vigor” (Carvalho de Menezes, “Denominação geográfica e política do território português na Guiné Inferior”).

CARUMBÉ — Espécie de gamela nas quais se transportam minérios para a lavagem. Termo da geografia sul-rio-grandense. Arroio e estação no município de Uruguaiana. **Etim.** — N. de Sena acha um africanismo duvidoso.

CARURÚ — Guisado da cozinha baiana. — Termo da geografia do Rio-Grande. Arroio no município de Caxias. **Etim.** — Carlos Pereira o considera africano, N. de Sena põe em dúvida e R. Mendonça nega-lhe essa procedência.

CATINGA — Mau cheiro. — Catinga de mulata, erva medicinal. (Morais no Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Mendonça o considera, baseado em Montoia, como termo tupí, embora Saraiva e Pacheco Júnior o considerem africano.

CATITA — Delicado, mimoso, pequeno. — Termo da geografia do Rio-Grande. Núcleo colonial no município de Pelotas. **Etim.** — Catito, segundo Serpa Pinto no seu Voc. Ambundo.

CATIMBAO — Prática de feitiçaria. — Termo da geografia rio-grandense. Cêrro e arroio em Alegrete. **Etim.** — R. Mendonça o considera africano embora Rodolfo Lentz (Dic. Etimol.) lhe dê origem *quichuá*.

CAXAMBÚ — Tambor — Dansa — Morro em forma de tambor — Nome da geografia do Rio-Grande. Arroio e povoado em Cruz-Alta. **Etim.** — Termo africano de origem onomatopaica, segundo Artur Ramos.

CAXERENGUE — Faca de ínfima qualidade, imprestável. (L. C. Moraes no “Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Mário Marroquim diz ser palavra que o nortista recebeu do negro.

CAXIMBO — Mordaça de couro que se põe no animal para amansá-lo, conforme a significação gaúcha. — Empregado para designar jazida em Minas-Gerais. — Terra em forma de prisma que se destaca dentre barranca, segundo os pernambucanos. — Também é tubo para fumar, conforme a sua acepção mais comum. — Termo da geografia do Rio-

Grande, Ponta na enseada do Guaíba, em Pôto-Alegre. Linha colonial em Taquarí. **Etim.** — Quimbundo **kixima**, poço furado, coisa ôca.

CHAMBÃO — Deselegante. Surrado. (L. C. Morais no “Vocabulário Sul-Rio-grandense”). **Etim.** — N. de Sena recolhe o africanismo **chamba**. Terão a mesma origem?

CHILA — Pano de algodão manufaturado na Inglaterra. Está em desuso, mas esteve muito em voga. **Etim.** — **Schira**, pano do país, que reexportava para a costa d’África (Braz Rubim), segundo Apolinário.

CHICANA — Tramóia. Deshonestidade forense. Carlos Teschauer o recolhe no seu Vocabulário. Termo brasileiro comum. **Etim.** — N. de Sena e Mário Marroquim o consideram africanismo.

CHIMBÉ — Animais de focinho curto. Gado vacuum que tem o focinho curto, diz Roque Calage. Extensivo às pessoas de nariz pequeno e chato. **Etim.** — Será quimbundo? (Ximbé e não chimbé). N. de Sena nos dá os africanismos **xibe** e **chibembo**.

CHINGAR — Injuriar. **Etim.** — Quimbundo **xingá**. L. C. Morais informa, seg. Augusto C. de Freitas, que é palavra do dialeto **fiote**, falado no Congo, onde tem a mesma significação. Segundo Apolinário, palavra bantú: **Ocu-chinga**, afronta, injúria. **Quima-quiochinghe** coisa afrontada. **Cuchinghila** afrontar, **Acuchinga** — Afrontar-se. **Xingar** ou **chingar** — Injuriar.

CONGO — Povo negro entrado no Brasil. — Termo da geografia rio-grandense. Arroio, Conga, em Cruz-Alta. **Etim.** — N. de Sena considera-o termo africano.

COCHILLO — Modorra. **Etim.** — **Ocucochila**, bantú, modorra, segundo Apolinário. **Koxila**, dormir, em quimbundo, segundo João Ribeiro.

CUIBA — Jôgo infantil dos negros em que entram duas pessoas, cada uma com o seu sabugo de milho seguro pela metade. Cada um tem a sua vez de bater com toda a força na que o outro segura. O que primeiro quebra o sabugo do contrário é o que ganha. **Etim.** — **Cumba** (Canneccatim),

Conguês, Cada-cumba, cada vez. Mu-cumbi, cumbi, de vez em quando. Abundo, seg. Apolinário.

CURIAR — Comer. **Etim.** — Quimbundo. Curia, no singular, Ma curia, no plural. Canneccatim: O verbo comer é **ocuria**. Serpa Pinto: **curia**. Sena: Kudia, alimento (Apolinário).

DENGUE — Melindre, manha, delicadeza. **Etim.** — Denghi, ndenghi, (pequeno), segundo Canneccatim (Dic. da Língua Bunda). Macedo Soares dá a mesma etimologia, acrescentando ser “apelido familiar de menino, o qual temos ouvido em alguns municípios do litoral”. Apolinário depois de citar a procedência africana de dengue faz os seguintes comentários: “é palavra recente na língua portuguesa e vulgaríssima no Brasil. Só os últimos dicionários de Vieira e Aulete os coligiram, dando-lhe procedência espanhola. Dissentimos formalmente. Como poderia o vocábulo espanhol influenciar na língua portuguesa? Ou por Portugal ou pela província do Rio-Grande-do-Sul que se acha mais em contacto com os americanos platinos. No entanto, em Portugal não tem curso o tema e nas povoações rurais da província êle é desconhecido, sendo usado nas principais cidades centrais por importação do norte do Brasil. Onde êle predomina é na Baía, o que indica cabalmente, o seu bêrço. Se esta razão que é bastante forte por si não fôr assaz convincente, como se explicarão as várias formas que êle afeta, impossíveis de serem elucidadas pelo espanhol? Donde provirá mendengues, mendenga?” Mendengues e mendenga são formas colaterais de dengue e denga, que por sua vez, são vocábulos bundos, ainda segundo Apolinário.

EMPACADOR — Animal que se nega em andar — gaguejador. **Etim.** — Luiz C. de Moraes o recolhe no Voc. Sul-Rio-grandense. Termo africano, conforme Apolinário.

ENCABULAR — Deitar influência má, tornar infeliz, pela presença, alguém que joga, segundo a superstição entre jogadores. Deitar, pôe, botar cabula (Apolinário). Encaiporar, causar má sorte, é o sinônimo moderno do termo (Moraes, Luiz Carlos de) — Ficar envergonhado, (encafi-

far), em Morais, porque hoje é nesta última acepção que se usa a palavra encabular, Ficar mal. **Etim.** — Culebula, mal. (Canneccatim — Dic. da Ling. Bunda).

ENGAMBELAR — Enganar, iludir, prometer. Termo usado no Rio-Grande e recolhido no Voc. de L. C. de Morais. **Etim.** — Mendonça acha, talvez, que provenha do quimbundo ngimbelar, feiticeiro. Apolinário estudando a origem africana bantú do termo:

Cucu-guabele (agradar),

Nga-cuguabéla (gostar),

Cusuabé'la (gozar),

Gambelo (gôsto),

Gambelice (aguado).

Daí engambelar, engambelador. Parece-nos que os dois verbos bantús atuaram na formação do verbo português.

ENQUIZILAR — Causar aborrecimento. Tomar antipatia. Morais o inclui no seu Voc. Sul-Rio-grandense. **Etim.** — “Quizilla, o preceito, a regra, a lei. Forma do singular cujo plural é **igilla**. À primeira vista parece impossível que uma palavra designando lei, a ordem, o preceito possa a vir significar aversão, ódio, antipatia. Felizmente temos os marcos da evolução do termo. Em 1720 diz Bluteau: Quigilla. Maldição que os pais dos negros d'Angola dão aos filhos, dizendo-lhes que se comerem veado v. g. carneiro, etc., lhes dão a sua maldição; e dizem que comendo lhes vem umas nódoas ou outros sinais e morrem. Aos negros, quando os compram se pergunta se tem **quigile**. E' palavra muito humilde. Querem alguns que entre nós responda a socobeta — Voc. port. E no supp. em 1728, acrescenta: **Quegila** ou **quegilia**. No discurso familiar toma-se às vezes por má vontade ou por agouro, que costumam ter os tafues, por alguém estar a par dêles, quando jogam ou por outro qualquer motivo. — Assim o sentido que tem entre nós procede da antipatia que a **quigilla** a ordem inspira aos filhos, que a recebem de seus pais. A proibição desperta-lhe a vontade de comer e daí a luta que lhes traz a aversão tanto à ordem, como aos manjares vedados. Morais ajunta — Dizem alguns que estas antipatias se lhes

causam da proíbição de seus pais, que os perseguem se contravêm a elas, vindo do outro mundo a isso as suas almas — Encontrâmo-la sob as seguintes formas: quegila, quezilia, quesila, quesilia, quigila, quigilha, quigilia, quizila, quizila, quijila, quizilia, etc.” (Apolinário). Termo africano de origem bantú.

ENXACÔCO — Linguajeiro. Sinônimo de xacôco. O dic. da língua portuguesa de Morais regista as duas formas. Falar enxacôco. Falar atrapalhado. **Etim.** — Xacocu, In Gram. da Língua Bunda — Canneccatim. (Apolinário).

FANDANGO — Dança popular portuguesa adaptada aos costumes gaúchos. — Hoje qualquer baile. — Briga. **Etim.** — Nelson de Sena o recolhe como termo de “evidente procedência africana”.

FUÁ — Puava, quebra. Dente sêco. Bagual, arisco. **Etim.** — Africanismo, Jaques Raimundo diz que, em línguas de África, fuá significa abandonado. Morais em seu Voc. Sul-Rio-grandense, embora não afirme, propõe essa etimologia para o nosso regionalismo fuá.

FUBÁ — Farinha de milho, seg. o Voc. Bras. de Rubim que o regista. No Rio-Grande, fubá é o angú de farinha de milho (Apolinário). **Etim.** — Canneccatim traz o termo correspondente à farinha em bunda zifarinha. “Fubá, flor de farinha. Farinha. Forma do singular. In “Comparative Grammar” de Blecket, em que traz no dialeto de Angola ou bunda: Fuba, *flour meal*. No plural chi-fuba ou jifuba conforme a transposição lusa” (Informes de Apolinário). Mendonça, do quimbundo fubá, farinha, com acutização. (Chatelain).

FUCHICAR — Costura malfeita. Morais o recolhe no seu Voc. Sul-Riog. Significa fazer a costura tão cerrada que ela forma pregas em toda a extensão. **Etim.** — Africanismo, bantú, seg. Apolinário: “*Quiongique* (cerrado), *Ocugica* (cerradura) *Cugica*. Etimologia que hipoteticamente formulamos”.

FUFIA — Baile. Festejos. (Morais no “Vocabulário Sul-Rio-grandense”). **Etim.** — Não encontramos sua clas-

sificação entre os africanismos. Mas não será um termo de origem africana?

FULO — Amarelo, que modifica a côr quando está com raiva. **Etim.** — Mendonça refutando a afirmação de Cândido de Figueiredo que considera **fulo** oriundo do latim **fulvus**, diz que êsse vocábulo provém da côr dos pretos **fulos** ou amarelados, pois são mestiços que eram extraordinariamente irascíveis e esta é a gênese da expressão familiar — **fulo de raiva**".

GAMBÁ — Marsúpio devorador de galinha. — Quem gosta muito de cachaça. (Morais no Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Beurepaire-Roham e Carlos Pereira o consideram africanismo. Mendonça afirma ser tupí (guá-mbá).

GAMA — Escala. — Termo da geografia do Rio-Grande-do-Sul. — Arroio em São-Gabriel. **Etim.** — N. de Sena o classifica como africanismo.

GANJA — Vaidade. Estar com ganja: estar vaidoso. — Dar ganjas: dar importância. (Morais no Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Jaques Raimundo diz ser bunda **nganji**, que significa soberbia.

GANGANA — Voz infantil, designando senhora de idade. **Etim.** — **ngana**, o senhor, a senhora em bantú, seg. Apolinário.

GIMBO — Moeda. **Etim.** — Nzimmu, zimbu, moeda. Zimbu riochi, concha. Línguas bantús.

"Zimbo é o nome de uma conchinha parda que por ser rara, é moeda de algumas partes de África, particularmente no Reino de Angola e Congo. Há de duas castas e os zimbos de Loanda são os melhores; outros de menos preço são pescados no Brasil, no Rio-de-Janeiro, levam-nas ao Congo do Sorgo e Pinda. Aos zimbos de Loanda, depois de pescarem, os lançam num grande crivo, os que ficam em cima são os maiores, e tem mais valor, os Portuguezes lhes chamam zimbos sisados, aos que vão para baixo, chamam-lhe fonda e bemba. África de Dapper, 367. (Suas praias abundam de dinheiro de Angola que chamam **zimbo**: Vasconcelos. Notícias do Brasil, 61)" (Bluteau).

Gimbo, dinheiro, moeda. E' a forma usada no Brasil. **Gimborio**. O mesmo com a diferença de que é usado por chança. — “Ao princípio traziam os padrinhos, cada uns poucos de **cimbos**, que são como corações mui pequenos os quais pescam as mulheres em o mar e êste é o seu dinheiro: venderiam os **cimbos** que traziam como quatro réis”. — Carta do carmelita Diogo do S. Sacramento, 1584, no Congo, para um Convento de Lisboa. — P. Manso. História do Congo.

Jibundo, **jibungo**, **jibungu** — dinheiro. — Há também o nome **jibundo**, que carece do singular, que quer dizer os dinheiros ou as moedas. — Canneccatim. Gramática da Língua Bunda. **Gibongo** (como traz Moraes) ou **jimbongo** — Dinheiro. Só usado entre negros (Macedo Soares). Informes de Apolinário Pôto-Alegre no seu “Popularium Sul-Rio-grandense”.

GINGAR — Mover-se com soberba de capoeira. — Coisa que ginga. Coisa que se move. **Etim.** — Têrmo africano. Apolinário nos dá a seguinte etimologia:

“**Jinganer** — Os soberbos. Da forma singular **nganei**. Gram. e Dic. da Língua Bunda de Canneccatim. No Dic. da Língua Bunda do mesmo autor ainda vem: Empandinado — turgidas — annucuáta **nganei**: Canneccatim. — Gram. Bunda: O **nganna**, o senhor; cojingana, os senhores, pl.

Esta forma também poderia produzir o têrmo brasileiro.

Moraes fá-lo proceder de jinglar em espanhol que significa balouçar-se. F. Domingos Vieira aceita a filiação irrefletidamente. Aulete, o último na ordem cronológica dos lexicógrafos e com pretensão de crítica, conforme os recentes dados científicos não fez mais do que modificar a transcrição escrevendo jinglar.

Se o têrmo é do espanhol, ou passou-nos de Portugal, ou então foi propagado pelo Rio-Grande-lo-Sul. Nem importamos de ultramar, nem pertence ao pecúlio das populações campeiras do Rio-Grande-do-Sul. Seu berço é a Baía, onde a raça africana tem tido algum valor como fatora da língua e costumes nacionais. Daí o vacábulo com que se radiou pelo país, e é um sistema opulento”.

GONGA — Cestinha — espécie de sabiá. **Etim.** — Afri-

cano bantú **ngonga**, cesta, sing. e **jingonga**, no plural. Apolinário o recolhe.

GUAIMBÉ — Planta que dá frutos comestíveis uma vez assados. E' ornamentável. As cascas das raízes prestam-se para fabrico de cêstas. (Morais no Voc. Sul-Riog.). pondiam eram considerados de gênero inferior e vendidos **Etim.** — Ouvimos entre os nossos negros. Será africanismo?

GUANDO — Legume cultivado entre nós. **Etim.** — “**Guando** (Cajanus Lin. das leguminosas) — Assim se chama um legume cultivado no Brasil originário dos orientais. No Rio e Maranhão chamam-lhe **guandos**, em Pernambuco **guandús**, em outras partes ervilha de Angola. — Dic. de Bot. — Moraes traz a forma **andú**, que se aproxima antes do guaraní. No entretanto, julgámo-la africana. — “Os guandos dão uns arbustos que chegam a ter o crescimento de uma grande laranjeira, e são de um sabor agradável, reproduzindo-se duas vezes por ano. — (Carvalho de Menezes).

Guandú, guandós (cuandú) Peso II 252. Cajames flavus D. C. Forsan e Guinea introductus (Martius. Bentz zür eth)”. Informes de Apolinário.

GUZO — Fôrça. **Etim.** — **nguzu**, africano, bantú, como vem no “Popularium Sul-Rio-grandense” de Apolinário. Nguzu cala, ocala? (Tens fôrça, rapaz?) Cana (não) — Respondia o negro.

E pela maneira enérgica ou tífia com que pronunciavam a palavra **cana**, aos compradores de escravos, eram aceitos ou rejeitados os negros. Os que frouxamente respondiam eram considerados de gênero inferior ee vendidos por baixo preço. Desta maneira os compradores de escravos examinavam os que traziam os negreiros. Tal prática vulgarizou o têrmo guzo. (Apolinário).

INHAME — Planta alimentícia. — Palavra da geografia do Rio-Grande. Coxilha em Cacimbinhas e arroio em São-José-do-Norte. **Etim.** — Têrmo africano proveniente da raiz **nyame**, coier, existente em todas as línguas bantús. Meinhol, Introduction. — O nome tupí é **cara**”, seg. Mendonça.

JAGUNÇO — Valentão, guarda costa de algum senhor de engenho ou fazendeiro (Braz Rubim). **Etim.** — Africano, bantú, **jingunsa** ou **jingunzá**. Forma do plural de **nbusa** ou **nguza** (Apolinário).

JAPONA — Casaco de pano grosso apropriado para o inverno. Os negros sempre empregam: a minha japona. E' um casaco curto para a estação fria. Termo comum no Rio-Grande (Apolinário). **Etim.** — Africano, bantú, **jiponda**, faixa, cingidouro. Forma do plural do substantivo **ponda**.

LANGUE — “Estou no langue, o mesmo que estar na berlinda, no tranco, no cepo, no palanque; ser vítima de gracejos, de maus tratos; estar em apuros, etc.” (Apolinário). **Etim.** — **Rilengue**, **malengru** — tronco ou prisão em bantú.

LENGA-LENGA — “Oração, recado, relação muito longa, impertinente e feita duma vez” (Moraes, Dici. da Língua Portuguesa). — História ou fato de narração demorada. **Etim.** — Africanismo bantú. Seg. Apolinário:

Culenga-lenga — correr.

Quia-culengi-lengo — expeditamente.

Quilengue-lengu — fula-fula.

Quilengue — presa.

LIBAMBO — O mesmo que galés (Braz Rubim). **Etim.** — Africanismo.

Libambu, cadeia de ferros, no abundo.

Lumbambu, o mesmo no conguês. (Apolinário).

LIBATA — Aldeia em língua de negro. **Etim.** — **Libota**, forma erudita, no Conguês (Apolinário).

LOMBA — Rampa. — Termo da geografia do Rio-Grande-do-Sul. Coxilhas em Viamão, Gravataí, Santo-Antônia e distrito de Viamão. **Etim.** — Mário Marroquim a recolhe como uma das nossas palavras “recebidas dos negros”.

LUNDÚ — Nigromancia — dança dos negros. **Etim.** — “**Agua-lundú**, nigromantes.

Lundú, dança chula do Brasil, vocábulo das línguas conguesa e bunda. Poesia que serve para dança (Canneccatim). Lundú ou landu (o 1.º é mais correto) e não londum”, segundo Apolinário.

MACACO — Gênero de mamífero quadrúmano. — Termo da geografia do Rio-Grande. Arroios em Palmeira, Rio-Grande, Lajeado e Soledade; morros em São-Lourenço e São-Leopoldo; pôrto em Cachoeira. Lugar no Rio-Grande e Linha Colonial em Lajeado. **Etim.** — Palavra africana (N. de Sena). Vocábulo de Angola e do Congo (Bluteau) Apolinário a considera, também, africana.

MACAMBA — Tratamento que usavam entre si os negros em algumas partes do Brasil. **Etim.** — **Macamba**, forma do plural do substantivo **recumba**, camarada. Africano bantú (Apolinário).

MACOTA — Grande, principal, nobre. Morais o regista, com essas acepções, no seu Voc. Sul-Riog. **Etim.** — Quimbundo. (Mendonça). Forma do plural do substantivo **ri** mais **kota**.

“**Macota na banca**, os principais da cidade”. **Quima quia-ricota**, coisa superior (Apolinário)... que segundo as suas leis administram justiça por si, pelo seu **macota** ou delegado”. — Carvalho de Menezes — “Den. geog. e pol. do territ. port. na Guiné inferior”.

MACUCO — Espécie de perdiz da família das galináceas. — Termo da geografia do Rio-Grande. Arroio em Lajeado. **Etim.** — **Muani-galo-macocú**, na gram. da ling. bunda. Cocó, galo, em Conguês. Cucu, galinha, em cafre. (Apolinário).

MACUTO — Mentira. **Etim.** — Quimbundo **ma**, prefixo plural mais **kuto**, mentira. (Mendonça). Apolinário embora a recolha em seu “Popularium Sul-Rio-grandense” não ouviu o termo no nosso Estado.

MALUNGO — Companheiro. Mesmo nível de ínfima condição social. **Etim.** — Termo africano bantú. **Malungu** — navios. Forma do plural de **onbungu** (Bleck — “Comp. Gram. Kong derivative prefixes of Nouns”).

Malungo (Voc. africano) Camarada, conservo; nome que dão aos pretos escravos que vieram com eles na mesma embarcação. Vieira. — Morais Dic. Port. Pela definição que dá Morais, pode-se deduzir a etimologia; no entanto parece forçada.

Ricamba, rici onlugú, que é a expressão implícita em **malungo**.

Em guaraní **baramungá**, admitida a queda da sílaba infixa **ra**, o que aliás é fenómeno natural, está facilmente explicada a palavra, pois significa **parente** por afinidade ou consaguinidade e daí mais latamente, **patrícios**, filhos duma mesma terra. O sr. Macedo Soares formula uma hipótese que não tem base sólida. — **Malungo**: parceiro da mesma laia, camarada parente. Os **malungos** são vizinhos dos **Abundos** e dos **Congueses**, com cuja língua tem a dêles tanta afinidade, que diz **Canneccatim**: Estando em entre as terras dos **Malungos** fazendo missão, observei que os meus intérpretes falavam na língua **bunda** e êles na **mah'unga** ou **conguesa** e mutuamente se entendiam, referindo-me tudo quanto se dizia e eu desejava saber. — **Int. à Gram.** — Estas notas etmológicas são de **Apolinário**, que conclue: é improcedente. Se tivéssemos um intermediário histórico, que talvez haja, fixaríamos nossa opinião”.

Jaques Raimundo diz ser contração de **mu-alungo**, que quer significar no navio. Reportando-me à etimologia que dá **malungo** como companheiro de viagem. **Morais** o recolhe no seu **Voc. Sul-Rio-grandense**.

MANDINGA — Feitiço, espécie de talismã. Tem sentido muito amplo. **Etim.** — Origina-se de **Mandinga**, lugar na **Guiné**, onde existiam notáveis feiticeiros. Acrescentamos o que diz **Apolinário**:

“A palavra **mandinga** que **Canneccatim** traz em seu **Dic.** (1804) com a acepção de superstição é posterior à conquista e só por influência da catechese tomaria semelhante sentido. Julgamos que ela provenha de **manhinca**, sangue; porque rara é a cerimônia dos negros feiticeiros, onde não entra o sangue de galinha preta, morcegos e outros animais. — E’ um rapaz levado da **mandinga**, isto é, que parece protegido pela feitiçaria, a-pesar-de cometer atos de verdadeira loucura”.

“**Mandinga** — **Reyno** e povoação de **Africa**, nas terras dos negros da **Guiné** ao longo do rio **Gambea**, entre o **reyno** de **Tombotu** ao Norte, e o de **Malagueta**, ao Sul. Segundo

escreve Drapper, pag. 245, os negros de Mandinga são grandes feiticeiros e hum seo sacerdote principal foi tão celebre na Arte Magica que ensinou ao Rey de Bina a invocar os demonios, e a usar de seo poder infernal contra os seos inimigos. Parece que destes e outros feiticeiros de Mandinga tomarão o nome hûas bolsas que trazem alguns negros, com que se fazem impenetraveis ás estocadas, como se tem experimentado nesta Côrte e neste reyno de Portugal em varias occasiões" (Bluteau).

"Mandinga, s. f. t. Afr. Feitiçaria: feitiços para ficar impenetrável a ferro, etc. Ter qualquer coisa mandinga; fr. vulgar, i. é., dificuldades insuperáveis, que aparecem como por feitiçaria". (Moraes).

MANDRACO — Amuleto usado pelos jogadores. Moraes o recolhe no seu Voc. Sul-Riog. **Etim.** — Têrmo africano, segundo Nelson de Sena.

MANGUÁ — Bengala usada pelos negros. Têrmo recolhido no Voc. Sul-Rio-grandense de Moraes. **Etim.** — N. de Sena a dá como palavra de origem africana.

MARIMBÃO — Instrumento musical dos negros. O mesmo que berimbau. **Etim.** — Quimbundo **mrimbau**.

Apolinário nos dá a seguinte nota:

"Marimba — Sinfonia. Canneccatim. Dic. da língua bunda. — Marimba, s. f. (voc. Afric.). Instrumento músico dos Cafres consta de uns cabaços longos de diversa grandeza e diâmetro, sôbre os quais estão umas tabuinhas de pouca grossura e estas feridas por uma espécie de lingüetas fazem o som — Moraes — Dic. da Ling. Port.).

—João dos Santos na 1.^a parte de sua Etiópia oriental, pág. 16, faz uma ampla descrição dêste músico instrumento, e acrescenta que os Cafres tem outro o qual em lugar dos cabaços tem umas vergas de ferro, espalmados e delgados de comprimento de um palmo, temperados no fogo de tal maneira que cada uma traz sua voz diferente". Diz o mesmo autor que na Cafraria um e outro instrumento se chama **Ambire** (Bluteau).

Marimba, sinfonia como a traz Canneccatim é de certo voz posterior à conquista.

A palavra julgamos proceder de **Marimi**, línguas, plural de **rimi**, língua. Para justificação deste termo ainda em **Morais**: — “Marimba, certo som que os rapazes tiram tocando com as mãos fechadas os beijos e dando sopapos na barba”.

No espanhol: “Marimba. Especie de tambor que usan los negros del Congo en sus funciones y homazos.

“Mamrimba— Instrumento musico de los negros bozales que és un conjunto con varios palitos á planchetos de metal los cuales heridos com los dedos, dan un sonido sordo bastante monotono”. — S. R. Dominguez. — Dic.

— **Berimbáo** — s. m. Instrumento que é um arco de ferro aberto por baixo, atravessado por uma palheta de aço; applica-se à bôca com o dedo se vibra a tal palheta; é de moços vulgares pretos. — **Berimbáo**, **berembáo**, **marimbáo** são todas formas similares no Rio-Grande-do-Sul.

Tudo isto faz supor que os primeiros instrumentos que tal denominação receberam, foram tocados com a bôca, ou com a língua, e daí se estender o sentido a quasi todo o instrumento músico.

— **Cabaço** — marimba (Cucurbita lagenaria. Lim. Fam. das cucurbitaceas) Vem-lhe o nome da forma do fruto. E’ assim conhecido em Alagoas”.

MARIMBONDO — Inseto. — Termo da geografia do Rio-Grande. Arroio em Ijuí. **Etim.** — Quimbundo **ma**, prefixo plural mais **rimbondo**, vespa.

MAROMBA — Trapaça, na gíria. E’ nesse sentido que atualmente se emprega êsse termo. (Morais no Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — N. de Sena o recolhe como vocábulo africano.

MASSAPÉ — Terra vermelha. (Morais no Voc. Sul-Rio-grandense). **Etim.** — N. de Sena dá como africanismo suspeito.

MATACO — O assento, as coxas, seg. Soares. No Rio-Grande-do-Sul significa, entre os negros, trazeiro (Apolinário). **Etim.** — Africano bantú **mattacu**, forma do plural de **ritacu**. (Canneccatim).

MATUNGO — Cavalo velho. **Morais** observa (Voc. Sul-

Riog.) que matungo vai se tornando extensivo até aos cavalos de boa qualidade. **Etim.** — Palavra africana bantú. João Ribeiro diz que se originou de “**cu-tunco**, parar, a que aplicado o sistema de derivações nominais viria **mu-tungue**, coisa que para ou que não anda, parador”.

MAZOMBO — Dama, donzela. **Etim.** — Apolinário nos dá as seguintes informações:

Mazumba — Dama, virgem, donzela. (Africano, bantú).

Mazombo — Dama, donzela, virgem, palavra depreciativa com que os portugueses se dirigiam aos filhos nascidos no Brasil. Consideravam-nos, pois, como mulhereiros, efeminados, maricas.

Mazombo — Este nome não se dá indiferentemente a qualquer filho do Brasil. Jorge Maregraviu no livro 8.º da sua História do Brasil, traz os nomes que os brasileiros, quer portugueses, quer gentios, dão às diferentes nações que naquela terra habitam. Traduz do latim o que segue: Aos flamengos, alemães, franceses, ingleses, etc. deram-lhes — Ajurujuba — porque muitos deles tem cabelo louro ou ruivo; geralmente os europeus são chamados Caraíba e às vezes Pero. Os filhos de pais e mães europeus se chamam **Mazombo**, o filho de pai do Brasil e mãe negra se chama Curibóca ou Caboclo; filho de pai e mãe negros se chama Crioulo” Bluteau 1716).

MINHOCA — Verme anelídeo. **Etim.** — Termo africano quimbundo (Mendonça).

Segundo Apolinário:

“Nhóca-cobra. Forma do singular. Jinhoca, plural.

Nhoca iaiênene — Dragão, palavra por palavra, cobra grande (Canneccatim).

Nas outras línguas da família bantú:

Nyoka (Tette e Sena). No plural zingoka.

Sioke (Hihiau).

E’oka (Sindonga). No plural, omayoka.

Eoka (onambo). No plural, omaoka.

Innyoka (zulú).

Bluteau tratando do reino de Quoja, traz mínia como o nome que os naturais dão à cobra chamada no Brasil gi-

bóia. No breve voc. de Serpa Pinto ainda temos: Hambundo, Onhéa, Ganguela, Lunoce, Cafreal de Tette, Nhoca. Cameron traz no Urna, nyoka.

Tôdas estas formas servem para justificar a etimologia da palavra minhoca em português. Bastaria sómente lyoka e nyoka, qualquer delas pela permuta da inicial da **m**, daria a palavra”.

MISSANGA — Vidrilhos. Contas enfiadas. **Etim.** — do cafre **mi**, prefixo de classe mais sanga, continhas de vidro. (Mendonça).

Apolinário:

“Missanga. Vidrilhos, contas enfiadas.

Missanga ia cuzata.

Missanga. Bluteau já em 1728 definia: “Contas de vidro grosseiro que vem de Veneza e se leva para a África, para vender aos negros que com elas e avelórios fazem suas gargantilhas, braceletes e outros enfeites. — “Não temos certeza de que a palavra seja originariamente bantú”.

MOCOTÓ — Mão de vaca. **Etim.** — Carlos Pereira e Nelson de Sena afirmam ser africano. R. Mendonça diz que o termo é tupí.

MONJOLO — Árvore africana. Termo da geografia do Rio-Grande. Arroios em Taquarí, Santo-Amaro, Guaporé e Lajeado. Aparelho para moagem de grãos. **Etim.** — Mongolo (mesmo que monjolo?) Cândido de Figueiredo diz ser árvore africana, como acutização.

MOCAMBO — Esconderijo de escravos. **Etim.** — Apolinário anota:

Eis o que diz Bluteau: “Mocambo he o nome de hum dos Bayrros de Lisbôa em que os religiosos de S. Bernardo tem um convento. Antigamente havia neste sitio huma quantidade de casinhas de pescadores e negros”.

Diz Morais: “Quilombo, ou habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil. “Manuscrito da razão do Estado do Brasil”, por D. Diogo de Menezes, em 1612. Qualquer choça ou palhoçazinha no Brasil para habitação, ou se recolherem os que vigiam lavouras”.

Fr. João de Souza traz: “Mocamo, do árabe mocamo.

Casa ou lugar separado e de respeito. Tem por toda a ilha muitas igrejas e mesquitas a que chamam mocamo. Godinho. Viagem da Índia”.

No bantú, onde se encontram palavras equívalentes ao termo em questão não se depara nenhuma que se lhe assemelha a não ser **cambi** que Cahmrou define: “Um acampamento; também um número de homens, formando um rancho”.

Parece, pois, o mesmo termo árabe com a significação deturpada por divisão. Quem sabe como naquela época os ódios entre Ibérios e Mouros andavam acesos, não ficará admirado da transformação de sentido. Não será o mesmo que se deu na Índia com pagode, que é templo da religião dos bramanes e passou a significar orgia, no português?

“Mocamo, que os léxicos dão mocambo... não tem outra origem (do bundo) “diz o sr. Macedo Soares. No entanto, onde a prova? Para confirmar a asserção seria imprescindível a correspondência do termo bantú com o nosso ou algum intermediário histórico, o que aliás não apresenta o sr. Macedo Soares. Martius também opina pela origem africana da palavra (Bertrüge Zur ethnog, Mocambo (Piauí, Ribeiro) vocabulum e lingua africana receptum: significat domicillium oathiopium fugitivorum”).

O **u** que aparece no vocábulo brasileiro é um reforçamento natural do **m**, como em maromba de miroma; tarimba, de tarima; tambo, de thalamo, etc. E para prová-lo temos ainda a derivação de mocambo, mocamáos, que Bluteau define: “São no sertão do Brasil huns negros levantados, a que chamão negros dos Palmares; derão este nome ás aldeias que elles habitão. Da religião e justiça politica que observão, vid. Guerra Brasília de Francisco de Brito Freire...”

No entretanto se atentarmos que **confederados** em abundo é **macamba atalula comochi**, e que a tradução apresenta como quarenta negros da Guiné os chefes da chamada república dos Palmares, ligados para a empresa da sua liberdade, não seria, pois, de todo mal cabida a explicação, se houvesse qualquer documento histórico comprobatório.

Moqueano — mesquita ou templo dos Beduínos de Sacotira. J. do Arc. — Morais. Dic. da Ling. Port.” Mendonça: do quimbundo **mu**, prefixo mais **kambu**, esconderijo.

MOGANGO — Fruto de um sabor agradável. Come-se, depois de cozido em água ou forno, quer com leite, quer com carne ou outros pratos (Morais. Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Africano bantú, segundo Apolinário.

MOLEQUE — Termo africano de uso geral no Brasil. Palavra da nossa geografia. Morro em Venâncio-Aires. **E.im.** — Abundo **muleque**, menino. Apolinário: Bantú — Omuleke, rapaz, sing e aleque, no plural.

MOQUIÇO — “Reunião de casebres de negros ou do povo miúdo, quasi sempre em torno duma área murada que tem um só portão. **Etim.** — “Virá de **mokiços**, gênios da mitologia africana por decisão como mocambo, pagode, zumbi, calunga. Não o sabemos. A palavra é sem dúvida alguma de procedência africana, mas não temos a menos revelação a respeito do sistema que a produziu entre nós”. (Apolinário).

MORINGUE — Vaso para água com asa na parte superior. **Etim.** — Africano, bantú, **murinqui** ou **mirinque**, seg. Apolinário.

MOXINGA — Dar pauladas. **Etim.** — Termo de Angola.

Apolinário: “Diz Bluteau: Termo de Angola, mas muito comum na frase chula portuguesa. — Dar muita moxinga, e dar boa coça de pancadas ou golpes com algum pau.”.

O sr. Macedo Soares, fazendo crítica à ortografia e definição de Morais, pondera: “Morais dá muxinga e remete para moxinga, que define, surra de açoite, dizem-nos os pretos. Errra na ortografia e na definição”.

“Não sabemos como se possa determinar ortografia para palavras duma língua selvagem, mòrmente quando, na família de que fazem parte, variam infinitamente. Quanto à definição, também está conforme com a do douto Bluteau e com o sentido do ambundo: encontram-se assim as três formas; mixinga, moxinga e muxinga”.

MUAFOS — Roupas sem nenhum valor — bebedeira.

Morais o recolhe no seu Voc. Sul-Riog. **Etim.** — Têrmo africano, seg. Renato Mendonça.

MULAMBO — Trapos. Roupas estragadas. — Cair aos mulambos, cair aos pedaços. Moraes a regista no Voc. Sul-Rio-grandense. **Etim.** — Têrmo quimbundo (Mendonça).

Menanda, panos. Plural de **unamba**, pano no Benga. Ndamba (Sikele). **Olamba** (Mpongwe), seg. Apolinário.

MULATA — Mestiça de branco com preta. — Têrmo da geografia do Rio-Grande. Capão em São-José-do-Norte. **Etim.** — Parece ser mesmo africano. N. de Sena se limita a registar a dúvida existente se mulata é de origem indígena ou africana.

MURUNDUM — Monte, montículo de coisas, de roupas e de pedras. **Etim.** — Quimbundo, mulundum, monte. Apolinário recolhe o têrmo como africanismo.

MOXIBA — Retalho de coisa ruim — Carne magra. (Moraes no Voc. Sul-Riog.). **Etim.** — Quimbundo **mu**, prefixo e **xiba**, veia.

MUTAMBI — Festa dos mortos entre os negros. **Etim.** — Apolinário dá a seguinte nota:

“Tambi — exéquias (Canneccatim).

Itequi — ídolo (Canneccatim).

Mutambi é o nome que se dá a um ajuntamento de negros de ambos os sexos, no qual com ritos supersticiosos, cerimônias ridículas, cantigas lascivas e dansas imorais celebram as suas exéquias e mesmo a de alguns pardos, elogiando todas as torpezas que sabem do morto, quantas concubinas teve e vice-versa o outro sexo, ajuntando a isto a circunstância de adorarem o ídolo (Itéqui) declarando se o morto era ou não circuncisado, acompanhando com grimasas tudo quanto temos referido, e tornando êste quadro mais tedioso as muitas bebidas que os embriaga e os conduz à devassidão. Para aquele fúnebre cerimoniaal armam uma pequena barraca no quintal das casas ou campo próximo; nele está deitado o enojado, ao pé do qual se vê um prato, uma cabaça e cachimbo, tudo quebrado. Em roda desta barraca se fazem aqueles devotos exercícios durante oito dias, e no espaço deles comem um porco (e mais que

haja), sem o que não valem as exéquias. No fim do oitavário vão com o enojado em procissão lançar ao mar ou rio próximo, a caveira do porco, bem crentes que neste ato o zumbi (alma) entra no eterno descanso e assim termina o nojento *matambi*” (Carvalho Menezes — Dem. geog. e pol. do ter. port. na Guiné inferior).

MUXÔXO — Ligeiro movimento de lábios em que se dá um estalo surdo; é da pessoa que se amua; é como quisesse dizer que me importa... **Etim.** — Africano, bantú, *muchióchu*, murmurar, falar baixo. **Quima muchochio**, secreto, em segrêdo. (Apolinário).

NENÊ — Criança. **Etim.** — Africano, bantú. *Sineneh*, criança de peito, segundo Apolinário.

PAPAGAIO — Ave trepadeira — Termo da geografia do Rio-Grande. Lagoa em São-José-do-Norte e arroio em Cruz-Alta. **Etim.** — Pacheco Júnior e Eduardo Carlos Pereira o consideram africano. R. Mendonça diz ser árabe.

PINGUELA — Ponte de pequena proporção. Termo da geografia do Rio-Grande. Lagoa em Conceição-do-Arroio. **Etim.** — N. de Sena o inclui entre os africanismos duvidosos.

PITO — Cigarro, caximbo. — Passar o pito, passar uma repreensão. — Termo da geografia do Rio-Grande. Passo no Vacacaí, município de São-Gabriel. **Etim.** — Mário Marroquin o considera de origem africana.

QUENGA — Vasilha feita de casca de côco, usada pelos negros para nela comerem. Medida: quenga de feijão. — Farinheira. — Concha para tirar caldo. **Etim.** — Africano, bantú, segundo Apolinário.

QUIBÊBE — Pirão de abobora. Termo da geografia do Rio-Grande. Arroio e lugar no município de Caí. **Etim.** — Quimbundo *ki bembé*, segundo João Ribeiro.

QUILOMBO — Povoação de escravos negros foragidos. — Termo da geografia do Rio-Grande. Ilha no Guaíba, em Pôrto-Alegre. Arroio em Taquara, Viamão, Caí, Jaguarão, Conceição-do-Arroio e Rio-Pardo. Lugares em Santo-Antônio, Taquara e São-Leopoldo. **Etim.** — Quimbundo *ki-lombo*, seg. Mendonça. Apolinário diz:

“Quilombo *quiattu* — União.

Ocubongola — Confederação.

Quilombo e quilombola são palavras correntes no fundo da linguagem popular brasileira e parecem proceder das duas formas **bantús** acima apontadas e do vocábulo guaraní **canybóra**, que atuou sobre elas, produzindo a multiplicidade de termos com o mesmo sentido. Quilombo, define Moraes: A casa sita no mato ou no ermo, onde vivem os callambolas ou escravos fugidios...

Porém não é exato; é antes o refúgio, o conto dos negros confederados que fugiam ao cativeiro. Hoje se usa mas extensivamente quanto à quadrilha de ladrões ou retirada dedesertores ou outros homens que se acham em luta com a sociedade de que se apartam.

Caimbola, calhambola, canhambola, quilombola, são resultantes do influxo de **cañybora** que diante de quilombo, traz confusão na formação da única palavra necessária".

QUIMBOMBÓ — Feiticeiro mor — quiabo, sinônimo quingombó, segundo Moraes no Voc. Sul-Riog. **Etim.** — Termo africano.

QUITANDA — Mercado. **Etim.** — Apolinário diz: "Quitanda, feira, venda. Forma do singular, cujo plural é **itanda**. Quitanda. 1) Mercado, donde, no Brasil os nomes de Praças da Quitanda. 2) Pequeno negócio ambulante de verduras, doces, etc. 3) taberna, venda (Maranhão). Fr. Evaristo Leoni supõe-lhe a seguinte pronúncia: **Quitanda** — **Quintana**, parte do campo dos romanos, onde se estabeleciam os vivandeiros, e se vendia toda a casta de produtos. (Petise de Antq. Roman).

Parece que o nome quitanda teve entre nós a significação de feira ou mercado de comestíveis, e ainda hoje em Angola, chamam Quitanda a um mercado volante. Atualmente damos o nome de quitanda a uma loja de comestíveis". (Gênio da Ling. Port. 1.º vol. 80 pg. 1858).

E' um desacerto inqualificável, quando os léxicos já lhe marcaram a origem e a ausência do termo no fundo da linguagem portuguesa, denunciava a sua modernização e fonte diversa da latina. Braz Rubim traz: "Quitanda,

praça de comprar e vender; lugar de mercado. — Taboleiro com gêneros”.

SALALO — Cupim danoso. **Etim.** — Provém de **Salalé**, “espécie de cupim da África que produz os maiores estragos em madeiras, roupas, papéis. etc.”. Continuando a estudar a palavra Apolinário diz: “Salalo — é a palavra usual em Angola e creio que em toda a África Portuguesa, mas ainda não recolhida pelos lexicógrafos. “Assim mesmo aquelas notícias, que a fadiga de muitos anos e de muitos homens tinham descoberto, e que franqueadas ao público deviam subministrar útil ensino em benefício das artes, das ciências, da agricultura, do comércio quis a desgraça que uma morressem no seio de seus descobridores, e outras sendo depositadas nos arquivos de Angola, viessem a servir de pasto à devoradora traça do país, **salalé**, inseto a cujas ruínas escaparam apenas os mármores e os bronzes”. (Canneccatim — Introd. à Colde Observ. gram. sobre a língua bunda). — Apolinário.

SAMBA — Dança popular brasileira. **Etim.** — “E’ bem plausível que daí provenha, pois de **Zambi**, pagode, molungú, pagé, mokiço, lundú, (cerimônias religiosas, etc., temos feito termos depreciativos. Molungú, deus, divindade — Bleck), segundo Apolinário.

SAMBURÁ — Cêsto de taquara. Recolhida no Voc. Sul-Riog. **Etim.** — Diz L. C. de Moraes que parece ser palavra de origem africana.

SENGA — Conjunto de fragmentos. (B. Roham). **Etim.** — “Senga, cortar, separar. **Cu sanguloca** — separar”, seg. Apolinário em seu *Popularium Sul-Rio-grandense* — Elementos Bantús.

SENZALA — Habitação dos escravos pretos nas fazendas. **Etim.** — Apolinário: “Senzala — Cohabitação, morada. Forma do singular. No plural **jisensala**. Senzala. A casa de morada dos escravos no Brasil, cohabitação. Isto é uma senzala, isto é, onde muitos se reúnem e vozeiam.

“As aldeias ou vilas dos pretos a que chamam Libatas ou Senzalas distam entre si, uma, duas e mais léguas (Carvalho de Menezes — Dem. etc.)”

TANGA — “Pano que encobre as partes genitais. E’ termo bem vivo no falar carioca, onde a expressão “de tanga” equívale a sem nada, limpo de dinheiro e roupas” (Mendonça. *Etim.* — do quimbundo **ntanga** pano, capa, ainda seg. Mendonça.

Apolinário diz o seguinte:

Ntanga. Capa, capote.

Ntanga pala cuznata issuci. Juem. Manto para cobrir os ombros.

Ntanga pála cuvunghina no cuséca. — Cobertor. Manto para cobrir a cama.

Muca cutunquessa ntanga. Tecedor. O que fabrica manto. Cutunga jitanga. Tecer. Fabricar mantos.

Nano:

Onanga, vestido.

Baloyazi:

Nanga vestido.

Baponda:

Ntanga, vestido.

Nos diferentes vocábulos das línguas indígenas do Brasil, traz Martius.

No Botocudo:

Saccus — tang

Saccus, quem feminae portant. Tanl giokan tank, giohann.

Saccus quo viri utuntur — coupon.

Houve tempo em que supusemos originário o termo do americano; depois com estudo mais amplo da morfologia bantú, mudamos de opinião. Aquí o vocábulo é mais acentuado, abrange significação mais lata do que entre nossos indígenas. Demais estes tinham nomenclatura para as diferentes peças de seu singelo vestuário; o que não acontece entre os ambumbos onde o termo genérico é **ntanga**, que entre nas construções perifrásticas com que nomeiam os trajes portugueses. Porém, a-pesar-dêste fato nada prova que o vocábulo seja do fundo da língua ambunda. Se houvesse confirmação pela identidade do termo entre to-

dos os membros, ou ao menos na maior parte da grande família bantú, a dúvida desapareceria, mas localiza-se na costa, o que apenas pode denunciar o seu exotismo.

E' preferível, pois, ir buscar-se a explicação na Índia onde a palavra tanga era de uso geral e largamente admitida entre portugueses, que a espalharam em tôdas as suas possessões. E' talvez o intermediário que explica a presença da palavra primeiramente no bantú e depois no brasileiro.

Os léxicos atuais, evitando amplificações às vezes necessárias, põem de parte o que largamente apresentou Bluteau em seu vocabulário português, hoje obra raríssima. Porisso vamos reproduzi-los em sua íntegra os trechos referentes ao assunto. No vol. VIII, em 1716, lê-se:

Tanga — moeda da India, que se bate em Gôa, tem hua parte a imagem do apostolo S. Thomé, e de outra os cunhos de Portugal. Val tres vitens. Ethiopia Oriental, part. 2, fol. 87, vol. 3.

O arroz chegava a valer o fardo a seis e sete tangas, que da nossa moeda são 420 réis. Barros. Decad. fol. 206". No Sup. Tomo II em 1728:

Tangas brancas, he moeda. Em Salsete e Bardes tem cada tanga meyo Xerafim, que são 150 réis, e na ilha de Gôa e suas dependências oito vintens, que são 96 réis por cada tanga".

Carvalho de Moraes, na Demonstração Geográfica e Política do Território Português na Guiné Inferior, pg. 32, assim explica: "Tanga é uma vara de fazenda da mais ordinária ou de pano de palha por êles tecida, com que se enrolam pela cintura, e cobrem as partes genitais, e é esta a sua única compostura, que augmentam no tempo frio com outra de algodão grosso".

Morais: "Tanga no Brasil e Ásia Port. é a peça de pano, que é longa de vara e meia, ou duas varas, sem feitio, que enrolada na cintura e pendendo como uma fralda ou fraldas, é o com que os Índios e os Negros se encacham e cobrem as partes vergonhosas da cintura até o joelho". E acrescenta como hipótese etimológica: "Talvez porque era do valor e custo de uma tanga moeda, como no Brasil os

bragais eram equívalentes nas foragens a certos dinheiros ou soldos”.

A-pesar-de plausível semelhante explicação, não temos documento histórico que a confirme. Tanga é ainda “uma espécie de musselina fina que os ingleses trazem das Índias Orientais” (Dic. clas. de la lengua espanhola, por D. J. R. Dominguez).

— O vocábulo parece, pois, vir em sua genuína significação das Índias. Em sanscrito **tank** significa ligar, cobrir, forma que facilmente daria a palavra tanga”.

TAMBO — Lugar de venda de leite, geralmente onde são mantidas as próprias vacas. Morais o recolhe no Voc. Sul-Riog. **Etim.** — N. de Sena dá êsse vocábulo como africano.

TARIMA — Vaso no qual se media a ração de farinha que era dada aos negros escravos. **Etim.** — Bantú, africano, **ritamina**, **matamina**, a tigela, as tigelas, seg. Apolinário que ainda ouviu o termo empregado como “no sentido geral de nação e de tarefa no serviço de roça. Esta é a minha tamina, isto é, a minha parte”.

TANGOLOMANO — Doença — Má sorte. — Morais o recolhe no Voc. Sul-Riog. **Etim.** — N. de Sena inclui êsse termo entre os africanismos contestados por alguns indianistas.

TARIMBA — Espécie de cama onde dormem os soldados. — Sent. figurado: longa prática. Morais o recolhe no seu Voc. Sul-Rio-grandense. **Etim.** — Eduardo Carlos Pereira afirma ser termo africano. Entretanto R. Mendonça diz que tarimba é árabe **tarima**.

TICO — Pedaco. Mínima parte. Quasi nada. **Etim.** — Apolinário informa:

“**Quia'cim** — pedaco, posta.

Quic'eine riá chitu — posta de carne (Canneccatim — Dic. Bunda — Capello e Hawens).

Quichinhe — pedaco.

Por um processo natural a gutural se transformou em dental, passando ao português, e como inconscientemente supuseram um diminutivo pela terminação, criaram a forma

pura tico (em vez de tique, como diz Moraes). Quanto à concorrência da palavra taco com a mesma significação, provém de sua sinonímia em ambundo. Migalha se diz nesta língua cachinhi ou tuchinhi, aliás caccini ou tuc'eini.

TUNDA — Surra. Moraes no Voc. Sul-Rio-grandense dá tuzina como seu sinônimo. **Etim.** — Apolinário. — “Atunga (ambundo), tunga (conguês), pau. Tunda, sova de pauladas. Os léxicos em sua generalidade fazem proceder do latim tunda, que indubitavelmente daria a forma portuguesa como deu tunda em espanhol. Mas no fundo do brasileiro popular a palavra é vulgaríssima pela influência do bantú. Propendemos para esta asserção, porque é termo que os negros usam constantemente de preferência a qualquer sinônimo. Levar tunda, dar uma tunda, são expressões correntes entre êles”.

TUTÚ — Escaravelho. — Bicho tutú. Assombração para as crianças. Papão. **Etim.** — Apolinário o recolhe entre os elementos bantús do “Popularium Sul-Riog.”.

XAFARIZ — Lugar onde jorra água. Termo da geografia do Rio-Grande. Arroio em Venâncio-Aires e córrego que banha a cidade de Passo-Fundo. **Etim.** — R. Mendonça diz ser árabe s'ahrij. Também está incluído, por N. de Sena, entre os africanismos duvidosos. Pacheco Júnior e Eduardo Carlos Pereira o consideram africano.

ZAMBO — Filho de preto e índia. — Tonto, seg. L. C. de Moraes que o inclue no Voc. Sul-Rio-grandense. **Etim.** — Termo africano (Mendonça). Vide mozambo.

ZUMBÍ — Chefe da rebelião dos negros de Palmares. — Extremamente feio. “Voz com que as amas negras amedrontavam as crianças choronas: olha zumbí”. (M. Soares). **Etim.** — Zambí, Deus. Zumbí, fantasiar, etc. em Canneccatim. (Apolinário).

TABUA

DOS AFRICANISMOS COLECCIONADOS

Angico	Cambaio	Gama
Angola	Cambuta	Ganja
Angú	Cambota	Gangana
Anta	Cangica	Gimbo
Aricungo	Camondongo	Gingar
Arimo	Cangerana	Gonga
Balaio	Candomblê	Guaimbé
Bambá	Capanga	Guando
Bambaquerê	Capenga	Guzo
Bambê	Capetage	Inhame
Bambú	Carimbo	Jagunço
Banana	Caumbé	Japona
Banguê	Carurú	Langue
Banza	Catinga	Lenga-lenga
Banzear	Catita	Libambo
Banzé	Catimbáo	Libata
Banzo	Caxambú	Lomba
Batuque	Caxerenguengue	Lundú
Bimba	Caximbo	Macaco
Bóbó	Chambão	Macamba
Bocó	Chila	Macota
Bombear	Chimbé	Macuco
Boquinha	Chicara	Macuto
Bugiganga	Congo	Malungo
Bumba	Cochilo	Mandinga
Bundum	Cuiba	Mandraço
Burundangas	Curiar	Manguá
Cacimba	Dengue	Marimbáo
Caçula	Encabular	Marimbondo
Caconde	Empacador	Maromba
Cacunda	Engambelar	Massapé
Cachaço	Enquizar	Mataco
Cafua	Enxacôco	Matungo
Cafife	Fandango	Mazombo
Cafundó	Fuá	Minhoca
Cafuso	Fubá	Missanga
Calombo	Fuchicar	Mocotó
Caloji	Fufia	Monjolo
Camofonge	Fulo	Mocambo
Cambada	Gambá	Mogango

Moleque
Moquiço
Moringue
Moxinga
Muafos
Mulambo
Mulata
Murundum
Muxiba
Mutambi
Muxoxo
Nênê

Papagaio
Pinguela
Pito
Quenga
Quibébe
Quilombo
Quimbombó
Quitanda
Salalo
Samba
Samburá
Senga

Senzali
Tanga
Tambo
Tarima
Tangolomane
Tarimba
Tico
Tunda
Tutú
Xafariz
Zambo
Zumbi

O homem da pre-história

1º ten. art. Henrique Oscar Wiederspahn

“Quando os primeiros homens, povoadores retardatários, pisam a superfície da Terra e sôbre ela começam erigindo o domínio secular do seu gênero privilegiado entre os demais do mundo vivo, já essa superfície se aproximava muito, nas suas linhas gerais, da fisionomia atual. Velhas montanhas tinham já desaparecido, desgastadas pelo esforço incansável da erosão; os contornos dos vários continentes, salvo numa região ou noutra, avizinhavam-se dos atuais; serrarias que hoje contemplamos, recortavam já as suas cumiadas no horizonte. No entanto o homem assistiu a muitas vicissitudes geológicas, que têm, lenta ou bruscamente, modificado traços da morfologia terrestre. Ele foi e teve de se defender das intempéries climáticas, abrigo-se nas cavernas e revestindo-se de peles de animais. Presenciou os deslocamentos derradeiros do litoral báltico, as transformações profundas da zona dos países da Europa setentrional, muitas fases da evolução de cursos fluviais, dilúvios, tremores de terra, cataclismas vulcânicos, porventura a agonia convulsiva de alguns restos de velhos continentes.” (1).

O problema do aparecimento cronológico do homem continua ainda um enigma, cujo decifrar talvez se encontre sob

1) Mendes Corrêa — Os Povos primitivos da Lusitânia — Geografia, Antropologia, Arqueologia, Porto 1924.

os escombros dos antigos continentes como a legendária **Atlantida** que deveria se estender desde a Islândia até o Rio-de-Janeiro, as Antilhas e os Açores, ou a concepção haeckeliana da **Lemúria**, localizada no atual Índico, no arco antropolítico África do Sul — Nilo — Ganges — Java de Mendes Corrêa ⁽²⁾. Atlantida e Lemúria foram esplanadas por Raquel Prado num trabalho de divulgação, no qual não deixou de dar um cunho muito seu social-político matriarcal ⁽³⁾.

A geração espontânea segundo as diversas teses pró-autoctonismo e a legenda da **criação divina** tal qual o homem se apresenta hoje não mais satisfazem ao espírito científico e inquieto hodierno. A legenda mosaica, adaptação à psicologia do semitismo israelita das velhas tradições de seus troncos raciais orientalistas e armenóides e dos povos arianos indo-persas que lhe emprestara a cultura e a civilização, tras o residuo fetichista-fatalista da alma espelhada na sua divindade particular cruel, utilitarista e mágica Jahwe, o deus do deserto. Em diversos opúsculos científicos o P. Zahn, baseado em S. Tomaz de Aquino e nas fontes de São Agostinho, prova seu subconsciente espiritual declarando que: que se devem procurar “na instituição da Natureza” as causas segundas, as causas naturais e não o milagre, pois a idéia da “criação especial é apenas uma hipótese sem outra garantia do que opiniões individuais.” Aquele sacerdote cientista procura assim equilibrar a rigidez do dogma com a verdade dos fatos, dando valor relativo e simbólico à letra do Velho Testamento bíblico que pretendeu ser uma barreira na fase do renascimento com o clero semi-alfabetizado de então que ocupava as mesas inquisitoriais.

Contra a **poligenese** do racionalismo puro e seus sucessores materialistas históricos se eleva o chamado **néo-mono-genismo**, baseado grandemente nos elementos biológicos com

2) Mendes Corrêa — **Homo** — Os modernos estudos sobre a origem do homem — 2ª ed. — Coimbra, 1926.

3) Raquel Prado — **Lemúria e Atlantida** — Estudos sobre os dois continentes desaparecidos — Rio, 1932.

que Guiffrida-Ruggeri firma seu critério ante as leis da hereditariedade. Espiritualistas como Ovídio da Cunha ⁽¹⁾ permanecem no poligenismo abandonado nos dias hodiernos pela maioria dos que se dedicam ao problema da hominação, concordando lamentavelmente aquele nisto com as teorias abraçadas pela maioria dos filomarxistas como Nilo Peixoto ⁽²⁾.

Não comportam estes ensaios uma exposição da genealogia humana senão numa notícia muito sumária. No eoceno, isto é no início da era cenozóica, dos mamíferos, aparecem os primates, representados pelos **lémures**, cuja origem Boule procurou localizar num antigo continente boreal americano-europeu. Alguns autores monogenistas dão os lémures como tronco comum inicial do homem e dos símios. Dêstes lémures os primates inferiores teriam evoluído no oligoceno, no terciário médio, para os superiores e dêstes os chamados **pro-hominídeos** contendo “na sua organização a capacidade duma transformação em **hominídeos**. Diz Mendes Corrêa que “os pro-hominídeos possuíram condições internas que permitiam a sua evolução na direção humana.” Os hominídeos deveriam ter realizado suas migrações a maneira das espécies animais que eram perseguidos por aqueles, já caçadores omnívoros.

Para o antropólogo português que vimos citando a região onde se procedeu a evolução dos primates superiores e na hominação poderá ter sido na bacia do Índico e as suas proximidades e “aí — mais provavelmente na sua porção asiática — se teria desenrolado por certo grande parte daquela evolução e teriam muito verosimilmente, surgido os primeiros hominídeos.” Balizado por descobertas paleontológicas interessando à filogenia dos primates superiores, desde a África do Sul, o baixo Nilo, a Palestina, o alto Ganges, Java, as Filipinas e a Austrália chamou a curva assim obtida a “grosso modo” de

1) Ovídio da Cunha — **Diretrizes da Antropogeografia Brasileira** — Rio, 1935

2) Nilo Peixoto — **Questões palpitantes do pensamento moderno** — Rio, 1936.

arco antropofilético indico. “Dispõem-se também na periferia do Índico algumas áreas da distribuição atual dos Símios do Antigo Continente e uma multidão de populações inferiores e arcaicas, como os australianos, os melanésios, os toalas de Celebes, os mincopies das ilhas Andaman, os senóiós e semangs da península malaia, os kadirs da Índia, os vedas de Ceilão, mais longe deste Oceano os aeta das Filipinas e, do lado da África, os tipos inferiores desta parte do mundo, negrilhos, hotentotes, algumas populações nigríticas. Não é difícil conceber que estes últimos tivessem irradiado da área indico propriamente dita. “A Lemúria haeckeliana nasceu parcialmente e numa zona florestal dêste” continente hipotético” tornada nua, talvez surgisse o hominídio de um pro-hominídio desconhecido ainda. Segundo Lull, foi perto de Himalaya que se operou a antropogênese.

A-pesar-de todas estas dúvidas bordadas pelas imaginações, mais ou menos férteis, dos homens de ciência, há geral concordância em locar nossos primeiros ancestrais nos meados da já referida era cenozóica, no baixo oligoceno, compreendendo em seus 3 milhões de anos o terciário e o quaternário. Grandes e profundas modificações climáticas se produziram nos diversos períodos geológicos até então. “Houve fases em que o Spitzberg e a Antártida, por exemplo, abrigaram espécies de climas relativamente quentes. Houve, pelo contrário, por motivos ainda mal esclarecidos, várias extensões glaciárias, sobretudo no pre-câmbrico, no pérmico, no fim do terciário e durante o quaternário... que não se limitaram à Europa, havendo até vestígios seus na zona equatorial, e concluindo-se de estudos feitos na cordilheira dos Andes, petencente aos dois hemisférios, que a glaciação da parte setentrional foi contemporânea da parte meridional. As moréias, as estrias e sulcos nas rochas, os blocos erráticos e outros vestígios da ação glaciária, têm servido para estabelecer a ordem cronológica dos períodos glaciários e interglaciários”. (1).

Embora tenha a Europa a primazia nas descobertas pa-

1) Mendes Corrêa — *Homo*, idem.

leontológicas e arqueológicas, que se estendem nos dias de hoje numa atividade febril pela Alemanha, pouco ou nada se conseguiu ainda a respeito do homem naquele continente nos períodos anteriores aos fenômenos acima referidos, que se supõem ser o dilúvio universal das diversas legendas dos povos antigos. Parece que este dilúvio concorda com o degelo do 2º período glaciário europeu, também denominado pleistoceno, diluvial ou quaternário antigo. É neste período que normalmente é colocado o desenvolvimento dos hominídeos em *homo sapiens*, ou simplesmente do homem, e sua cultura.

Durante o 1º período glaciário as grandes geleiras se estendiam desde os montes escandinavos e Islândia até além das ilhas britânicas, cobriam todo o mar do Norte, a Jutlândia e todo o Báltico. Os Alpes foram outros núcleos de geleiras e destas existiam esparsas e isoladas nos Pirenéus, no Cáucaso, na Escócia, etc. Até hoje as neves eternas são res-tícios daquelas.

Foi no último período interglaciário principal que se supõe terem produzido as grandes modificações do traçado das cartas continentais, enquanto também as condições climáticas melhoraram com o recuo do limite dos gelos. A Inglaterra fôra ligada à França e o mar do Norte apresentava terra firme de cerca de 180 metros de altitude. O Tâmsa nada mais era que um afluente do Reno. A África ligava-se à Europa pela Ibéria e pela Sicília, o que se justifica pelo transporte da flora e fauna comuns nestas regiões e pela marcha dos espécimes principais das eras terciárias e quaternária⁽¹⁾.

Para Schuckert ⁽²⁾ às glaciações coincidiram ou sucederam-se quasi sempre movimentos orogênicos, como os alpinos no terciário e os alpinos-póstumos no fim daquela era e

1) Baer — Hellwald — *Der Vorgeschichtliche Mensch* — 2ª ed. Leipzig, 1880.

2) Charles Schuckert — *Climates of geologic times* — Annual Report for 1914, Smithsonian Institution Washington, 1915.

princípios do quaternário, produzindo dobras aquelas e estas fraturas e deslocamentos no sentido da vertical. Também as teorias recentes de Wegener (¹), embora por demais simplistas, podem explicar estes fenômenos glaciários e suas consequências. Para o cientista alemão os continentes de hoje teriam resultado da fratura de um bloco primitivo, conglomerado flutuante numa massa viscosa profunda que surge no fundo das bacias oceânicas ou abissos. Os fragmentos do bloco deslocar-se-iam, afastando-se uns dos outros conservando alguns nos seus contornos os vestígios da primitiva juxtaposição. Explicam tais teorias “as afinidades biogeográficas da África do Sul, da Índia, da Austrália e da América do Sul durante parte do paleozóico”.

Foram nos últimos glaciários que se deveriam ter produzido os fenômenos que abaixaram, num movimento vertical, as partes boreais do Velho Mundo e que também fizeram submergir a lendária Atlantida terciária. Separou-se o arquipélago britânico do continente pela formação do mar do Norte e as águas só deixaram os picos mais elevados fora de seu seio. Todas as planuras beira-mar, desde o vale francês do Gironda, à atual Saxônia até o campo de batalha de Lutetza, além até Moscou e o vale do Dwina, se achavam alagados e uniam suas águas dos mares árticos ao Cáspio, ao Negro, as estepes siberianas até os aluviões chineses. Separaram-se a Ibéria e a Sicília da África e o Saara foi dominado pelo mar. Seguiu-se o 2º período principal glaciário com um grande incremento das geleiras em toda a parte.

O terciário português, segundo Mendes Corrêa, teria visto ainda o grande golfo mioceno em que os deslocamentos da região de Lisboa e o levantamento da serra da Arrábida viriam separar as desembocaduras, até então comuns, do Tejo e do Sado. Teria ainda assistido a violentas comoções e a explosões vulcânicas que, partindo dum centro vulcânico atlântico, modificariam, por exemplo, o aspecto ocidental daquela serra. Teria conhecido uma linha de litoral marítimo dife-

1) Apud — Mendes Corrêa.

rente da atual, sobretudo entre as regiões de Arciro e Leiria, em Lisboa e no Algarve.

Os indícios glaciários sul-americanos acusam a existência de um continente bem maior que o nosso atual, mórmente as terras brasileiras. Não é pois desprovido de possibilidade as teorias simplista do sábio argentino Florentino Ameghino ⁽¹⁾ de que o nosso continente constituiu parte do campo da evolução humana e para o Norte a região onde deveria ter existido a Atlantida com suas ilhas cobertas de culturas e civilizações primitivas da formação egípcia pre-hamita, cuja marcha de Oeste para Leste está em parte constatada pela descoberta dos antigos "Thalwegs" do Nilo, os quais vêm de ser localizados no interior do Saara líbico, onde também se verificou um abaixamento, pela erosão.

Nenhum documento seguro sôbre o homem fóssil demonstra até hoje a existência de nossa espécie na era terciária, embora as "condições da época e os "progressos então realizados na filogênese dos primates" dêem cunho de probabilidade ao terciário médio. É o argentino acima referido que pretende haver descoberto nas terras pampeanas vestígios pre-humanos que justificam a precedência sul-americana na hominação. A dificuldade que existe em estabelecer a cronologia dos estratos superficiais dos pampas, comparando-os aos das demais partes do mundo, complica a verificação dos trabalhos daquele sábio combatido com excesso de paixão por seus adversários de ciência.

Florentino Ameghino pretende que os primates se tenham evoluído na Patagônia, para onde poderiam ter emigrado do arco índico, graças à descoberta de um cibidio ou plattérnio, tronco dos símios americanos, e que o catarrínio ou símio euroasiático e os antropóides tivessem provindo daquela região. Batizou aquele de *homunculus patagonicus* e pretendeu ligá-lo ao pretenso paleolítico do homem da Lagoa

1) Florentino Ameghino — *Doctrinas y Descubrimientos* — Buenos Aires, 19..

Santa de Lund, defendido por Aníbal Matos ⁽¹⁾. Numa hipótese engenhosamente esposta, traça o esquema provável da dispersão do seu homúnculo pelo globo. Parte penetrou no eoceno e no oligoceno para a África do Norte onde degenerou bestializando-se, "adaptando-se à vida arborícola, dando assim origem aos antropóidios fósseis e atuais da Europa, Ásia e África. Dos descendentes destes hominídeos primitivos, os que conservaram maior número dos caracteres da família são o **pseud homo heidelbergensis**, do quaternário inferior de Heidelberg, na Alemanha, e o **pithecanthropus erectus** do quaternário inferior de Java. No Velho Mundo aparece o homo formando dois grandes grupos de caracteres muito distintos, um austral e outro setentrional. O primeiro, que recebeu o nome de **homo afer**, constituiu em primeiro lugar as raças, troncos dos akas, boquemanos, hotentotes, negrites, etc. distribuídos na zona tropical da África e Ásia e aliadas a todas as demais raças negras, negróides e australóides, que se estendem pelas mesmas regiões até a Austrália, não ultrapassando o Norte da zona tórrida senão em raríssimas exceções. É evidente que esse conjunto de raças e variedades constituem um grupo muito inferior, ao das raças cáucaso-mongólicas, que habitam mais ao Norte, na zona temperada. Estas últimas constituem o **homo sapiens**, isto é, o segundo grupo ou setentrional." O **homo afer**, esse agrupamento inferior, que não tem nem teve representante na Europa, nem na região da zona temperada da Ásia, nem tão pouco na América-do-Norte, se encontra no mesmo caso dos antropomorfos. Por seus caracteres tem que se ter desprendido da linha principal depois do **diprothomo**, e foi desde a América-do-Sul até as regiões que habita, percorrendo por sobre os últimos vestígios da antiga ponte guianosenegalesa, provavelmente nos princípios da época pliocena. O caminho seguido pelas raças cáucaso-mongolas da Europa e da zona temperada da Ásia, foi completamente distinto. Isto se prova pelo fato de que os mongóis são estra-

1) Aníbal Matos — O sábio Dr. Lund e estudos sobre a pre-história brasileira — Belo-Horizonte, 1935.

nhos ao continente africano de uma maneira absoluta e os caucásicos não avançaram mais para o Sul que as vertentes do Mediterrâneo. Por conseguinte, os cáucaso-mongóis seguiram necessariamente outro caminho em sua dispersão.”

O que caracteriza a teoria de Ameghino é que dá a hominação o ramo principal da genealogia evolutiva dos primates, considerando os símios apenas como espécies bestializadas pela degenerescência sucessiva dos descendentes dos **homunculídeos** que no eoceno haviam passado ao Velho Mundo. Os Hominídeos se bipartiram depois no ramo originário das raças afro-asiáticas tropicais e no originário das raças euro-asiáticas. Estas são ainda denominadas de cáucaso-mongólicas, denominação que não satisfaz mais nos nossos dias. Pretende que estas penetraram, como evolução interior do **Homo pampaeus** ou **Homunculus patagonicus**, na América-do-Norte por sobre o Panamá, que surgia no plioceno, e depois se separando em dois grupos, um originando as raças mongólicas na Ásia e o outro as raças de origem lendária atlante, através da ligação que deveria existir entre o Canadá e a Europa, já transformadas no chamado **homo aurignacensis hauseri**, do qual trataremos a seguir. Um grupo, isolando-se da corrente principal migratória, havia degenerado no **Homo primigeni** ou **Homo neandertalensis**.

Após os achados de Calaveras, na Califórnia, dado como mistificação de mineiros, e depois o de Java, em Trinil, pelo holandês Eugênio Dubois, este como espécie fóssil proto-humano dos **plithecanthropus erectus** de difícil confirmação, o drama do homem pré-histórico reiniciava-se em 1907, quando num velho “Thalweg” do Neckar, em Mauer, ao Sudoeste de Heidelberg, na Alemanha, era encontrada numa mandíbula inferior maciça e possante com uma dentadura que não admite confusão com a dos símios, pois apresenta dentes humanos num estado de atraso evolutivo. Considerado por Schoeltesack como de um hominídeo inferior, o mais primitivo de que temos notícia certa, tomou a denominação de **Homo heidelbergensis** e classificado no paleolítico. O “homem de Pekim” ou **sinanthropus pekinensis**, descoberto em Tscha-Go Djen

encerra este primeiro ciclo de viventes, talvez humanos, do primeiro interglaciário. O achado de W. Oppenoorth, no vale do rio Javanês Selo, perto de Trinil, batizado de *javanthropus seloensis* é apenas, como o homem fóssil da Rodésia, um tipo neandertalóide, raça de que trataremos a seguir.

Foi também em terras alemãs, em Neandertal, perto de Duesseldorf, que se encontraram restos de um esqueleto humano, que o professor Dr. Fuhlrot declarou ser o de um tipo paleolítico. Contestado pelo grande antropólogo Virchow, o Dr. Fuhlrot venceu em suas convicções quando dos achados de Spy, na Bélgica, com características antropológicas idênticas ao de Neandertal, confirmadas ainda pelos de Krapina, na Croácia, de Dordogne, Le Moustim, La Chapelle — sur — Saints, La Ferrassie, La Quina, etc. Passara então a ser um fato real a existência da raça de Neandertal ou *homo neandertalensis*, de caracteres tão primitivos e distintos de qualquer tipo humano atual que dificilmente será possível escaloná-lo entre os símios e o *homo sapiens*, isto é o nosso ser pensante. No entanto Gregory supõe serem os dois tipos acima ramos divergentes de outra forma ancestral como o *homo heidelbergensis* por exemplo. Certas características comuns aos negróides sul-africanos e sul-australianos, tipos classificados antigamente como raças protomorfos, nos levam também a crer no entroncamento próximo com o neandertalense. Seus vestígios hereditários não desapareceram de todo e o próprio Lombroso declara supor o seu *uomo delinquente* um dominado pelas taras bestiais das raças interglaciárias.

Mendes Corrêa cita a descrição de Boule sobre o neandertalense como robusto; cabeça muito volumosa, com face relativamente muito desenvolvida; crânio muito baixo, de fronte muito fugidia, com um bordalete super-orbitário enorme e contínuo, um occipício saliente e comprimido verticalmente, prognatismo grande, dando a ausência de fossas caninas à face a forma de um focinho, órbitas enormes, nariz muito largo; mandíbula sem mento ou com mento rudimentar de largos ramos montantes e dentição humana mas volumosa, com alguns caracteres primitivos; ossos do tronco e membros com muitos caracteres pitecóides e denotando uma

atitude bípede menos perfeito do que nos homens atuais; pernas muito curtas; conformação cerebral com vários caracteres primitivos e simianos, sobretudo dos lobos frontais.

Era pois uma raça, em média, de baixa estatura, de aspecto um tanto simiesco com seu tronco mais longo que os membros inferiores, narinas abertas e voltadas para cima, olhos enormes e esbugalhados. Era um tipo bestial-humano. Espalhado por toda a Europa, seus vestígios têm sido assinalados desde a Ibéria até a Inglaterra, Alemanha do Sudoeste, Croácia, Cáucaso e mesmo perto de Pekim. De parentesco físico com os australóides, seu ciclo é o chamado mustiriense.

Supõe-se que num dos períodos inter-glaciários a fauna e a flora africana houvesse se espalhado pela Europa intimamente ligada ainda ao continente sulino, em vista do calor de seu clima ante o receio dos gelos. Nesta migração o neandertalense foi o portador do ciclo cultural alto-paleolítico, o da hacha de punho (coup de poing, Faustkeil), de duração aproximada de cerca de 100.000 anos. Parecem ter penetrado no seu "habitat" central europeu pelos lados Oeste e Leste dos Alpes. No lago de Lucena, achados lacustres indicam vestígios neandertalóides no início do neolítico e até nossos dias entre certos núcleos frisões e irlandeses. Os tipos da Alemanha para a Ibéria eram dolícóides enquanto os achados em Krapina, nos Balcans, braquinóides. Estes apresentavam vestígios de terem sido despojos de festins canibalescos. Classifica Guiffrida-Ruggeri o neandertalense como "a espécie *homo sapiens* num período geológico anterior... que devemos admitir com caracteres somáticos inferiores" sem concordar inteiramente ser êle o ascendente direto do tipo neantrópico, isto é o *homo sapiens* atual.

Desde 1909 o pesquisador suíço Oto Hauser, com o auxílio do professor Klaatsch, conseguiu reconstituir no esqueleto de um homem achado em Aurignac outro grupo humano mais firme. Êste *homo aurignacensis hauseri* apresenta certo parentesco com o neandertalense, originário do tronco comum de ambos. No entanto os membros inferiores já são mais compridos, embora a estatura fôsse baixa, é hiperdoli-

cocefalo, de um prognatismo discreto com o queixo de tendências pontudas, platirrínico, de superciliares menos pronunciados que o neandertalense e os olhos mais fundos. Pela morfologia facial Guiffrida Ruggeri pretendeu ver neste tipo o **homo protoaethiopicus**. Conhecido também por “homem de Combe-Capelle”, sua cronologia é atribuída ao quaternário superior, no princípio da chamada “idade da rena”. São atribuídos ao mesmo tipo, como variedades ligeiras, os achados de Bruenn, na Morávia, de Bruex, na Boêmia, e de Galley-Hill, na Inglaterra.

Pensa o professor Dr. Behm ⁽¹⁾ que com o retôrno das geleiras, no segundo período glaciário, houvesse um receio de fauna e flora africanas para o Sul e ao mesmo tempo uma imigração de Leste, ou mesmo de Oeste, trazia uma nova com o mamute e seus companheiros, além do aurignacense, mais esbelto, mais belo, mais culto. É aparentada da raça Chancelada, do madalense no final da idade da rena. Alguns influxos negróides aparecem no chamado **homo grimaldi**, êste sem caracterização de raça e apenas de uma mestiçagem local na França meridional. A Chancelada foi chamada de **homo priscus** por Laponge. Todos, salvo algumas variações individuais, são dolicoídes.

Com o aparecimento do aurignacense se deu o primeiro choque entre duas raças, o tipo superior daquele, imigrado pela América-do-Norte, segundo a teoria de Ameghino, através da ilha atlante da qual a Groenlândia e a Islândia são res-tícios, se impôs ao neandertalense pela guerra, pela seleção material e social. Enquanto o neandertalense não logrou passar da “luta pela vida”, já o aurignacense possuía desenvolvidos altos sentimentos de cultura, estética, adornos, etc. Aquele confinava-se cada vez mais no centro europeu, enquanto êste aparecia mais numeroso ao Sul e Sudoeste do mesmo continente.

O aurignacense pertence ao ciclo cultural de seu nome, sem centro de difusão exatamente caracterizado. Segundo a

1) Friedrich Behm — **Der Mensch des Urzeit** — seine Kultur und seine Kunst — Leipzig, 1921.

teoria de Guiffrida-Ruggeri sua origem é equatorial e teria se espalhado pela Ibéria provindo do Norte da África, e percorrendo o litoral do Mediterrâneo e penetrando na Europa numa fase relativamente curta antes do madalenense. Contudo continua de pé a origem atlante do aurignacense, do qual poderia o etiópico ou hamita ser um dos ramos selecionados. Ameghino não teria pois apenas se deixado levar por fantasias, como alguns seus adversários declaram.

O madalenense constitue o período áureo duma arte, que é dum naturalismo surpreendente e representa de preferência animais, alguns dos quais extintos ou emigrados. Os desígnios dessa arte, que se desenvolve sobretudo na região pirenaica-cantábrica, estão ainda mal esclarecidos. Falou-se em totemismo, mas trata-se antes de magia de caça... O madalenense estingue-se com o fim do **pleistoceno**, deixando apenas vagas reminiscências no **azilense**, nome tirado da região francesa de Mas-d'Azil, onde se encontraram, com restos de fauna atual e objetos em pedra, osso e chifre, uns seixos pintados, de enigmática significação — e no **maglemosense** nórdico (nome derivado da estação báltica de Maglemose)" (2).

Da seleção milenar com a supremacia aurignacense sobre os demais povoadores primitivos europeus, conhecemos o belo e importante tipo racial **Cro-magnon**, nome tirado da localidade do vale do Vezér, na rica Dordogne, onde primeiro foi assinalado. Embora o neandertalense desaparecesse quasi inteiramente, mais pela guerra que pelo caldeamento, o **cro-magnon** ainda hoje tem seus representantes na Europa do Noroeste e nas Canárias, derradeiros vestígios de uma das raças predominantes do final da era paleolítica, correspondente à época da rena e ao ciclo mais brilhante do madalense.

De estatura média superior a qualquer outro tipo, dá a impressão do possante, do vigoroso largo. É dolicocefalo, de fronte alta, arcadas superciliares moderadamente desenvol-

2) Mendes Corrêa — **Homo**.

vidas, malares acentuados, mento proeminente, nariz saliente e estreito, órbitas baixas, face curta e larga, capacidade craneana bastante grande e apresenta desarmonia crânio-facial, isto é face larga e crânio estreito ⁽¹⁾ O cro-magnon é o caçador e agricultor do post-glaciário da idade da rena. A rena (*tarandus rangifer*) que hoje se confina nas regiões circum-árticas, tivera larga área de distribuição na Europa até mesmo o Gironda, na França, e fôra utilizada pelo homem fóssil quaternário nas aplicações as mais variadas.

As demonstrações culturais da idade da rena no paleolítico se distribuem em três épocas: aurignacense, a solutrense e a madelenense, nomes estes tirados das localidades mais ricas em achados correspondentes. Iniciada com o homem aurignacense, tivera seu máximo de esplendor com o cro-magnon nas indústrias do sílex, do osso, do chifre e sobretudo na arte desde a rudimentar da primeira até a desenvolvida e policroma da última. Geralmente estas, verdadeiras pinturas, eram realizadas nos recônditos das cavernas, transformadas assim em santuários defesos aos olhos dos profanos. As mais famosos são as das cavernas de Altamira, em Santander, na Espanha, de Combarelles e Font de Gaume, representando lisões, renas e outras caças.

Com o aurignacense se conhece a mais remota representação plástica da mulher, a chamada Vênus aurignacense. Trabalhos plásticos feminís se estendem então da Ibéria até a Sibéria, verdadeiros trabalhos de totemismo sexual.

Repentinamente há um hiato cultural que tem sido explicado com a migração do cro-magnon caçador de renas atrás destas que recuaram para as regiões nórdicas. Segundo Wilser, os cro-magnon foram se localizar na Escandinávia e no Báltico, reaparecendo então no chamado maglemosense, já referido. Até nossos dias subsistem representantes brunos desta raça no Sul da grande península nórdica.

Estas raças glaciárias e post-glaciárias ou diluvianas já

1) G. Hervé — *La race des troglodytes magdaleniens* — Rev. de l'Ecole d'Antropologie — 1893.

apresentavam pois apreciável adiantamento cultural, dados traços de civilização assinalados nas grandes cavernas-habitacões pelos arqueólogos. As pinturas de animais seus contemporâneos e das mulheres suas companheiras são notáveis pela sua clareza e perfeição relativa. Eram caçadores e usaram de armas e utensílios de sílex e tendas feitas de peles durante o verão. Já os trajes se diferenciaram entre os masculinos e feminis, estes mais graciosos e estéticos. A cerâmica ainda era desconhecida e seus vasos eram de trançados vegetais. Enterravam seus mortos com solenidade na posição de cócoras e tudo indica criam numa vida super-terrena e num Ser supremo a quem rendiam culto. Há fortes indícios de haverem sido antropófagos, poupando apenas o crânio para não irritar o espírito da vítima, que pensavam localizado lá.

Talvez, da mestiçagem destas raças quaternárias, desde o aurignac dolicoíde até o aparecimento dos primeiros braquicéfalos, após o recuo do cro-magnon para o Norte, surgisse no decorrer de séculos ou mesmo milênios, a **raça mediterrânea**, selecionada na Ibéria e na França do meio-dia.

Estas considerações vem confirmar a hipótese da duplicidade de origens e dispensão que se pendem aos descendentes mesclados ou não dos dous grupos já descritos por Ameghino, um equatorial e o outro nórdico. Aquele abrange a mesclagem dos tipos aurignacense de Combe-Capelle e negróide de Grimaldi que vem se aproximar às formas atuais australóides, melanésias, nigríticas, industânica, etc. Esta, de tipo esquimóide de Chancelade, de baixa estatura, dolicocefalo, alta capacidade craneana, leptorrínico, de órbitas altas, fronte alta e vertical e face alta e larga, segundo alguns, pode ser considerado como formador, pela seleção, do nórdico ou *homo europaeus*.

Rua General Bruce nº 273 A
São Cristóvão - RIO

Paleontologia do Rio-Grande-do-Sul

O FÓSSIL DE SÃO-PEDRO

pelo professor

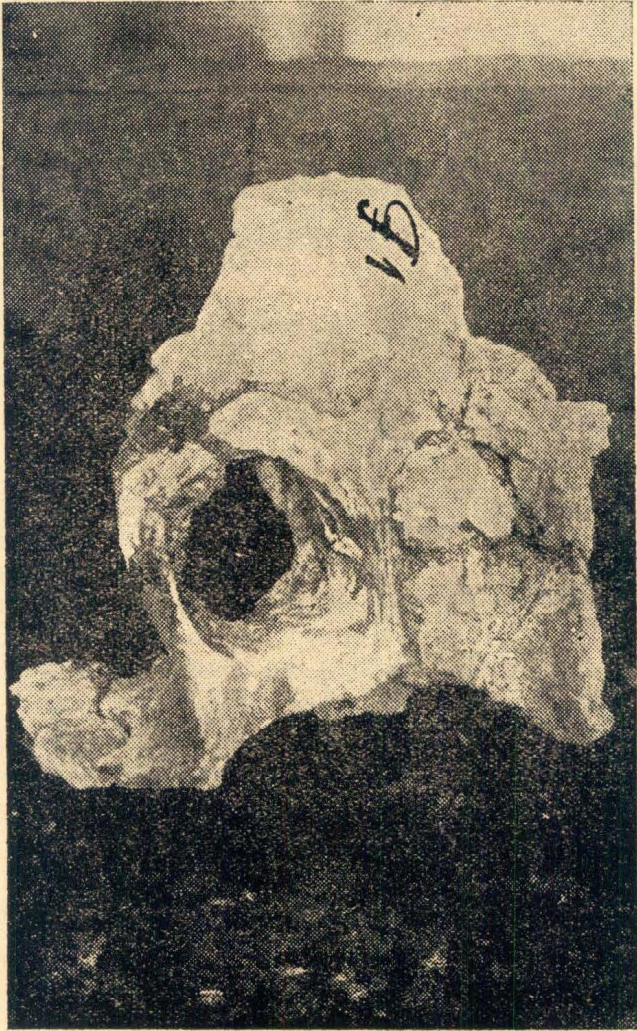
J. TUPÍ CALDAS

As presentes linhas são escritas com o objetivo de chamar a atenção dos estudiosos das coisas de paleontologia, ao mesmo tempo que constituem uma pequena contribuição ao trabalho de pesquisas científicas do ambiente sul-rio-grandense, demonstrando a importância do material trazido para a Exposição Farroupilha e, agora, recolhido a uma das salas da Escola Normal General Flores da Cunha, todo de propriedade do sr. Vicentino Prestes de Almeida, agrimensor no município de São-Pedro e descobridor de jazidas fósseis, na região oeste do Rio-Grande-do-Sul.

Tenho como certo, que os nossos estudantes dos ciclos normal, secundário e superior, acompanhados pelos seus ilustrados professores saberão aproveitar o importante material paleontológico existente, no local indicado acima, para uma série de lições objetivas, tendo sob os olhos numerosas peças fósseis, recolhidas em território gaúcho.

Não podemos deixar de declarar, que o visitante se surpreenderá com a observação de fósseis os mais antigos e no exame de formas as mais curiosas.

De nossa parte, atendendo a peculiar curiosidade de investigação, imposta pela natureza de nosso ofício, ousamos emitir opinião sôbre a classificação de um fóssil, que as-



(Fig. 1) Fotografia da peça fossil vista pela parte superior

sistimos a sua descoberta, desde os seus primeiros indícios, no interior de um bloco resistente de arenito vermelho an-

tigo, sendo necessário a realização de árdua e delicada preparação.

Orientando o nosso trabalho pelos ensinamentos dos nossos geólogos, que afirmam ser a formação geológica do território do município de São-Pedro, no nosso Estado, considerada triássica, dada a existência de arenito vermelho, do tipo "New red sadston", desde logo, reconhecemos estar diante de forma fóssil, sem dúvida alguma, pertencente à fauna numerosa e importantíssima do começo da era secundária.

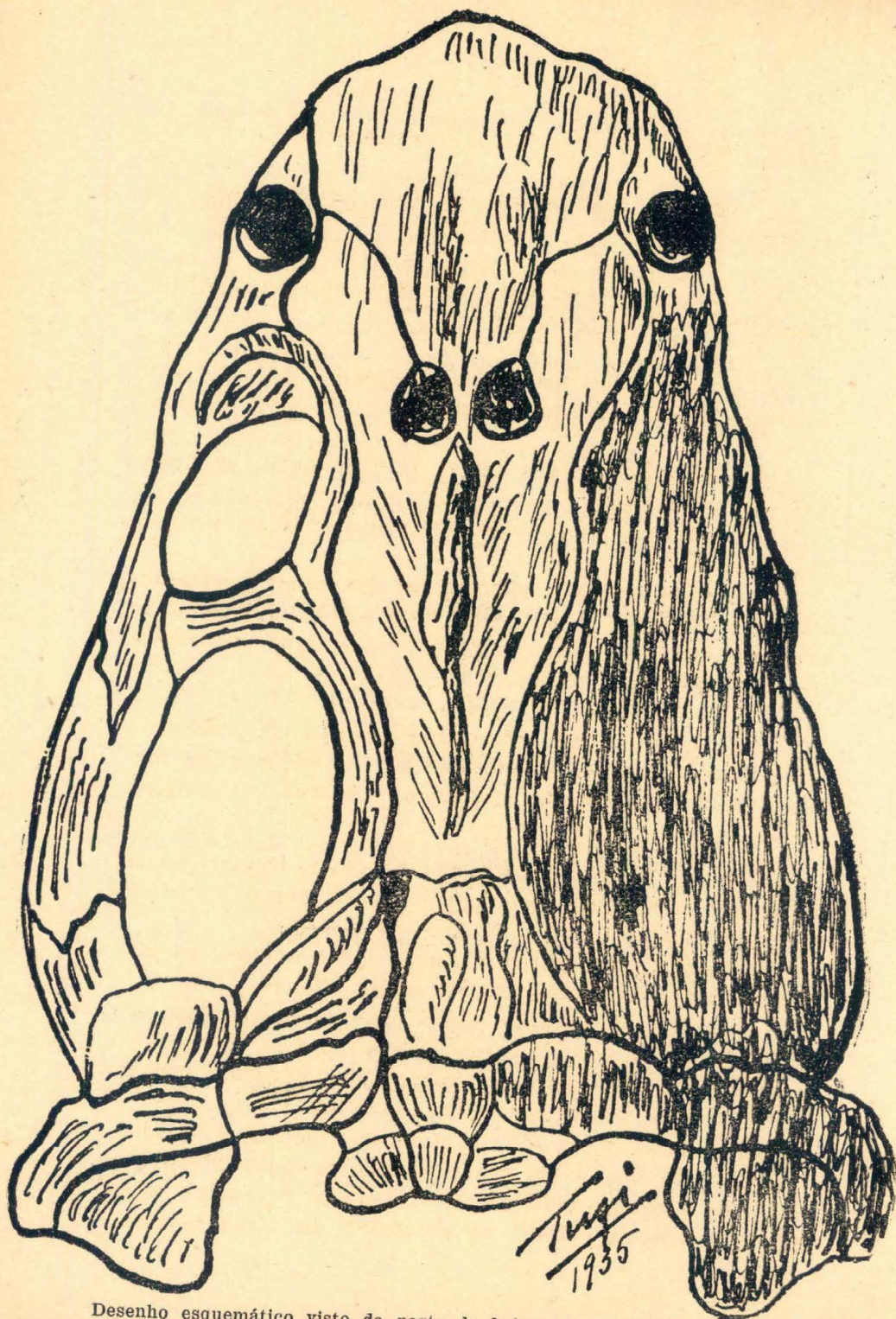
Tendo firmado, desde logo, juízo certo sobre a natureza do estrato petrográfico, no seio do qual se encontrava o fóssil descoberto, a nossa tarefa estava limitada ao estudo descritivo da nova forma zoológica petrificada, procurando classificá-la no quadro geral da fauna fóssil.

DESCRIÇÃO DO FÓSSIL DE SÃO-PEDRO

O material recolhido para estudo é constituído por uma cabeça, quasi completa, pois a mandíbula foi também encontrada.

Procuramos medir as dimensões do crânio, registrando às seguintes:

- 1) Tamanho do cranio (medido no plano longitudinal): — 94 centímetros;
- 2) Tamanho do cranio (medido no plano transversal): — 31 centímetros;
- 3) Comprimento do cranio (medido pela parte inferior ou interna): — 30,5 centímetros;
- 4) Distância entre as órbitas: 12,5 centímetros;
- 5) Largura do osso pre-maxilar (na parte mais larga): 6,5 centímetros;



Desenho esquemático visto da parte de baixo, do crânio do "Diodentosaururus Pedroanum". (Fig. 2).

6) Diâmetro transversal: 3,8 centímetros;

7) Diâmetro longitudinal do osso ocípito-basal: 3,8 centímetros;

8) Altura da mandíbula (na parte montante lateral-anterior) — 10,5 centímetros;

9) Depressão da mandíbula na região sínfise (parte externa superior): 0,5 centímetros;

10) Comprimento dos dentes (até ao ponto de inserção): 9 centímetros;

11) Diâmetro dos dentes (no ponto de inserção): — 2,5 centímetros.

A mandíbula, como indicam as dimensões constantes dos itens ns. 8 e 9, é alta, com forte sínfise, apresentando uma depressão acentuada, na região mentoniana, verdadeira fossa mentoniana.

12) Na peça fóssil examinada foi possível identificar os seguintes ossos (vide figura n.º 2): — Pre-maxilar, maxilar, jugal, epiterigóide, quadrado, escamosal e ocípito-basal.

Também, foram identificados os ossos frontal, nasal, parietal, pre-esfenóide, bem como, as narinas e o orifício da glândula pineal.

Também foram retirados quatro ossos longos, que admitimos como sendo dois úmeros e dois cúbitos.

Os ossos considerados como úmeros, apresentam relações de forma com os ossos correspondentes do membro anterior do "*Kannemeyeria simocephala*" estudado por H. S. Pearson, no triássico da África Austral.

As mesmas peças fósseis oferecem relações de formas e de situação anatômica provável com os ossos correspondentes do membro anterior do "*Moschops capensis*", estudado por Gregory, ainda, no permiano da África Austral.

Foi, ainda, possível reconstituir com fragmentos retirados do mesmo bloco, uma peça anatômica, que sem dú-



Fotografia da peça fossil vista de perfil. (Fig. 3)

vida é a cintura peitoral, formada de omoplata, coracóide e procoracóide.

A estrutura anatômica do cranio fóssil, descoberto no

município de São-Pedro, estudada comparativamente com a de fósseis, já conhecidos, demonstra relações de semelhança, com a do "Dicynodon Sollassi", descoberto na África Austral, e descrito por Von Huene.

Do estudo realizado concluímos, que o fóssil de São-Pedro, descoberto pelo sr. Vicentino Prestes de Almeida, é uma nova forma do triássico sul-rio-grandense e à qual atribuímos o nome de

"DIODONTOSAURUS PEDROANUM"

CLASSIFICAÇÃO

- a) Reino — Animal.
- b) Divisão — Metazoário.
- c) Ramo — Vertebrado.
- d) Classe — Réptil.
- e) Ordem — Teromorfo.
- f) Família — Anomodonte.
- g) Gênero — Diodontosaurus.
- h) Espécie — Diodontosaurus pedroanum.

Praça Garibaldi, 68 — Pôrto-Alegre, dezembro — 1935.

Tupí Caldas

Esbôço geobotânico

DO

ESTADO DO RIO-GRANDE-DO-SUL

por Irmão Teodoro

(DO INSTITUTO DOS IRMÃOS DAS E. C.)

A vida dos povos nômades, desde os Scythas de Madyes até os Mongóis de Gengis-Khan e Tamerlan, foi uma variável dependente das estepes eurasiáticas. O povo egípcio, pelo contrário, que, segundo uma feliz frase de Bossuet (1), “conheceu o verdadeiro fim da política, qual é o de tornar a vida agradável e os povos felizes”, transformou de tal maneira a natureza que o Egito veio a ser “o mais belo país do universo, o mais fértil, o melhor cultivado, o mais rico”. É verdade que a riqueza produziu a decadência dos costumes primeiro e depois a estrondosa queda daquela grande nação; isto prova, porém, que o progresso material deve ser um meio para facilitar o progresso intelectual e moral do povo, alicerce firme da estabilidade das nações.

Compulsando a História dos Povos constataremos entre nações cultas e incultas o mesmo contraste:

A vida duma nação inculta é função da vegetação, ao passo que esta é função da nação civilizada e culta.

O historiador, aplicando este princípio à vida dos povos, explica muitos fenômenos sociais que de outro modo resultariam pouco menos que incompreensíveis.

Outrossim, um lance de olhos pelo mundo hodierno civilizado, oferece ao geógrafo um quadro em que a relação de causalidade entre civilização e vegetação é tão evidente que pode estabelecer o seguinte princípio:

A prosperidade material duma nação é função de sua independência econômica, e esta é variável dependente do domínio exercido pelo homem sobre a vegetação....

Pelo que precede fácil é compreender como resulta interessante, para o Historiador e para o Geógrafo, uma Ciência como a Geobotânica que tem por objecto o estudo da relação entre a vegetação e o meio, visto que do conhecimento desta relação depende o império que o homem exerce sobre o meio. Porisso, aceitamos o convite do Dr. Eduardo Duarte para colaborar na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul, convencidos de que o nosso modesto trabalho sobre Geobotânica Rio-grandense será recebido pelos beneméritos sócios do modelar Instituto como é recebido um útil auxiliar.

A Geobotânica tira da Sistemática os elementos constitutivos da vegetação: devendo ter, porém uma norma para julgar criticamente do valor das unidades taxonômicas estabelecidas.

Por outra parte, na Geologia, na História, na Geografia, na Meteorologia e na Edafologia, o geobotânico encontrará os dados necessários para o conhecimento dos fatores do meio em que a planta vive.

Finalmente, a Ecologia estabelece a relação de causalidade existente entre a vegetação e o seu meio.

Neste trabalho trataremos sucessivamente dos pontos seguintes:

1. Observações sobre as unidades sistemáticas.
2. A vegetação rio-grandense e a Geologia.
3. O fator antropogena e a vegetação.

4. O Estado do Rio-Grande-do-Sul.
5. Fatores meteorológicos.
6. Fatores edafológicos.
7. Classificação ecológica da vegetação do Rio-Grande-do-Sul.

I. OBSERVAÇÕES SÔBRE AS UNIDADES SISTEMÁTICAS

Os grupos taxonômicos fundamentais são dois: espécie e variedade.

Uma unidade sistemática não vale tanto pelo número quanto pela qualidade dos caracteres distintivos. Isto afirmamos tanto pela experiência pessoal adquirida durante os seis anos de aprendizagem e colaboração na escola do grande Mestre Professor F. Sennen (2 e 3) quanto pelos ensinamentos da sistemática moderna.

A seguinte lei, que julgamos fundamental para a Sistemática, orientar-nos-á em todas as nossas investigações:

A vida vegetal reside em unidades morfológicas dotadas de grande elasticidade orgânica, tanto maior quanto mais simples são os organismos.

Seguem alguns exemplos para esclarecimento.

Pasteur, citado por Paulesco (4), demonstrou perante a Academia de Ciências de Paris, que o *Mucor Mucedo*, cultivado num mosto de cerveja arejado, aparece constituído dum micélio e órgãos esporíferos. Nestas condições o *Mucor Mucedo* consome o açúcar do mosto e transforma-o em água e anidrido carbônico.

Modificando as condições de existência dêste vegetal, privando-o de oxigênio, forçando-o a viver no fundo do líquido nutritivo, modificam-se os seus caracteres morfológicos e fisiológicos, modificações que aproximam o *Mucor* doutra classe de vegetais: as leveduras.

Efetivamente, nestas novas condições de existência, o

Mucor Mucedo não produz órgãos esporíferos e as suas células apresentam-se ovóides. No líquido nutritivo encontra-se álcool como num mosto fermentado pela levedura de cerveja.

Todavia Pasteur demonstrou que modificações tão profundas na morfologia e na fisiologia não eram suficientes para poder falar duma nova espécie, visto que o fenómeno é reversível, podendo o experimentador obter à vontade uma ou outra forma segundo o vegetal viva num meio rico ou pobre de oxigênio. Trata-se apenas duma variedade ecológica.

Num notável estudo (5), Lohis F. e Smith N. E., demonstraram que os diferentes estádios do desenvolvimento dos "Azotobacter" podem ser parcialmente identificados com algumas pretendidas espécies que pertencem aos gêneros "Micrococcus", "Bacterium", "Pseudomonas", "Bacillus" e "Mycobacterium".

Estudaram 30 tipos de "Azotobacter", e, como resultado de mais de 20.000 observações, chegaram à seguinte conclusão: que de cada cultura de "Azotobacter" podem obter-se sete tipos ao menos:

1. Grandes células não esporulentas.
2. Formas cocóides.
3. Tipos de células pequenas.
4. Tipos de células fungóides.
5. Pequenos bastões não esporulentos.
6. Bastõezinhos esporulentos.
7. Grandes células esporulentas.

De maneira que são iguais ao segundo tipo:

Micrococcus concentricus Zimm.

M. sulfureus Zimm emend. Lehm. et N.

M. roseus (Bumm) Lehm et Neum.

São iguais ao quarto tipo:

Mycobacterium luteum Sohngen

Mycobacterium lacticola Lehm et Neum

M. album Sohngen

São iguais ao quinto tipo:

Bacterium lactis viscosum (Adametz) Lehm et Neum
B. *putridum* (Flugge) Lehm et Neum

São iguais ao sexto tipo:

Bacillus terminalis Mig
B. *fusiformis* A. M. et Gottheil
B. *pumilus* A. M. et Gottheil

São iguais ao sétimo tipo:

Bacillus luteus Baker et Smith
B. *petasites* A. M. et Gottheil
B. *malabarensis* Lohnis et Pillai
B. *danicus* Lohnis et Westermann

É evidente que depois dos notáveis descobrimentos de Lohnis e Smith torna-se indispensável uma revisão completa de todo o sistema das bactérias.

O professor E. H. del Villar (6), citando a Schröter (7), fala do "*Juniperus communis*" que segundo alguns autores pode muito bem ser desdobrado em três espécies diferentes:

Juniperus alpina Clusius
J. *montana* Aiton
J. *nana* Wildenow

porém experiências realizadas por Ascherson em Berlim, Schröter em Zurich e Bonnier na França, demonstraram que as supostas espécies são formas ecológicas que subsistem somente num meio apropriado, formas que mudam adaptando-se a meios diferentes.

Mais perto de nós temos o interessante caso do *Arecastrum Romanzoffianum* (Cham) Becc=Cocos Romanzoffiana Chamisso.

Trata-se duma palmeira que cresce espontaneamente nos meios mais diversos desde Ceará até Argentina e desde o nível do mar até mais de 1000 metros de altitude. O seguinte quadro resume o estado a que tinha chegado a confusão ta-

xonômica sôbre a dita palmeira no momento em que foi solucionado o caso por Barbosa Rodrigues (8):

Localidade	Nome vulgar	Nome científico
Ceará	Côco de Sapo	Cocos Geriba
Minas	Geribá	" "
S. Paulo	"	" "
Paraná	"	" "
Santa Catarina	Côco de cachorro	C. Romanzoffianum
Rio-G.-do-Sul	Gerivá	Cocos Plumosa
Uruguai	Palma do monte	Cocos australis
Paraguai	Pindó	" "
Argentina	"	" "
Argentina	Datil	Cocos Datil

Os autores que assim classificaram a palmeira em questão foram Barbosa Rodrigues, Chamisso, Hook f, Martius, Grisebach e Drude.

Finalmente, Barbosa Rodriguez demonstrou tratar-se apenas de variedades ecológicas duma mesma espécie.

Muitos outros casos poderiam ser lembrados, que são a expressão da lei enunciada e que demonstram a necessidade de distinguir em cada caso particular se um carácter diferencial é específico ou varietal.

Linneus definiu a espécie (9): "Species tot sunt, quot diversas formas ab initio produxit Infinitum Ens; quae formae, secundum generationis inditas leges, produxere plures, at sibi semper similes; ergo species tot sunt, quot diversae formae sue structurae hodiernum occurrunt".

Desta definição salientamos o seguinte: "Species tot

sunt, quot diversae formae . . . produxere plures, at sibi semper similes; . . .” O que quer dizer:

“São espécies as diversas formas que se multiplicaram sempre semelhantes a si mesmas.

Donde resulta que para a Escola Linneana o critério de distinção das espécies é o principio de identidade e a apreciação objetiva das diferenças e das analogias.

Nós diremos com Raunkiaer (10):

Espécie é o conjunto de indivíduos que, num mesmo tempo do seu desenvolvimento e em condições de meio iguais reagem da mesma maneira, produzindo formas impossíveis de se distinguir umas das outras, isto é, iguais.

Todavia sempre que resulte evidente que uma diferença morfológica fôr causada por fatores ecológicos, aplicaremos a definição que Linneus dá da variedade (9): “Varietas est planta mutata a causa accidental: climate, solo, calore, ventis, etc. reducitur itaque in solo mutata”. Isto é:

Variedade é a planta modificada por uma causa accidental: clima, solo, calor, ventos, etc., voltando ao estado primitivo em cessando a causa modificadora.

Na prática procederemos do seguinte modo: analizaremos cada planta, arquivando todos os caracteres morfológicos apreciáveis: elaboraremos um quadro analítico de maneira a evidenciar as diferenças e as analogias: examinaremos si as diferenças morfológicas podem atribuir-se a causas accidentais classificando como “VARIEDADE” a planta no caso afirmativo, e como “ESPÉCIE” no caso negativo.

2. A FLORA DO R. G. S. E A GEOLOGIA

O Estado do Rio Grande do Sul é parte integrante do território brasileiro. O estudo da relação entre a Flora Rio Gran-

dense e a das outras regiões se reduz ao estudo da relação entre a Flora do Brasil e a dos outros países.

É um fato incontestável que durante o Período Carbonífero os atuais Continentes formavam uma única massa continental. Na parte mais meridional dêste Continente, — Brasil, África Meridional, Índia e Austrália — o chamado continente de “GONDWANA”, existia uma riquíssima flora de Criptógamas Vasculares, entre as quais merece especial menção a característica Flora de Glossopteris. As Ginospermas estavam representadas sobre tudo pela Walchia, muito semelhante à Araucária atual.

A Geologia deixou bem estabelecido que a Flora de Ginospermas da era Secundária era uma Flora caracterizada pelos gêneros “Araucaria”, “Sequoia” e “Pinus”.

No Cretacico Superior aparecem as Dicotiledones. No Eoceno, um istmo que separava o Mar Amazônico do Mar Thetis, unia a Guiana ao Brasil; outro istmo, que separava o Mar Amazônico do Mar Platino, unia o Brasil com o Perú, o Equador e a Colômbia.

Segundo documentados estudos de Hermann von Ihering (11 e 12) somente no Oligoceno separou-se definitivamente o Brasil da África. Falando das camadas Miocenas do vale do Prata afirma Ihering: “Pela primeira vez presenciamos aqui a mistura da fauna patagônica marina com a da América Central”. Se no Mioceno constata-se por primeira vez espécies marítimas idênticas em o Norte e no Sul da América Meridional, é evidente que o Atlântico formou-se no Período Oligoceno unindo-se as águas do mar tropical Thetis com as do mar Meridional Nereis.

No Oligoceno, período em que se desenvolveram extraordinariamente as Dicotiledónias, o Brasil era um Continente isolado quasi completamente do resto do Mundo. Somente no Plioceno as duas Américas ligaram-se por terra.

Isto explica a originalidade da Flora da América-Central-Meridional, razão pela qual os autores consideram êste Continente como uma região florística do Mundo: “A Neotropis”.

A vegetação do Rio Grande do Sul é por conseguinte, genuinamente sul-americana.

Mais ainda, a vegetação do Rio Grande do Sul é genuinamente platina-tropical.

Efetivamente.

Lembravamos que no Cretacico Superior, um istmo separava o Mar Amazônico do Mar Platino. Para compreender a importância dêste fato queremos citar as palavras do Prof. Sampaio (13): É interessante notar que, não obstante a ligação que os pantanaes de Mato-Grosso estabelecem, como diz Álvaro da Silveira (Narr. e Mem. I, p. 25), entre as bacias do Amazonas e do Prata, são relativamente pouco numerosas as plantas comuns às duas regiões potamográficas”.

Porisso, e por outras razões de que falaremos mais adiante, consideramos o Brasil como formando parte de dois territórios florísticos diferentes cuja linha de separação coincide com a linha divisora das águas entre as bacias do Amazonas e do Prata. Estes territórios os denominamos:

A. Território da Flora Brasilica-Equatorial.

B. Território da Flora Platino-Tropical.

Antes de justificarmos esta denominação diremos que estes territorios estendem-se pelo Brasil afora compreendendo parte dos países limítrofes.

Nós definimos com E. H. del Villar (6) a “Formação” e a “Associação” segundo o sentido que originariamente lhes foi dado por Grisebach em 1838, criador do termo “Formação”. e por Humboldt, criador do termo “Associação” em 1805:

“Formação é uma cohabitação botânica individualizada pela forma biológica que nela domina”.

“Associação é uma cohabitação botânica individualizada pela sua composição florística”.

Na prática para distinguirmos dois territórios florísticos, aplicamos o seguinte princípio:

Duas formações ecológicas equivalentes que contem associações com dominantes sistematicamente diferentes, pertencem a territórios florísticos diferentes.

Assim o seguinte quadro comparativo permitir-nos-á estabelecer a legitimidade dos dois territórios da "Flora Brasileira-Equatorial" e da "Flora Platino-Tropical".

1. Flora Brasileira-Equatorial

Formações ecológicas

Associações

Higrofitia

de *Bertholetia excelsa*

Oxhidrofitia

de *Hevea Brasiliensis*

Subxerofitia

de *Qualea grandiflora*

2. Flora Platino-Tropical

Formações ecológicas

Associações

Subhigrofitia

de *Araucaria angustifolia*

Oxhidrofitia

de *Erythrina crista-galli*

Subxerofitia

de *Baccharis-Myrtaceae*

O litoral do Brasil, com elementos característicos de uma e outra costa do Atlântico meridional constitue por si só parte do

3. Território da Flora Marítimo-Tropical

De maneira que, independentemente da Flora do litoral, a vegetação do Estado do Rio-Grande-do-Sul é genuinamente "Platino-Tropical".

3. O FATOR ANTROPOGENA E A VEGETAÇÃO RIO-GRANDENSE

Antes do ano de 1622, data escrita num “célebre marco de pedra polida, cuja origem não foi identificada, descoberta no hoje segundo distrito de Bom-Jesus” (14), ninguém, fora do selvagem brasileiro, tinha penetrado no território sul-rio-grandense.

A data supra serve de ponto de partida à colonização do Rio-Grande-do-Sul.

O povoamento do Rio-Grande-do-Sul verificou-se em quatro períodos distintos:

1. Ocupação do território pelos tapes, carijós, guaianás, kaingangas, charrúas. (Antes do século XVII).
2. Aldeamento das Missões Jesuíticas. (Século XVII).
3. Ocupação do Rio-Grande-do-Sul pelos paulistas e portugueses. (Século XVIII).
4. Colonização alemã e italiana. (Século XIX)

Os selvagens brasileiros praticavam “uma agricultura incipiente que lhes fornecia mandioca, milho, cará e frutos diversos” (15). A influência exercida por êles sôbre a vegetação natural foi insignificante.

Os índios das Missões, os paulistas e os portugueses estabeleceram-se em quasi toda a extensão do território rio-grandense, isto é, Fronteira, Planalto, Centro. Dedicaram-se principalmente ao pastoreio. A vegetação dos campos e pampas originários foi alterada pela queima, pelo pastoreio e pela construção de estradas primitivas.

Com a colonização alemã e italiana, no século XIX, deu-se início ao desbravamento da mata, na Serra Geral, e a vegetação natural foi notavelmente alterada.

Resumindo podemos afirmar que a vegetação genuinamente natural do Rio-Grande-do-Sul está reduzida a poucos enclaves.

Segundo a maior ou menor influência exercida pelo ho-

mem sobre a vegetação natural, podemos dividir o Estado em cinco grandes zonas:

1. Zona urbana e rodoviária. A vegetação natural foi totalmente destruída e substituída por uma flórula "Viária" e "Ruderal". Compreende:

- (a) Os centros habitados.
- (b) Estradas de rodagem.
- (c) Estradas de ferro.

2. Zona das culturas. A vegetação natural foi totalmente substituída pela vegetação artificial que está acompanhada duma flórula "arvense" especial. Ocupa uma extensão de... 26.000 km. q. (9,64%). Compreende:

- (a) Cultura dos cereais.
- (b) Cultura da videira.
- (c) Cultura do arroz.
- (d) Horticultura.
- (e) Silvicultura.

3. Zona de campos e matas parcialmente devastados. A vegetação natural foi simplesmente alterada. A parte de campos ocupa uma extensão de 178.000 km. q. (63,57%). Compreende:

- (a) Campos.
- (b) Matos parcialmente devastados.
- (c) Matos reconstituídos.
- (d) Potreiros.

4. Zona da flora "subclimática". Solo abandonado depois de cultivado alguns anos e ocupado atualmente por uma vegetação com aparências de "Clímax".

5. Zona virgem. Conserva a vegetação originária na sua integridade. Ocupa uma extensão de 21.000 km. q. (7,86%).

4. A TOPOGRAFIA DO ESTADO DO RIO-GRANDE-DO-SUL RELACIONADA COM OS FATORES ECOLÓGICOS

Não é nossa intenção fazer uma detalhada descrição do Estado do Rio-Grande-do-Sul. Queremos apenas salientar

dois fatos importantes para a perfeita compreensão da Geobotânica Rio-grandense.

Antes de mais nada, lembramos que duas localidades, geograficamente muito próximas uma da outra, podem constituir meios muito diferentes ecológicamente devido à sua peculiar topografia. Porisso, numa rápida viagem pode o geobotânico achar num acidente topográfico a explicação dum fenômeno que de outra maneira exigiria demoradas observações.

Temos um belo exemplo do que afirmamos no que diz Ray. Bouillenne (16) falando das formações subxerofíticas do Baixo-Amazonas:

“Estas sâvanas correspondem a manchas de menor precipitação atmosférica. Nós observamos muitas vezes a queda de chuvas na vertente Éste da Serra de Itauajuri e está coberta de matas, ao passo que nem uma gota caía na planície de Erreré, a qual é um dos lugares em que a vegetação é mais pobre. O mesmo fenômeno observamos no planalto de Piquituba, perto de Santarém.

Esta menor precipitação local, sôbre tudo sensível na estação sêca, mas observável também na estação das chuvas, explica-se pelo obstáculo que as colinas do Baixo-Amazonas opõem aos ventos alízeos que vêm do Atlântico e são portadores de humidade.

O encontro com estas colinas, freqüentemente isoladas, obriga os ventos a subir até as zonas mais frias da atmosfera, o qual provoca a condensação das nuvens na vertente Este. Do outro lado, amiúde nem chove”.

Os dois fatos a que aludimos anteriormente são: 1, a parte da Serra Geral, que atravessa o Estado paralelamente ao Rio Jacuí e ao Norte dêste Rio, está exposta ao Sul; 2, o fenômeno tão curioso como original que, no N. E. do Estado, constitue a escarpa Sul-oriental do Planalto Brasileiro, os “Taimbés”, paredões alterosos cortados a prumo e de centenas de metros.

Sôbre o primeiro dêstes fenômenos muito acertadamente observou o Prof. Dr. C. A. M. Lindman (17):

“A mata virgem tem, pois, no Rio-Grande, a seu dispor uma fralda de serra de algumas centenas de metros de altura e, se todas as sinuosidades forem tomadas em conta, pelo menos mil quilômetros de comprimento. A vantagem principal que resulta desta disposição para a mata virgem está naturalmente na posição em que se acha sobre e imediatamente abaixo de um plano fortemente inclinado, porque daí resulta: 1, que a insolação fica muito reduzida tanto em duração como em fôrça, o que especialmente em latitudes baixas, tem grande valor; 2, a perda do calor pela irradiação fica também reduzida; 3, a influência dos ventos em quasi todas as direções está anulada; 4, a probabilidade da precipitação é tanto maior quanto mais altos e fortes são os declives; 5, a água do sub-solo da terra do declive escoar-se para baixo até a raiz da serra onde aumentam assim as substâncias nutritivas; 6, se a terra no declive contém humidade (pelas precipitações) na mesma profundidade que o solo horizontal, a água no declive move-se, porém, numa camada terrosa menos espessa ou numa distância vertical menor a contar da superfície.

Todas estas circunstâncias contribuem para conservar, tanto no solo como no ar, a humidade e uma temperatura uniforme”.

Sobre a importância do segundo fenómeno teremos a oportunidade de falar no seguinte capítulo ao tratar dos fenómenos meteorológicos.

5. FATORES METEOROLÓGICOS

Há cinco regiões no Estado, cujo clima exerce influência preponderante sobre a vegetação. Conseguimos caracterizar estas cinco regiões devido ás numerosas observações arquivadas no Instituto de Meteorologia Coussirat Araújo de Porto Alegre e postas gentilmente à nossa disposição pela Diretoria e Corpo Técnico daquele importante estabelecimento científico. Os dados registados são médias de dez e mais anos de observação.

1ª. REGIÃO. É a campanha, com a cidade de Bagé situada na lat. S. de 31° 20' 13" e long. W. de 57° 05' 21" e na altitude de 223 metros. A temperatura média anual, a do mês mais quente e a do mês mais frio são respectivamente de 17°, 24°, 11°. O ano está dividido em duas estações assim caracterizadas: do mês de novembro até o mês de abril, a evaporação excede à precipitação de 78mm., ao passo que do mês de abril até o mês de novembro a precipitação excede de 433 mm. à evaporação. A chuva anual é abundante, distribuída, porém, entre 94 dias.

Característica da região: "Estado excessivamente sêco da atmosfera e do solo".

2ª. REGIÃO. Missões, com a cidade de São-Luiz-Gonzaga situada na lat. S. de 28° 23' 53", long. W. de 54° 58' 18" e na altitude de 300 metros. A temperatura média anual, a do mês mais quente e a do mês mais frio são respectivamente de 18°, 25°, 13°. Durante todos os meses do ano a precipitação excede à evaporação sendo o excesso anual de 938 mm. A chuva anual é muito abundante (1924 mm.); distribuída, porém, entre 104 dias.

Característica da região: "Estado húmido da atmosfera e solo sêco".

3ª. REGIÃO. É o Planalto, com a cidade de Passo-Fundo situada na lat. Sul de 28° 15' 39", long. W. de 52° 24' 3" e na altitude de 709 metros. A temperatura média anual, a do mês mais quente e a do mês mais frio são respectivamente de 17°, 22°, 11°. Durante todos os meses do ano a precipitação excede à evaporação, sendo o excesso anual de 924 mm. A chuva anual é muito abundante (1893 mm.); distribuída, porém, entre 116 dias. Deve ter-se em conta a altitude como fator acelerante da transpiração das plantas.

Característica da região: "Estado húmido da atmosfera e solo sêco".

4ª. REGIÃO. É a Serra do Nordeste, com a cidade de Caxias situada na lat. Sul de 29° 10' 25", long. W. de 51° 12' 21"

e na altitude de 760 metros. A temperatura média anual, a do mês mais quente e a do mês mais frio são respectivamente de 15°, 20°, 10°. Durante todos os meses do ano a precipitação excede a evaporação, sendo de 778 mm. o excesso anual. A chuva anual é muito abundante (1839 mm.) e regularmente distribuída entre 138 dias. Deve ter-se em consideração a altitude como fator acelerante da transpiração das plantas e a exposição Sul como fator temperante.

Característica da região: "Ambiente quasi constantemente húmido durante todo o ano".

5ª. REGIÃO. Altos de São-Francisco-de-Paula e Bom-Jesús: é a região de maior altitude do Estado (mais de 1000 metros) e está situada entre as latitudes Sul de 27° 30' e 29°, entre as longitudes W. de 50° e 50° 30'.

Por faltar estação meteorológica, o clima desta região somente pode ser conhecido superficialmente.

Quadram perfeitamente a esta região as palavras que acertadamente dizia o meteorologista brasileiro Coussirat de Araújo (18):

"O nevoeiro denso, ou cerração, como é popularmente conhecido este fenômeno, por si só pode dar feição própria ao clima de uma região, tal seja a frequência e a densidade com que se apresente".

De fato, na região mais oriental do Planalto Setentrional, o nevoeiro denso é o fator climático dominante, devido à topografia da região. O fenômeno que o autor destas linhas teve a felicidade de observar durante o mês de janeiro de 1932, é assim descrito pelo Geógrafo P. Geraldo J. Pauwels (19):

"Das atuais condições climatéricas apenas um fenômeno, próprio da extrema faixa do Planalto, merece talvez menção. É a chamada "VIRAÇÃO", isto é, uma cerração que ocorre durante o verão, principalmente, de tarde pelas 2-4 horas. Tão densa é que às vezes desaparece nela o vaqueano que vai diante do viajor. A sua causa são as correntes aéreas verticais que se originam com a forte insolação dos campos da serra

e atraem as nuvens do litoral. Quem a tais horas viaja ao longo da borda do Planalto, através dos seus recortes, farra-
pos de nuvens que avançam rapidamente e mais e mais se
avolumam, até envolverem tudo num espesso manto que, às
vezes, só uns 10-15 kms. para o interior se dissolve pela eva-
poração”.

Deve ter-se em consideração a altitude como fator acele-
rante da transpiração das plantas.

Característica da região: “Meio essencialmente ácido de-
vido à baixa temperatura e aos nevoeiros densos particular-
mente no verão”.

6. OS FATORES EDAFOLÓGICOS

Já em 1911 P. Kossowitsch (20,21), opinava que os fe-
nômenos físicos-químicos e biológicos que se realizam no solo
devem ser considerados como a base mais racional para a
classificação dos solos considerados nas suas relações com
a vegetação.

Do mesmo modo opinam Glinka (22), Vilensky (23), E.
H. del Villar (6) e outros competentes edafólogos.

Baseados principalmente nos estudos de Yunossuque Ne-
moto (24), Luiz Gomes de Freitas (25) e em algumas obser-
vações pessoais, intentaremos uma síntese geral, preliminar,
deixando estudos mais completos para quando a Edafologia
Rio-grandense seja melhor conhecida.

Todos os solos rio-grandenses podem entrar dentro de
três tipos primordiais:

1. Solos maduros.
2. Solos prematuros (reincipientes).
3. Solos póstumos.

Esta classificação está justificada pelo fato de ser o solo
um produto da ação da rocha geológica, dos fatores meteoro-
lógicos e da vida. O solo, desde o primeiro instante em que
atuam nele estes fatores até o momento em que chega a uma
etapa estável, deve passar por etapas sucessivas.

E. H. del Villar define (6) o “SOLO MADURO” como

“a etapa estável em que se manifesta o máximo efeito dos fatores pedológicos”.

O solo que está numa etapa anterior à etapa estável, denomina-se “PREMATURO”; pode, porém, dar-se o caso em que juntamente com os fatores pedológicos atuem outros fatores de destruição: neste caso resultam os “SOLOS REINCIPIENTES” que são classificados por E. H. del Villar entre os solos “PREMATUROS”. Os solos reincipientes nunca chegam a madurar.

“SOLOS PÓSTUMOS” são os que resultam da alteração dos solos maduros originários.

Os SOLOS MADUROS podem classificar-se em:

1. Solos holopédicos.
2. Solos hidropédicos.

São holopédicos os solos em que há concurso mais ou menos harmônico de todos os fatores pedológicos, principalmente a geologia, o clima e a vegetação. Os solos que resultam da intervenção preponderante do fator água, são os hidropédicos.

Os solos da classe 21^a. do Dr. Luiz Gomes de Freitas, “solos negros planos ou de coxilhas mansas em geral argilo-arenosos existentes ao Sul de Bagé que se estendem pela República do Uruguai” são solos “HOLOPÉDICOS”, provavelmente o “CHERNOSIOM” que Glinka indicou no Pampa Fértil (Argentina-Uruguai). O mesmo pode dizer-se dos solos da classe 11^a., do mesmo Dr. Gomes de Freitas: “Solos negros autóctonos pouco espessos sobre a rocha originária (Dolomite) existentes ao Oeste da Fronteira com a República Argentina”.

Ilustrando o que acabamos de afirmar, citamos a seguinte observação do Prof. Lindman: “Não será temeridade dizer que o limite norte dos Pampas deve ser procurado no Rio Grande-do-Sul, ou que este Estado no seu extremo sul encerra o território de transição entre os pampas e os campos sul-brasileiros”.

Classificamos provisòriamente estes solos no “CHERNOSIOM”: Solo de dois horizontes

A, humoso e em geral mais ou menos calizo.

C, horizonte geológico diverso.

A decomposição dos déritos orgânicos é lenta; o humo se acumula. Clima sêco.

Os solos maduros da região colonial são “HOLOPÉDICOS” do tipo

LATERÍTICO: Solo de três horizontes

A, horizonte superficial com acumulação de humo; muito reduzido.

B, Acumulação de sesquióxidos; espessura muito considerável.

C, Rocha geológica diversa.

A decomposição dos déritos orgânicos é intensa. Clima húmido.

Os solos maduros da região campestre são “HOLOPÉDICOS” do tipo.

CASTANHO do Prof. Dokoutschaef, variedade

Vermelho de estepe-deserto: é um tipo intermédio entre o Chernosiom e o Laterítico.

Os solos das classes 4^a, 8^a, 10^a, 12^a, 15^a, 17^a, 18^a, 19^a, 20^a, do Dr. Luiz Gomes de Freitas são os que E. H. del Villar engloba sob a denominação geral de “HIDROPÉDICOS”.

Distinguiremos três tipos:

1. Salino costeiro.
2. Humoso-pantanososo.
3. Potamo-aluvial.

O salino costeiro existe sòmente em lugares invadidos pela alta maré.

O humoso-pantanososo é o solo dos banhados, espalhado por todo o Estado.

O potamo-aluvial existe no curso médio e inferior dos rios.

Os solos “PREMATUROS” do Estado podem classificar-se principalmente em

1. Solos reincipientes.
2. Solos psamosqueléticos.
3. Solos de aluviões novas.

Os solos reincipientes ocupam uma extensão relativamente considerável, ainda que gregariamente, na região colonial, devido à topografia acidentada.

Os solos psamosqueléticos ocupam quasi toda a extensão do litoral.

O solo potamo-aluvial existe na beira dos rios.

Todavia, devido à intervenção da civilização, podemos afirmar que a maior parte dos solos rio-grandenses são

“SOLOS PÓSTUMOS”: Solos principalmente caracterizados na região colonial pela decomposição lenta dos detritos orgânicos, fenômeno ocasionado pelo meio artificial criado por um sistema de cultivo primitivo.

VII. CLASSIFICAÇÃO ECOLÓGICA DA VEGETAÇÃO RIO-GRANDENSE

Os fatores ecológicos estudados nos capítulos anteriores coexistem sempre com uma determinada formação vegetal, fato êste que nos permite afirmar a existência duma relação de causalidade entre o meio e a vegetação, relação que nós exprimimos pela nomenclatura de E. H. del Villar adaptando-a às condições particulares do Rio-Grande-do-Sul.

Os efeitos duma ação simultânea dos fatores ecológicos numa localidade, permitem dividir o Estado do Rio-Grande-do-Sul nas seguintes zonas ecológicas:

1. SUBHIGROFITIA. Compreende a região colonial caracterizada climatêricamente pela humidade atmosférica constante todo o ano e por uma temperatura subconstante. Edafolôgicamente está caracterizada pelo solo laterítico.

A formação vegetal característica deste zona é a CON-SOCIETAS de ARAUCARIA ANGUSTIFOLIA (Bertol) O. Ktze.

2. SUBXEROFITIA. Compreende a região dos campos do Planalto, caracterizada climatêricamente por um meio um

pouco sêco e edafològicamente pelo solo vermelho de estepe deserto.

A formação vegetal característica desta zona é a ASSOCIETAS de GRAMINACEAE-BACCHARIS-MYRTACEAE.

3. MESOXEROFITIA. Compreende toda a região caracterizada climatêricamente pelo estado relativamente sêco da atmosfêra e edafològicamente pelo Chernosiom.

A formação vegetal característica desta zona é a ASSOCIETAS de GRAMINACEAE. Pampas da Fronteira.

4. PSICROFITIA. Localizada nos altos dos Municípios de São-Francisco-de-Paula e de Bom-Jesús, está caracterizada por um meio essencialmente ácido resultante da combinação de muita humldade com baixa temperatura.

Nesta zona a vegetação superior está materialmente coberta por tépida camada de musgos e líquenes, particularmente USNEA.

5. PSAMOFITIA. Na parte do litoral compreendida entre as Lagoas e o Oceano, o fator dominante é o caráter excessivamente sôlto do solo.

A formação vegetal característica desta zona é a ASSOCIETAS de ANDROPOGON-IMPERATUM-ELEOCHARIS.

6. LIMNOFITIA. Esta é uma zona descontínua que abrange todo o Estado. O fator preponderante é a água abundante do solo, devido ao meio mais ou menos próximo ao ponto neutro.

“Matas de anteparo” e “Capões” são as formações características desta zona.

A climax-final é uma associação de árvores dos gêneros Luehea, Oreodaphne, Salix, Urostigma...; o que, porém, melhor caracteriza a Limnofitia é uma rica “Flora epifítica” tanto pelo número das espécies como pela quantidade dos indivíduos: entre todas chama particularmente a atenção a inconfundível Tindlandsia usneoides, L.

Todavia devemos fazer notar que não pertencem à Limnofitia os “capões altos” do Planalto. Estes são parte integrante duma faixa ecotônica (de transição) no ponto de separação entre a Subxerofitia e a Subhigrofitia. A composição florística dos capões altos indica que estes são parte integrante da Subhigrofitia.

7. HALOHIDROFITIA. Meio periòdicamente inundado e essencialmente alcalino.

A formação mais típica desta zona é a extensa CONSO-CIETAS de *Spartina glabra* Muhl do litoral.

8. OXHIDROFITIA. Meio habitualmente inundado e essencialmente ácido.

A “várzea” é a formação mais típica desta zona. Está integrada principalmente pela CONSOCIETAS de *Erythrina crista-galli* L.

A intervenção do fator biótico pode modificar as condições naturais do solo, donde resultam a Parantropofitia e a Biogenofitia.

9. PARANTROPOFITIA. Com a civilização, o homem criou para as plantas condições ecológicas artificiais. Independentemente das plantas cultivadas existem os meios RUDERAL, VIÁRIO e ARVENSE, com uma flora tipicamente cosmopolita.

Ruderais são as associações de *Datura Stramonium*, *Xanthium spinosum*, *Xanthium orientale*, *Rumex patientia*, *Taraxacum officinale*, *Chenopodium ambrosioides*, diversas espécies de *Amaranthus*...

Viárias são as associações de *Aster squamatus*, diversas espécies de *Euphorbia* e *Amaranthus*...

Arvenses são as associações de *Silene gálica*, *Stellaria média*, *Poa annua*, *Cynodon dactylon*, *Anagallis coerulea*, *Anagallis phoenicea*, *Fumaria capreolata*, diversas espécies de *Cerastium*...

Todavia a formação mais importante que resulta da intervenção humana é a “capuêra”, espécie de “Sub-climax” que aparece nos solos póstumos. Quando um terreno cultivado durante alguns anos é abandonado, aparecem *Solidago microglosa*, *Sida rhombifolia*, e *Baccharis* da secção *caulopterae* principalmente *Baccharis genistelloides*. Depois de alguns anos forma-se uma vegetação fechada de *BACCHARIS DRACUNCULIFOLIA* D. C. e diversas espécies de *Eupatorium*.

10. BIOGENOFITIA. Zona caracterizada por um solo relativamente compacto e muito adubado. O “potreiro” ou “gramado” é a formação deste zona; nela dominam espécies do género *Paspalum*.

CONCLUSÃO

Indiscutivelmente existe uma relação de causalidade entre a vegetação e o seu meio.

No Rio-Grande-do-Sul o meio é muito diverso, donde resultam variadas formações ecológicas que espelham parcialmente a variedade de costumes e modos de ser dos rio-grandenses do sul.

Impreterivelmente, devem os dirigentes do Estado e dos Municípios envidar todos os esforços para favorecer o desenvolvimento dos estudos geobotânicos, indispensáveis para chegar ao máximo aproveitamento da terra.

Este será o elemento básico sobre o qual a presente geração realizará a independência econômica do Estado contribuindo eficientemente para a prosperidade e o engrandecimento da União.

Canoas, 20 de Abril de 1936.

REFERÊNCIAS

1. *Bossuet* — Discours sur l'Histoire universelle 1681
2. *Sennen F. et Teodoro H.* — *Le Myrtus communis* 1929.
3. *Sennen F. et Teodoro H.* — *Exsiccata des Plantes d'Espagne*. 1924-1930.
4. *Paulesco Dr. N. C.* — *La Génération Spontanée et le Darwinisme devant la méthode expérimentale. Leçon d'ouver-*

ture du cours de Physiologie de la Faculté de Médecine de Bucarest. 1902.

5. *Lohnis et Smith N. B.* — Studies upon the Life Cycles of the Bacteria, Part II: Life History of Azotobacter. 1923.
6. *Villar E. H. del* — Geobotánica. 1929
7. *Schroter* — Das Pflanzenleben der Alpen. 1923-24.
8. *Barbosa Rodriguez* — Sertum Palmarum Brasiliensium. 1903.
9. *Linneus* — Classificatio plantarum.
10. *Raunkiaer C.* — Na "Zeitschrift fur induktive Abstammungs und Vererbungslehre", v. XIX, fasc. 4, p. 222-240. 1918.
11. *Ihering Dr. H. von* — História da Fauna Marina do Brasil e das Regiões vizinhas da América Meridional. 1907.
12. *Ihering Dr. H. von* — Origem da Fauna Neotrópica. 1907.
13. *Sampaio A. J. de* — Fítogeografia do Brasil. 1934.
14. *Duarte Manuel* — No Planalto. 1930.
15. *Serrano Jônatas* — História do Brasil. 1934.
16. *Bouillenne Ray* — Un voyage botanique dans le Bas-Amazone. 1922-1923.
17. *Lindman Prof. Dr. C. A. M.* — A vegetação no Rio Grande do Sul. Tradução portuguesa por Alberto Lofgren. 1906.
18. *Coussirat de Araújo Ladislau* — Memórias sobre o Clima do Rio Grande do Sul. 1930.
19. *Pauwels P. Geraldo* — Trecho duvidoso dos limites entre os Estados do Rio Grande do Sul e Sta. Catarina. Revista Egatea. Vol. XIII e XIV. 1928 e 1929.
20. *Kossowisch P.* — Die Bodenbildungs prozesse und die Hauptprinzipien des Bodenklassifikation. 1911.
21. *Glinka C. D.* — Types divers des sols et classification de ceux-ci. 1924.
23. *Vilensky D.* — La classification des sols d'après les séries analogues de leus formation. 1925.
24. *Yunossuque Nemoto* — Um estudo sobre o solo do Rio Grande do Sul. 1924.
25. *Gomes de Freitas Luiz* — O problema da adubação no Rio Grande do Sul. 1928.

O almirante Marquês de Tamandaré

— por —

LEOPOLDO DE FREITAS

Comemorou-se, festivamente, no Rio-de-Janeiro o dia 13 de dezembro consagrado à memória do almirante Joaquim Marques de Lisboa, Marquês de Tamandaré, do mesmo modo que o dia 25 de agosto é o dia do soldado, em homenagem ao Duque de Caxias, marechal do exército brasileiro.

Destas demonstrações de reconhecimento patriótico a nação tem o dever moral de coparticipar.

O almirante Tamandaré, o Duque de Caxias e o marechal Osório são relíquias do civismo e do devotamento culto no altar da Pátria, na paz e na guerra.

Estes grandes brasileiros se distinguiram na política das instituições do Império e nos serviços militares com o máximo denodo e correção.

Os almirantes Marquês de Tamandaré e o Visconde de Inhaúma, Joaquim José Inácio, pertenceram à antiga geração da marinha nacional.

“Nelson do Brasil” vaticinou o almirante inglês lord Cochrane que conheceu o ínclito oficial no início da carreira marítima.

Os estudos profissionais dêste militar fizeram-se na Academia de Marinha, fundada pelo rei D. João VI no Rio-de-

Janeiro, e continuaram na prática de embarcadigo sob a direção do capitão de mar e guerra John Taylor, da missão inglesa para a guerra da Independência.

Era Marques Lisboa capitão de fragata quando foi a Liverpool trazer dos estaleiros da Grã-Bretanha o cruzador “dom Afonso”, de máquinas a vapor que substituiu a navegação a vela.

Este cruzador navegava pela costa de Lancaster-Shire quando avistou outro navio que ia sossobrar incendiado, a galera norte-americana “Ocean Prince” que conduzia emigrantes para a Austrália.

O incêndio lavrou com intensidade ameaçadora de destruição total da galera e grande dificuldade havia para salvá-la.

Das amuradas do cruzador brasileiro foram arriados quatro escaleres com a marinhagem provida de meios de socorro.

Já alguns passageiros bracejavam nas ondas procurando aproximar-se do cruzador “Dom Afonso”; de bordo deste um marujo amarrado a um possante cabo conseguiu prendê-lo a galera em chamas e deste modo começou o serviço de salvamento da tripulação e dos passageiros.

Com a calma comum nos homens superiores o comandante Marques Lisboa correspondeu aos cumprimentos que recebeu dizendo que “só devia o êxito daquele ato de humanidade à coragem e energia dos seus marinheiros que disciplinarmente cumpriram as ordens que tiveram embora expostos à morte.

Aos náufragos foi concedido abrigo confortável e alimentação de que necessitavam.

Reconhecido o governo real da Inglaterra mandou remunerar com a quantia de cem libras a marinhagem de “Dom Afonso”, a qual desistiu da recompensa, cedendo-a em benefício dos náufragos do “Ocean Prince”.

Ao comandante do navio brasileiro coube a oferta de um artístico relógio, chronômetro de ouro acompanhado de significativa inscrição.

Na marinha o cavalheirismo e a distinção de fidalguia do almirante Marques Lisboa ficaram recordados com a bravura e proficiência de que sempre deu provas.

Em funções de comando coube-lhe sustentar no Rio-da-Prata, as reclamações diplomáticas do governo brasileiro apresentadas em Montevidéu pelo ministro conselheiro — José Antônio Saraiva.

Nasceu o Marquês de Tamandaré na Vila de São-José-do-Norte, na província de São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul a 13 de dezembro de 1807 e teve praça em 1823 na guarnição da corveta Niterói; dois anos depois era 2.º tenente e commandou a escuna “Constança”; na guerra Cisplatina servio na expedição à Patagônia, sendo 1.º tenente.

Comandou no Maranhão, o brigue 3 de maio; em 1840 foi promovido e condecorado com a venera do Cruzeiro, e depois com a da Ordem da Rosa.

Fez parte da esquadilha brasileira que estacionou no Rio-da-Prata e desempenhou comissão no levantamento do mapa hidográfico do norte do Brasil, sendo elogiado pelo Q. G. da Armada.

Em 1847 recebeu o pôsto de capitão de mar e guerra, coronel, trabalhou na revisão dos regulamentos do serviço naval e foi à Inglaterra assumir o comando do Cruzador “Dom Afonso” e na passagem pelo pôrto do Recife, no ano seguinte combateu os revolucionários.

*
* * *

Por estes serviços teve a condecoração de Dignatário da Ordem do Cruzeiro. Além do navio inglês “Ocean Prince”, o comandante Marques Lisboa salvou de naufrágio a nau portuguesa “Vasco da Gama”; o governo do rei de Portugal agraciou-o com as insígnias da Ordem da Tôrre e Espada; também, a colônia lusitana ofereceu-lhe riquíssima espada de honra, no Rio-de-Janeiro.

Comandou a fragata “Constituição” em 1850 e desde

o ano de 1856 foi promovido aos postos de chefe de divisão naval; chefe de esquadra e vice-almirante, servio de inspetor do Arsenal de Marinha e dirigiu a capitania do pôrto do Rio-de-Janeiro; em 1858 esteve na Inglaterra para contratar operários e a construção de vasos de guerra; ocupando-se com estudos para o Dique que se construiu na capital do Brasil.

Comandou a esquadilha que conduziu o Imperador Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina às províncias do Norte.

Em 1864 o Marquês de Tamandaré recebeu o comando da esquadra brasileira no Rio-da-Prata; então já estava condecorado com as Ordens de S. Bento de Aviz e a austríaca do Imperador Francisco José; tinha os cargos de membro do Conselho Naval, veador do Paço imperial e ajudante de pessoa.

Extraordinários serviços êste prestou durante a cruenta campanha do Paraguai, não obstante a idade avançada a que atingiu sem esmorecimento.

Pesaroso o velho almirante e titular presenciou a queda do Império e as cenas do destêrro da nobilíssima família de dom Pedro II, em consequência da jornada militar de 89.

Cinco anos depois, em 1895 faleceu o Marquês de Tamandaré na sua residência da Rua das Laranjeiras celebrando-se no seu sepultamento magníficos funerais pela marinha, povo e corporações oficiais.

Deve-se ao almirante Alexandrino de Alencar, ministro da marinha, a instituição do **Dia do Marinheiro**, consagrado aos méritos militares e cívicos do ínclito Marquês de Tamandaré.

Nótulas bibliográficas

**GEOGRAPHIE UND GESCHICHTE
DER INDIANISCHEN LANDWIRTS-
CHAFT, von Karl Sapper. — 1936. Ibero
— Amerikanisches Institut — Hamburg.**

Trata-se de interessante monografia sôbre o trabalho dos silvícolas americanos que o Sr. Karl Sapper estudou com carinho e documentou fartamente.

Inicia o A. o trabalho com um estudo sôbre os climas da América e a agricultura e o sistema alimentar indígena antes de Colon. Estuda a seguir, a fauna utilizada pelos índios e as plantas cultivadas. Examina o desenvolvimento agrícola precolombiano, a técnica, etc. As habitações em geral merecem, também, um capítulo. Finalizando (cap. VI) estuda o Sr. Sapper as relações existentes entre a vida e as atividades agrícolas dos silvícolas americanos com os velhos povos da Europa, África e Ásia.

Trabalho digno de nota merece a mais ampla divulgação e cremos de interêsse a sua tradução para o português.

W. Sp.

**ARTUR DE OLIVEIRA — Ensaio
biográfico por Luiz Filipe Vieira Souto.
— 1935. Publicação da Academia Brasi-
leira, Rio.**

Artur de Oliveira é dos mais famosos intelectuais rio-grandenses do século passado. Moço abandonou a província indo estudar no colégio de Caraça, em Minas-Gerais. Daí se-

guiu para a Europa, tendo visitado a Alemanha e a França onde se conservou por algum tempo travando relações com Vitor Hugo, Teófilo Gauthier que o denominou “Père de la foudre”, Judite Gauthier e outras celebridades literárias da época.

Conversador inegalável, nunca conseguia escrever o que pensava tal o turbilhão de idéias que o atormentavam nesses momentos.

O que dêle existe, em letra de forma, é simplesmente insignificante tanto pela quantidade como pelo valor.

Nota-se, em todo o caso, a fagulha do gênio que o dominava..

Figura das mais curiosas da história de nossa literatura, biografando-a prestou o Sr. Vieira Souto ótimo trabalho aos nossos estudiosos e, principalmente à Academia Brasileira de Letras que o tem por patrono da cadeira nº 3, fundada por Felinto de Almeida, que o conheceu e foi seu amigo, mas nunca tratou de estudar, como devia, a figura original do genio conversador rio-grandense que escolheu para patrono.

O trabalho do Sr. Vieira Souto é digno de todos os êncômios e nós, aquí, não lhe regateamos nossos aplausos.

W. Sp.

DISPERSOS — ARTUR DE OLIVEIRA — Vida e obra de um escritor esquecido por Luiz Filipe Vieira Souto. — Publicação da Academia Brasileira de Letras, Rio, 1936.

Não contente com biografar o grande amigo de Gauthier e Hugo, patrono da cadeira nº 3 da Academia Brasileira, o Sr. Vieira Souto, emérito historiador, quis completar sua obra a bem das nossas letras e honra da Academia Brasileira, reunindo em volume tudo quanto deixou esparso pelos jornais da época o gênio dispersivo de Artur de Oliveira.

Compreende o volume as cartas de Artur, ao pai e outras. A monografia fluminense **“A Rua do Ouvidor**, que publicou Artur com o pseudônimo Bento Gonçalves; o primeiro fascículo das **Flechas**, (O segundo, no pensar do Dr. Vieira Souto nunca foi publicado); a **Tese de Concurso**, trabalho interessante sobre os românticos e mais artigos de jornal, notas, crônicas e ensaios.

Termina o livro com trabalhos vários de vários autores sobre Artur de Oliveira.

Deve-se notar que tanto este volume como o precedente, vem com prefácio do Sr. Afrânio Peixoto, o grande benemérito das letras brasileiras, que tem tirado do olvido os nossos clássicos.

W. Sp.

LITERATURA HISPANO-AMERICANA

A literatura hispano-americana recebida pelo Instituto Histórico, nestes últimos tempos, tem sido numerosa, e a prova está na seção bibliográfica que esta revista mantém, onde seguidamente são apreciados livros recebidos de todos os pontos da América. Agora mesmo vamos tratar de mais alguns recebidos, com muito agrado, pela nossa biblioteca.

SOCIOLOGIA GENERAL: LA INTERDEPENDENCIA.
O Sr. Augusto Venturino, autor deste livro, já foi nosso hóspede e a sua palavra sonora e fluente já foi ouvida em Porto-Alegre. Sócio correspondente de nosso Instituto Histórico e de várias outras instituições culturais do Brasil e de outros países, o Sr. Venturino possui vasta bagagem literária sociológica, quasi toda ela orientada na pregação da confraternização dos povos. Viajou muito o ilustre escritor e conhece toda a América, tendo através de suas viagens, colhido imenso material de observações pessoais com o qual edificou os seus princípios de “sociologia geral”, que batizou de “a interdependencia”. Para o Sr. Venturino os Povos se com-

penetram e interdependem uns dos outros, tanto moral como intelectual, tanto física como espiritualmente. E assim quanto maior fôr esta interdependencia, esta correlação de idéias, êste intercâmbio geral, esta conjunção de esforços pela perfeição, melhor se tornará a humanidade, as guerras irão desaparecendo e as nações irão se equilibrando, a pouco e pouco. Para a consecução dêsse disederato preconiza o autor, entre outras medidas, uma grande e intensa campanha escolar e universitária de educação sociológica dirigida no sentido dos princípios que defende. Podemos definir esta nova doutrina sociológica, aliás, com palavras do próprio autor, que se encontram na página 278 de seu belo volume: "La interdependencia correlaciona de preferencia el espíritu para transformalo y hacerle practicar la solidaridad interna de la patria y la confraternidad externa de la humanidad, en la actualidad en extremo precaria ou neutralizada por unipersonalismos nacionales y exclusivismos de los estados".

O livro do Sr. Agustin Venturino é, sem favor algum, o livro de um pensador, què de suas lucubrações induz excelentes idéias em prol dos homens. É mais uma contribuição do espírito humano pela perfeição da humanidade, que se vem juntar às muitas obras com que desde Platão os filósofos bons têm enriquecido os domínios morais, espirituais e intelectuais dos bípedes pensantes.

Difícil será realizar o plano do Sr. Venturino, por prática que seja a sua criação, mas caminhamos para o aperfeiçoamento de nossos sentimentos e de nosso bem-estar material, aperfeiçoamento êste, que, a meu ver, será sempre relativo, porque a nossa pobre condição, de humanos implica forçosamente uma condição de imperfeitos... E aquí termino estas ligeiras considerações, fazendo minhas as palavras de Gastão Richard - o sábio sociólogo francês - que prefaciou o livro em aprêço: "Le seul remède concevable etait d'enseigner à toutes leur solidarité, la communauté de leur sort, leur interdependance..."

FOLLETOS LENGUARACES: O Sr. Vicente Rossi é o autor dêste fascículo que é o 17º da série "Folletos Lengua-

raças” e tem sub-título de “Desagravio al lenguaje de Martin Fierro”. São estudados neste folheto desessete vocábulos pertencentes à letra C. numa revisão à obra do Sr. Tiscornia, membro da Academia de Buenos-Aires, intitulada “Martin Fierro comentado y anotado”. Partidário do idioma nacional argentino, emancipado do castelhano, o Sr. Vicente Rossi escreve estas verdades: “Es deprimente situacion la de aquel pueblo que usa habla ajena y se obliga a cuidarla de ser conceptuado inculto o “bárbaro” si acopla su aporte”.

Os termos respigados pelo erudito autor da interessantíssima “plaquette” são os seguintes: Chancleta, changango, chapeton, charabon, chasque, chicote, chifle, chimango, china, chiripá, chucho, chumbo, chuncaco, chuzazo, cicutal, cimarron e cimbron. Como se vê da colheita acima, quasi todos estes vocábulos usados no linguajar rio-platense e dos quais Fierro se utilizou, são, também, de uso freqüente entre os gaúchos da pampa brasileira e alguns até são legitimamente nossos, como chifre e chumbo, o que, aliás, reconhece o ilustre Sr. Vicente Rossi. De fato, no balanço final das origens das palavras acima enumeradas, confessa o autor que encontrou 5 americanas, 5 quíchuas, 5 rio-platenses e 2 rio-platenses e brasileiras ao mesmo tempo.

Pelos assuntos de que se compõe o primeiro volume constituído dos dez primeiros fascículos, e mais os dos sete já publicados, que vão formar o segundo volume, verifica-se que os “Folletos Lenguaraces” irão formar uma obra valiosa de grande erudição lingüística.

Para nós, especialmente, que agora em nossa Academia Rio-Grandense de Letras, estamos organizando, com a colaboração de todos, o nosso “Dicionário de Regionalismos”, alguns dos folhetos em questão têm um valor extraordinário pela matéria que versam. Infelizmente, só conhecemos êste nº 17, pertencente à biblioteca do Instituto Histórico, o qual, pela matéria nele contida, muito recomenda os demais.

ARCHIVO DEL GENERAL JUAN LAVALLEJA. O Arquivo Geral da Nação da República Oriental do Uruguai reuniu toda a correspondência recebida pelo General Lavalleja

nos anos de 1826 e 1827, formando um grosso volume de 479 páginas. Desta proveitosa publicação concluímos que o inteligente Diretor do aludido arquivo, Sr. Angel H. Vidal, possui a têmpera e a dedicação dos nossos distintos patrícios Drs. Alcides Bezerra e Eduardo Duarte, o primeiro Diretor do Arquivo Nacional do Rio-de-Janeiro e o segundo Chefe da Secção de História e Geografia do Museu Júlio de Castilhos, neste Estado, os quais, como o ilustre uruguaio acima citado, nos têm dado várias e importantes publicações de velhos e ignorados documentos.

A vida guerreira e, até certo ponto, a política de Lavalleja estão intimamente ligadas à história do Rio-Grande-do-Sul, como as de Oribe, Rivera e outros valentes filhos do Uruguai. Grandes traços de sua biografia foram escritos dentro de nossas fronteiras. Ora, os documentos constantes dêste volume, referentes aos anos de 1826 e 1827, que fazem parte dos 2.162 colecionados por D. André Lamas, têm, para nós, particular interêsse, porque se referem, quasi todos, aos pródromos e desfêcho da batalha do Passo do Rosário, conhecida também por batalha de Itusaingo, ferida em 20 de fevereiro de 1827, um dos últimos atos da malfadada anexação da Cisplatina.

É com material, como o recolhido pelo volume em aprêço, que os Emil Ludwig, Stefan Zweig, Oswaldo Orico, Câmara Cascudo, Olinto Sanmartim, Otelo Rosa, Paulo Setubal e outros estão fazendo a história da vida de destacadas figuras do passado.

Parabens, pois, ao Arquivo Geral do Uruguai e ao seu eminente Diretor pela publicação desta valiosa e curiosíssima publicação.

De P. A.

**LA LEYENDA DEL ARROYO MON-
ZÓN - Lavalleja y Rivera** (29 de abril de
1825) por **Setembrino E. Pereda**. - Monte-
vidéo, Imprenta "El Siglo Ilustrado",
1935.

Nosso confrade e consócio Dr. Setembrino E. Pereda, é sem dúvida, dos mais ilustrados e autorizados historiadores uruguaios.

Trabalhador infatigável, com 29 obras publicadas num total de 42 volumes, o Dr. Pereda é um exemplo de historiógrafo cômico de seus deveres e obrigações.

Se bem algo apaixonado por políticos do Uruguai de outrora, dignos, aliás, de todo acatamento, - a obra do autor de **Artigas e Garibaldi en el Uruguay**, é indispensável a quantos se dedicam aos estudos de história sul-americanas, e especialmente indispensável a nós, sul-rio-grandenses, que tantos pontos de contacto tivemos, no passado, com os heróicos, com os destemidos caudilhos e demais homens de prol da antiga Colônia do Sacramento e Cisplatina, quer nesses tempos, quer após o 29 de agosto de 1828.

Lavalleja, Rivera, Servando Gomes, Oribe e outros, são, também, figuras obrigatórias na história gaúcha, embora alguns, como Rivera, se tenham mostrado de caráter dúbio, por conveniência a seus planos políticos no Uruguai, durante a revolução farroupilha, oferecendo-se a ambas as partes contendoras ao mesmo tempo e, às vezes, na mesma ocasião.

Quanto à sua ação como político e soldado uruguaio, cremos poder afirmar sem perigo de errar, a pergunta do Sr. Pereda nas "Dos palabras al lector": Rivera foi excelente cidadão uruguaio, soldado leal de sua pátria, magistrado reto e patriota.

Honra para nós seria, sem dúvida, se pudéssemos o mesmo afirmar quanto à sua participação nos negócios brasileiros no Rio-Grande-do-Sul.

Em **La Leyenda del Arroyo Monzón**, o Dr. Setembrino E. Pereda, estuda a atividade de Rivera e os pontos de contacto

que teve com Lavalleya, principalmente no famoso “Arroyo Monzón”, provando que Rivera, apesar - de ter se manifestado pela incorporação ao Brasil, dera todo seu apóio a Lavalleya, e a respeito refere a seguinte anedota:

“Era uma noite cruel de princípio de inverno. Rivera e Lavalleya sentados ao pé do “fogão” tomavam chimarrão, discutindo sobre seus futuros planos de campanha, quando certo official brasileiro (a tradição não nos revelou o nome) entrou inesperadamente no rancho e, vendo Rivera, julgou estar entre companheiros. Convidado a sentar-se e chimarrar, aceitou o convite prazerosamente o imperial, ignorando quem era o companheiro do brigadeiro Rivera. Conversaram. Após perguntas e respostas de menor monta, travou-se entre os dois o seguinte diálogo, mais ou menos fiel:

— Acabo de percorrer os postos avançados do acampamento, - disse o official brasileiro, - e toda nossa gente está alerta em seus postos. E a propósito, senhor brigadeiro, — acrescentou dirigindo-se a Rivera, — não me saberá V. S. dizer onde se encontra êsse “bribón” do Lavalleya? Tenho desejo ardente de encontra-me com êle para dar-lhe, por sua felonía, a lição que merece.

Rivera, sorriu, o seu sorriso de gaúcho, o que deu motivo ao official brasileiro de condenar com certa veemência a conduta de Lavalleya, antigo tenente-coronel do regimento de Dragões da União, que, com Rivera, havia três anos, proclamara o advento de D. Pedro I no trono do Brasil.

Depois de curta pausa levantou-se Frutuoso Rivera, e, como querendo reparar uma falta, disse ao official do Império:

— Perdõe, amigo, minha inadvertência não lhe apresentando meu compadre.

E apontou Lavalleya.

— Mas quem é seu compadre, senhor general?

— O “bribón” do Lavalleya, — retrucou Rivera rindo a bom rir.

Desapontado, o official brasileiro pouco depois voltou a si da surpresa e, calculando o que lhe sucederia, disse:

— O que me causa verdadeira admiração, senhor general, é vê-lo convertido em um cidadão como seu compadre. Mas

está bem: aqui tem o senhor seu primeiro prisioneiro de guerra.

— Não receie semelhante cousa, — replicou Rivera. — Vá em paz e diga a seu general, de minha parte, que de hoje em diante não estou mais a sôldo brasileiro, mas que sou um oriental como meu compadre”.

Todo êsse livro do Sr. Pereda é interessante e traz documentação preciosa, entre as quais a proclamação de Rivera, em 16 de maio de 1825, dirigida ao “povo e habitantes da Banda Oriental”, documento em que prova estarem os orientais desligados do compromisso assumido com o Brasil, por não ter D. Pedro I cumprido as promessas constitucionais que fizera e ter dissolvido o Congresso.

Além dessa proclamação que valeria a pena transladar para aquí, não fôsse a carência de espaço, encerra o volume parte de outra proclamação de 5 de maio de 1825 dirigida aos imperiais em armas, que por sua significação, não nos furtamos de transcrever.

“D. Frutuoso Rivera e D. João Antônio Lavalleja, os quais muitos de vós conheceis, têm a satisfação de saudar-vos e fazer-vos saber que o Brasil, em 1822, descortinou seu futuro e proclamou sua independência.

Portugal, havia mais de dez anos, previa estas consequências e, para frustrá-las, maquinou a injusta invasão dêste território no ano 16, pretestando mediar nossas dificuldades.

Vós, brasileiros, conhecestes tudo isto quando resolvesstes, em 1823, despedaçar o jugo e proclamar vossa liberdade e independência, mas a maliciosa política dêsses tiranos estendeu novos laços à vossa incauta fé, para fazer-vos voltar a vossa antiga servidão, e de comum acôrdo o filho e o pai, tiveram a ousadia de pôr por terra o soberano Congresso que havíeis instalado, e cuja representação tolhia suas finalidades ambiciosas.

Tropas brasileiras, chefes, oficiais superiores, inferiores e soldados: nós vos falamos com toda a sinceridade e verdade que nos é característica; se vós sois liberais, porque quereis desmentir vossos princípios, opondo-vos à nossa sagrada liberdade? Consentí em nossas idéias e em nosso seio

achareis hospitalidade e um comércio pacífico que estreitará mais e mais os vínculos de nossa perpétua amizade”.

Tirando um ou outro ponto com que não concordamos, só temos palavras de louvor a êste novo trabalho de nosso eminente confrade Dr. Setembrino E. Pereda.

W. Sp.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Departamento de Estatística e Publicidade. — Ns. 19, 20 e 21, Ano II, Março, Abril e Maio de 1936. — Rio-de-Janeiro.

REVISTA DA SOCIEDADE CEARENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, publicação trimestral. Ano I, n. 1: vol. I. — Fortaleza, Ceará, 1935 (Outubro). Direção da revista: Dra. Henriqueta Galeno, Dr. Joaquim Alves, Prof. Afonso Banhos e Dr. Hugo Vitor. — Bem feito e sumamente interessante êste primeiro número da nova colega a quem cumprimentamos efusivamente.

GEOGRAPHICAL REVIEW, Published by “The American Geographical Society of New York, — April 1936 and May 1936, vol. XXVI. — Editor: G. M. Wrigley, Ph. D. — New-York.

BOLETIN DE HISTORIA Y ANTIGÜIDADES, organo de la Academia Colombiana de Historia. — Director: Gustavo Otero Muñoz. — Bogotá, febrero de 1936, n. 257.

Í N D I C E

I TRIMESTRE :

A tragédia do Pirapó, — P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.....	3
Invasões de Ceballos e Vestiz, — 1.º Tte. H. O. Wiederspahn.....	21
Cabos telegráficos submarino e subfluviais no Rio-Grande-do-Sul, — Dr. Amaro Batista	59
Filiação linguística dos Charrúas, — Dr. Antonio Serrano.....	103
Batoví, — Celso M. Schröder.....	109
Cientista Brasileiro, — Dr. Leopoldo de Freitas.....	121
Notulas Bibliograficas	127

II TRIMESTRE :

De Sertão a Estado, — General Borges Fortes.....	139
Os africanismos no dialéto gaúcho, — Dr. Dante de Laytano.....	167
O Homem da Pré-Historia, — 1.º Tte. H. O. Wiederspahn.....	227
Paleontologia do Rio-Grande-do-Sul, — Prof. J. Tupi Caldas.....	243
Esboço Geobotanico do Rio-Grande-do-Sul, — Irmão Teodoro, I. E. C.	251
O Almirante Marquês de Tamandaré, — por Leopoldo de Freitas....	277
Notulas Bibliograficas	281

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

.....
Cel. Aurelio Porto.

Dr. Alcides Maya.

**ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E
PALEONTOLOGIA:**

Dr. Alfredo Clemente Pinto.

Dr. Leonardo Macedonia.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS

INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.

Prof. Valter Spalding.

.....
Dr. Darcy Azambuja.

**ESTATUTOS E COMISSÃO DA
REVISTA:**

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Cel. E. F. de Souza Doca.

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SOCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Cel. Gaston Hasslocher Mazon.

Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura:

Por ano 15\$000 rs.

Por fascículo trimestral 4\$000 rs.

Preço da coleção até 1930 1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr.
Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto
Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.